



## Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

### Diário da Sessão

**XI Legislatura**

**Número: 28**

**I Sessão Legislativa**

**Horta, quarta-feira, 12 de julho de 2017**

**Presidente:** *Deputada Ana Luís*

**Secretários:** *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Bruno Belo (substituído na Mesa pelo Deputado Jorge Jorge)*

### SUMÁRIO

*Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 16 minutos.*

Após a chamada dos Srs. Deputados, passou-se para o Período de Tratamento de Assuntos Políticos, onde foram apresentados vários Votos:

- [Voto de Congratulação pela celebração do jubileu sacerdotal do Padre António Machado Alves.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Manuel Ramos (*PS*) e após ter usado da palavra o Sr. Deputado António Pedroso (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelo lugar alcançado pela aluna Liliana Ferreira.](#)

Após a apresentação pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pela ordenação sacerdotal de Jacob Vasconcelos.](#)

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Corvelo (*PCP*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Bruno Belo (*PSD*) e o Sr. Deputado Manuel Pereira (*PS*);

- [Voto de Congratulação às Atletas Érica Tomé, Nádía Raposo e o atleta Manuel Terra pelos títulos alcançados no campeonato nacional de Kickboxing, assim como o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*), e após ter usado da palavra o Sr. Deputado Jorge Jorge (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação ao Matraquilhos Futebol Clube.](#)

Apresentado o voto pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*) e depois de ter proferido uma intervenção o Sr. Deputado António Parreira (*PS*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos resultados alcançados por André Carreiro Bicudo da Ponte no último Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Sónia Nicolau (*PS*);

- [Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelos atletas André Ponte e Henrique Cruz no Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada.](#)

Após a apresentação do voto pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*), o mesmo foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Congratulação pelos resultados alcançados pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.](#)

O referido voto foi aprovado por unanimidade após ter sido apresentado pela Sra. Deputada Maria João Carreiro (*PSD*) e de ter usado da palavra o Sr. Deputado Pedro Moura (*PS*);

- [Voto de Saudação pelos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal.](#)

Apresentado pela Sra. Deputada Susana Goulart (*PS*), usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Duarte Freitas (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade;

- [Voto de Protesto contra a intromissão do congressista norte-americano Devin Nunes nos assuntos de exclusiva e estrita competência do Estado Português e da Região Autónoma dos Açores.](#)

Feita a apresentação pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*), usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS-PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Duarte Freitas (*PSD*) e Paulo Mendes (*BE*).

Submetido à votação, o voto em apreço foi rejeitado por maioria.

- [Voto de Protesto à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, pela adjudicação da construção da Central Incineradora de São Miguel.](#)

O referido voto foi rejeitado por maioria após ter sido apresentado pelo Sr. Deputado Paulo Mendes (*BE*) e de terem usado da palavra os Srs. Deputados Alonso Miguel (*CDS-PP*), Luís Maurício (*PSD*), José Contente (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

- [Voto de Protesto contra o facto da Força Aérea Portuguesa não ter ao seu dispor recursos financeiros e humanos necessários para que possa cumprir as suas funções de forma segura e eficaz, não pondo em risco as missões que efetua nem as populações.](#)

Feita a apresentação pela Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*), usaram da palavra os Srs. José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*).

O mesmo foi aprovado por unanimidade.

Pediram a palavra para declarações de voto os Srs. José San-Bento (*PS*) e Artur Lima (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Mónica Seidi (*PSD*).

Após o Período de Tratamento de Assuntos Políticos entrou-se diretamente na Agenda da Reunião com o [Projeto de Resolução n.º 27/XI – “Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones portuguesas”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo, usaram da palavra as Sras. Deputadas Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), Mónica Rocha (*PS*),

os Srs. Deputados António Almeida (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*João Ponte*).

Colocado à votação, o diploma em apreço foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se para a [Petição n.º 6/XI – “Inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da Região”](#), apresentada por Jessica Costa Pacheco, na qualidade de primeira subscritora.

O relatório da Comissão foi apresentado pelo Sr. Deputado João Paulo Ávila (*PS*), tendo de seguida usado da palavra os Srs. Deputados João Corvelo (*PCP*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e as Sras. Deputadas Maria João Carreiro (*PSD*), Sónia Nicolau (*PS*) e Graça Silveira (*CDS-PP*).

A [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, que estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”](#) foi apresentada pelo Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (*Gui Menezes*),

tendo posteriormente usado da palavra os Srs. Deputados Mário Tomé (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiu uma declaração de voto o Sr. Deputado Mário Tomé (*PS*).

Posteriormente, foi apresentada a [Proposta de Resolução n.º 18/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015”](#).

Feita a leitura do relatório pelo Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*), pediram a palavra os Srs. Deputados Vasco Viveiros (*PSD*), Paulo Mendes (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*), a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação, o diploma foi aprovado por maioria.

Por fim, o [Projeto de Resolução n.º 23/XI – “Formação e ensino de condução das categorias B \(ligeiros\), A \(motociclos\) e C \(pesados\) na ilha do Corvo](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, foi retirado pelo proponente.

*Os trabalhos terminaram às 19 horas e 45 minutos.*

**Presidente:** Bom dia Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa que faça a chamada.

*(Eram 10 horas e 16 minutos)*

**Secretário:** Muito obrigado Sra. Presidente.

Bom dia a todos.

*Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:*

**Partido Socialista (PS)**

**Ana Luísa Pereira Luís**

**André Jorge Dionísio Bradford**

**André Cláudio Gambão Rodrigues**

**António Gonçalves Toste Parreira**

**Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves**

**Carlos Emanuel Rego Silva**

**Dionísio Medeiros Faria e Maia**

**Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha**

**Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral**

**Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César**

**Iasalde Fraga Nunes**

**João Paulo Ávila**

**João Vasco Pereira da Costa**

**José António Vieira da Silva Contente**

**José Carlos Gomes San-Bento de Sousa**

**José Manuel Gregório de Ávila**

**Manuel Alberto da Silva Pereira**

**Manuel José da Silva Ramos**

**Maria da Graça Oliveira Silva**

**Maria de Fátima Soares Fernandes Rocha Ferreira**

**Maria Isabel da Silveira Costa Rosa Quinto**

**Mário José Diniz Tomé**

**Mónica Gomes Oliveira Rocha**

**Pedro Miguel Medeiros de Moura**

**Renata Correia Botelho**

**Ricardo Bettencourt Ramalho**

**Sónia Cristina Franco Nicolau**

**Susana Goulart Costa**

**Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco**

*Partido Social Democrata (PSD)*

**António Augusto Batista Soares Marinho**

**António Manuel Silva Almeida**

**António Oldemiro das Neves Pedroso**

**António Vasco Vieira Neto de Viveiros**

**Bruno Filipe de Freitas Belo**

**Carlos Manuel da Silveira Ferreira**

**Catarina Goulart Chamacame Furtado**  
**César Leandro Costa Toste**  
**Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas**  
**Jaime Luís Melo Vieira**  
**Jorge Alexandre Alves Moniz Jorge**  
**Luís Carlos Correia Garcia**  
**Luís Maurício Mendonça Santos**  
**Luís Miguel Forjaz Rendeiro**  
**Marco José Freitas da Costa**  
**Maria João Soares Carreiro**  
**Mónica Reis Simões Seidi**  
**Paulo Henrique Parece Batista**

*Partido Popular (CDS/PP)*

**Alonso Teixeira Miguel**  
**Artur Manuel Leal de Lima**  
**Catarina de Oliveira Cabeceiras**  
**Maria da Graça Amaral da Silveira**

*Bloco de Esquerda (BE)*

**Paulo José Maio Sousa Mendes**

*Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)*

**João Paulo Valadão Corvelo**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Por ter sido retirado pelo proponente a iniciativa que iria ser debatida hoje de manhã, conforme pude anunciar ontem, hoje então reservamos a nossa manhã de trabalhos ao PTAP e começamos também, como é habitual, com a apresentação dos votos.

O primeiro voto é de congratulação, apresentado pelo PS, **Pelos 50 anos de Jubileu Sacerdotal do Padre António Machado Alves.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

**Deputado Manuel Ramos (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

### **Voto de congratulação**

#### **Pelos 50 anos de Jubileu Sacerdotal do Padre António Machado Alves**

No passado dia 11 de junho, o Padre António Machado Alves completou 50 anos de ordenação sacerdotal.

António Machado Alves nasceu a 10 de dezembro de 1940, na Fajã da Caldeira de Santo Cristo, na Ilha de São Jorge, tendo sido ordenado sacerdote no dia 11 de junho de 1967. Paroquiou durante cinco anos em Santo Amaro, na sua ilha natal, e posteriormente foi transferido para a Vila de Santa Cruz da Graciosa, onde exerceu, durante 38 anos, o seu múnus pastoral, com dedicação e com um objetivo bem definido que sempre perseguiu: servir o seu povo.

Foi professor na Escola Básica e Secundária da Graciosa, onde lecionou várias disciplinas e foi também presidente do seu Conselho Executivo. Foi maestro e fundador do Grupo Coral da Matriz de Santa Cruz da Graciosa, tendo desenvolvido trabalhos litúrgicos, de música sacra e erudita.

Entre o seu legado fica, igualmente, todo o trabalho desenvolvido na conservação e restauro da Matriz de Santa Cruz, património classificado, bem como de todas as igrejas e ermidas da paróquia. Foi administrador paroquial de



Nossa Senhora da Luz, Vigário Episcopal da Ilha Graciosa e também Ouvidor Eclesiástico.

O Padre Machado, como era mais conhecido, desenvolveu um trabalho importante e meritório na pastoral juvenil onde se inclui a fundação e dinamização no escutismo católico.

Homem humilde e de trato fácil, era muito procurado por quem se dedicava à escrita, pelo facto de gostar de partilhar os conhecimentos da Língua Portuguesa, adquiridos na sua formação e desenvolvidos ao longo do seu trajeto de vida.

Tendo em conta a passagem desta importante comemoração, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis, aprove o seguinte voto de congratulação:

*“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pela celebração do jubileu sacerdotal do Padre António Machado Alves, que, para além de exercer o seu múnus Pastoral de forma exemplar, foi capaz de dar à Ilha Graciosa contributos na área da educação e no âmbito social, de forma empenhada e desinteressada.”*

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Senhor Padre António Machado Alves, à Ouvidoria de Santa Cruz da Graciosa, à Diocese de Angra e Ilhas dos Açores e à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa.

Horta, Sala das Sessões 13 de Julho de 2017

**Os Deputados**, André Bradford, Manuel Ramos, José Ávila e Ricardo Ramalho  
**Deputado José Ávila (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Pedroso tem a palavra.

(\*) **Deputado António Pedroso (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente a este Voto de Congratulação.

O Padre António Machado Alves, filho da Ilha de S. Jorge teve por seu berço a icónica Fajã da Caldeira do Santo Cristo, num período áureo daquela Fajã, em que pelo seu elevado número de habitantes justificava a presença efetiva e permanente de uma escola e de um padre.

O isolamento do local não impediu o Padre Machado de seguir a sua vocação e exercer até aos dias de hoje de forma exemplar o ministério de sacerdote, para orgulho da ilha que o viu nascer, da ilha que o acolheu e para a diocese que integra.

**Presidente:** Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo PSD e refere-se à **Conquista do 2º lugar no Concurso europeu de culinária Olivier Roellinger, por Liliana Ferreira.**

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **LILIANA FERREIRA – Conquista o 2º lugar no Concurso europeu de culinária Olivier Roellinger**

No início do mês de junho, em Paris, uma jovem açoriana foi premiada pela sua participação num concurso internacional de culinária.

Liliana Ferreira tem 20 anos e está no segundo ano do curso de cozinha/pastelaria da Escola de Formação Turística e Hoteleira.

Representou os Açores no concurso europeu de culinária Olivier Roellinger, realizado em Valência, que contou com a presença de quinze cozinheiros em formação e chefes profissionais de oito países da Europa.

Numa competição internacional subordinada ao lema “A preservação dos recursos do mar”, a escolha da jovem Liliana pela confecção de um prato à base da espécie de peixe conhecido pelo nome comum de Veja, foi o ponto de partida para alcançar o segundo lugar.

A inovação e a criatividade são fatores determinantes para uma exploração sustentável dos recursos do mar, pelo que os chefes de cozinha assumem um papel essencial na criação de pratos que tirem partido de espécies tradicionalmente menos utilizadas na confecção, conferindo-lhes maior valor.

A restauração é uma atividade muito importante para a valorização económica, que terá certamente reflexos ao nível dos próprios pescadores e das pescas da Região.

Pelo segundo ano consecutivo, jovens açorianos atingem lugares de pódio neste concurso, apostando no peixe da espécie Veja para a confecção dos seus pratos. Este prémio constitui assim um incentivo para que o trabalho na valorização do

peixe dos Açores e dos nossos produtos locais, continue. Este prémio constitui um incentivo para que se aposte na formação dos nossos jovens e na participação em projetos de dimensão nacional e internacional.

O resultado ora alcançado é bastante elucidativo de como é possível com dedicação e perseverança dos nossos jovens, motivados pelos formadores e apoiados pelas condições proporcionadas pela escola é possível atingir melhores resultados. Por isso, merece ser enaltecido e reconhecido por esta Assembleia, como um exemplo a seguir.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelo lugar alcançado pela aluna Liliana Ferreira, do qual deve ser dado conhecimento à aluna vencedora e à Escola de Formação Turística e Hoteleira.

Tenho ditto.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017.

**Os Deputados,** Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, Maria João Carreiro e António Viveiros

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto de Congratulação refere-se à **Ordenação sacerdotal de Jacobe Vasconcelos**, é apresentado pelo PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

*(Neste momento o Deputado Jorge Jorge ocupou o seu lugar na Mesa)*

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### Voto de Congratulação

#### Ordenação sacerdotal de Jacobe Vasconcelos

Ocorreu no passado dia 1 de Julho a ordenação presbiteral de Jacob Vasconcelos, na Igreja Matriz de Santa Cruz das Flores.

Natural da freguesia de Ponta Delgada, na ilha das Flores, desde menino que se notou a vocação de Jacob, que foi estimulada e se desenvolveu. Em 2008, entrou com 15 anos no Seminário Episcopal de Angra para completar o ensino secundário. A 8 de Dezembro de 2016 foi ordenado diácono.

No presente ano terminou o seu trajeto formativo realizado no Seminário de Angra e agora com 24 anos o florentino Jacob Vasconcelos inicia o seu percurso sacerdotal.

De relacionamento fácil, muito afável, próximo e franco com todos, o padre Jacob é um jovem preparado para a sua tarefa evangelizadora e para o seu ministério sacerdotal, como referem aqueles que lhe foram mais próximos na sua formação.

“Acolhimento, renascimento e desprendimento” são qualidades imprescindíveis para Jacob Vasconcelos, como referiu na sua Missa Nova, onde acrescentou que

a radicalidade é uma forma de entrega, pois só quem ama verdadeiramente pode entregar-se ao outro.

Possuidor de forte carisma, ao padre Jacob “só” se lhe pode pedir que continue com a sua generosa dedicação às causas e a sua disponibilidade enérgica para o serviço aos outros.

Assim e face ao exposto, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que aprove um Voto de Congratulação pela ordenação sacerdotal de Jacob Vasconcelos.

Mais se propõe que deste voto seja dado conhecimento ao padre Jacob Vasconcelos, à Diocese de Angra, à Paróquia da freguesia de Ponta Delgada da Ilha das Flores e às Câmaras e Assembleias Municipais de Santa Cruz das Flores e de Lajes das Flores.

**O Deputado do PCP Açores, João Paulo Corvelo**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Bruno Belo tem a palavra.

(\*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se a este Voto de Congratulação do Padre Jacob Vasconcelos.

Quero também enaltecer as qualidades humanas que o Padre Jacob Vasconcelos possui e desejar-lhe os maiores sucessos na sua vida pastoral, onde quer que exerça.

Também dar os parabéns á família e reconhecer que o Padre Jacob Vasconcelos, a maior prova da sua vocação foi a tenra idade com que saiu de casa para poder estudar no Seminário Episcopal dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Manuel Pereira tem agora a palavra.

(\*) **Deputado Manuel Pereira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS naturalmente que se associa a este voto, reconhece todas as características enunciadas no voto, as características pessoais do Padre Jacob, deseja-lhe também todas as felicidades e com o carisma que ele tem e a facilidade de criar amigos, naturalmente permitiu-lhe juntar na Ilha das Flores, na sua ordenação, um vasto número de amigos de todas as ilhas e que com todas estas características associadas à inteligência que tem, naturalmente terá um futuro brilhante dentro da igreja católica.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

*(Neste momento o Deputado Bruno Belo voltou a ocupar o lugar de Secretário da Mesa)*

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação aos atletas do Grupo Desportivo Casa do Povo de Santo António, de S. Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kickboxing na categoria de Point – Fighting.

É apresentado pelo PS, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Tomé.

**Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Aos atletas do Grupo Desportivo da Casa de Povo de Santo António de São Roque do Pico que se sagraram campeões nacionais de Kickboxing na categoria de Point - Figthing**

O Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António e os seus atletas elevaram, uma vez mais, o nome da Ilha do Pico e dos Açores ao mais alto nível do desporto nacional.

Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram presentes no campeonato nacional de Kickboxing que decorreu no passado dia 24 e 25 de Junho, na cidade da Figueira da Foz.

Competindo na categoria de Point – Fighting os jovens atletas, Érica Tomé, Nádía Raposo e Manuel Terra, sagraram-se campeões nacionais dos seus escalões.

A jovem atleta Érica Tomé, com apenas 11 anos de idade, arrecadou o quarto título consecutivo de campeã nacional, um feito notável de uma jovem que ainda recentemente se sagrou campeã europeia.

Na mesma categoria Érica Pacheco, Patrícia Siva e Pedro Pacheco, foram vice-campeões nacionais. Em Light-contact Paula Serpa sagrou-se vice-campeã e em Full-contact José Jorge foi igualmente vice-campeão nacional.

O Grupo Desportivo sagrou-se Vice-Campeão Nacional de Kickboxing por equipas entre os 170 clubes que participaram no campeonato.



Os atletas do Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António estiveram ao mais alto nível competitivo, demonstrando a excelência desportiva do trabalho que desenvolvem ao serviço desta modalidade e deste Clube.

Na modalidade de Kickboxing, o Grupo Desportivo da Casa do Povo de São Roque do Pico tem sido uma referência do desporto Açoriano a nível nacional e internacional. A excelência do trabalho desenvolvido pelo técnico Pedro Teles e pela Direção do Clube tem sido notável na formação desportiva dos atletas bem demonstrativo do nível competitivo já alcançado.

É de enaltecer uma vez mais a conquista alcançada pelos atletas Açorianos da Ilha do Pico e pelo Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, elevando assim o nome dos Açores no mais alto patamar do desporto nacional.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que emita o seguinte voto de congratulação:

**A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores felicita as Atletas Érica Tomé, Nádia Raposo e o atleta Manuel Terra pelos títulos alcançados no campeonato nacional de Kickboxing, assim como o Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, constituindo mais um motivo de orgulho e de admiração para todos os Açorianos.**

Do presente voto deve ser dado conhecimento aos Atletas, ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de São Roque do Pico.

Disse.

Horta, Sala de Sessões 12 de julho de 2017

**Os Deputados,** André Bradford, Mário Tomé e Miguel Costa

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Jorge Jorge, tem a palavra.

(\*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Com naturalidade o PSD associa-se a este Voto de Congratulação ao Grupo Desportivo da Casa do Povo de Santo António, um grupo que felizmente nas últimas sessões já foi mencionado aqui pelos seus elevados feitos desportivos, no caso anterior a nível europeu, agora a nível nacional e por algumas das atletas que juntaram agora a este prémio, como a Érica Tomé ao prémio europeu de campeão europeu que tinham conseguido.

Portanto, é com muito gosto e com muita satisfação e com total naturalidade que nos associamos a este voto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação ao **Matraquilhos Futebol Clube**, é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

### **Matraquilhos Futebol Clube**

O Matraquilhos Futebol Clube é um projeto social e desportivo iniciado em 2006 por um grupo de jovens da freguesia da Terra Chã, na Ilha Terceira.

Foi com apenas quinze atletas que se deu esse início sendo que, passados dez anos, se contam por 121 os atletas federados do clube, competindo em diversos escalões, e com o Futsal a ser a principal atividade daquele jovem emblema.

O projeto Matraquilhos Futebol Clube ganhou, nesta última década, o respeito dos seus pares e da comunidade onde está inserido, contribuindo para a formação social e desportiva de muitos jovens, muitos deles oriundos de meios sociais desfavorecidos, e que encontraram naquele clube um apoio essencial para a sua orientação pessoal. Dando corpo ao lema do projeto: “Matraquilhos – para além do Futsal”.

Na época 2011/2012, o Matraquilhos venceu a Série Açores da III Divisão Nacional de Futsal, feito que antecedeu uma importante conquista: a obtenção do estatuto de Instituição de Utilidade Pública, atribuído a 10 de outubro de 2012.

Com participações de mérito em todas as competições disputadas nos diversos escalões, destaque-se ainda o a manutenção na II Divisão Nacional de Futsal sénior, utilizando apenas atletas terceirenses, e sendo a melhor equipa açoriana naquela competição.

Nos escalões de formação, o Matraquilhos Futebol Clube ostenta no seu palmarés a obtenção de vários títulos regionais e de ilha de Futsal, em masculinos e femininos.

Na recente temporada, o Matraquilhos Futebol Clube alcançou o feito histórico de vencer a Série Açores da II Divisão Nacional de Futsal sénior masculino, disputando o acesso à I Divisão Nacional, desafio que se conclui no próximo fim de semana.

Independentemente de o conseguir ou não, o Matraquilhos Futebol Clube merece os maiores aplausos pela sua carreira desportiva, levando longe o nome da Terra Chã, da Ilha Terceira e dos Açores.

São feitos que nos devem orgulhar a todos, ainda mais tratando-se de uma instituição tão jovem, com tantas provas dadas e com um futuro promissor à sua frente, no entanto este projeto social não teve ainda por quem de direito o devido reconhecimento, não tendo por exemplo um pavilhão desportivo que sirva os interesses dos jovens da sua freguesia, apesar de prometido desde 2009. Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, um Voto de Congratulação ao Matraquilhos Futebol Clube, como prova de apreço e reconhecimento pela valia do seu projeto e lema: "Matraquilhos – Para além do Futsal".

Que deste voto seja dado conhecimento à Junta de Freguesia da Terra Chã.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017.

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, Paulo Parece, António Viveiros, Luís Rendeiro e César Toste

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Toste Parreira, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Toste Parreira (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com satisfação que o Grupo Parlamentar do PS se associa ao voto agora apresentado, realçar o excelente trabalho social e desportivo desenvolvido na última década pelo **Matraquilhos Futebol Clube**, quer ao nível da sua equipa senior, quer da formação, contribuindo assim para a formação, preparação e integração de jovens na sociedade.

Dar os parabéns e felicitar o **Matraquilhos** pelos títulos conquistados, reconhecer e enaltecer o trabalho dos seus dirigentes e de todos aqueles que dedicam parte do seu tempo a causas desta natureza.

Obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é também de Congratulação é também de Congratulação **ao desportista André Bicudo da Ponte, pelo resultado alcançado no campeonato nacional em natação adaptada de Verão 2017.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **Ao desportista André Carreiro Bicudo da Ponte pelo resultado alcançado no Campeonato de Natação Adaptada de Verão 2017**

André Carreiro Bicudo da Ponte é um jovem desportista, na área da natação adaptada, que ao longo dos anos tem participado em diferentes campeonatos regionais, nacionais e europeus nas épocas de verão e inverno.

A persistência e o gosto pelo prazer da participação têm permitido ao André Bicudo da Ponte superar desafios ao longo dos anos.

Do seu curriculum constam prémios arrecadados nas diferentes especialidades da natação adaptada.

Já tinha sido o ano de 2016 um momento de regozijo para os Açores na modalidade de natação adaptada, graças, também, ao André Bicudo da Ponte.

Destaca-se a sua participação no Campeonato Europeu, INAS, Loano, Itália de 8 a 14 de junho de 2016, em representação da seleção portuguesa, nos 200 metros costas. A nível nacional participa anualmente em diferentes provas arrecadando medalhas de ouro e de bronze.

Mas é no ano de 2017 que André Bicudo da Ponte afirma-se na natação adaptada e, inevitavelmente, associa os Açores e todos os atletas de desporto adaptado a este percurso de excelência.

No Campeonato Nacional de Natação Adaptada de Inverno, em Mealhada, nos dias 18 e 19 de fevereiro obteve o 2º lugar nos 50m costas e 200m costas e 3º lugar nos 100m costas.

No fim-de-semana de 17 e 18 de junho realizou-se na piscina do Jamor (50m) o Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada, onde participaram 35 equipas nacionais e uma equipa da Malásia, com um total de 97 atletas masculinos e 48 femininas. É nesta competição que o atleta micalense alcança o 1º lugar e recorde nacional em 100m costas, o 1º lugar em 200m costas, o 1º lugar em 50m costas e o 3º lugar em 50m livres.

Estas classificações são o resultado de uma dedicação extrema do desportista, do apoio familiar e igualmente do contributo das diferentes entidades regionais e do Clube Naval de Ponta Delgada, clube do qual é atleta.

Acima de todas as circunstâncias há a vontade firme da inclusão e da participação de pleno direito quando o jovem almeje este percurso de participação e competição.

Não é de somenos importância recordar neste momento a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, no seu artigo nº 30, o direito à participação na vida cultural, recreação, lazer e desporto.

A terminar uma palavra de reconhecimento para a família e clube do atleta, incluindo órgãos diretivos e corpo técnico, que são sem dúvida apoios essenciais para que André Ponte consiga ultrapassar diariamente as barreiras que surgem, num percurso de coragem e superação.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um voto de congratulação pelos resultados alcançados por André Carreiro Bicudo da Ponte no último Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao atleta André Carreiro Bicudo da Ponte e ao Clube Naval de Ponta Delgada.

Disse.

Horta, 12 de julho de 2017

**Os Deputados Regionais,** André Bradford e Sónia Nicolau

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é também de Congratulação ao **André Bicudo da Ponte, pelo resultado alcançado no campeonato nacional em natação adaptada.**

É apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **ANDRÉ PONTE E HENRIQUE CRUZ – RESULTADOS ALCANÇADOS NO CAMPEONATO NACIONAL DE VERÃO DE NATAÇÃO ADAPTADA**

A vitória de qualquer atleta açoriano em provas nacionais é sempre um motivo de orgulho para a Região, mas quando se trata de atletas de desporto adaptado, o brio dessas vitórias confirma-nos que o trabalho, a dedicação e a perseverança vencem quaisquer barreiras.

André Ponte e Henrique Cruz, atletas do Clube Naval de Ponta Delgada, treinados por Ricardo Bettencourt, provaram isso mesmo com os resultados obtidos no Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada, que decorreu entre 17 e 18 de junho, na Piscina do Jamor, em Lisboa, onde participaram 35 equipas nacionais e uma da Malásia.

Do esforço, dedicação e brilhantismo resultaram seis medalhas para estes atletas — três de ouro, uma de prata e duas de bronze — resultado que iguala o número de medalhas conquistadas por esta mesma dupla de nadadores na prova de 2016. São dois atletas com um percurso notável nesta modalidade e



constituem um motivo de orgulho para os Açores, projetando a nossa região além-fronteiras.

André Ponte regressou a casa com o título de campeão nacional em três distâncias: aos 50 metros e aos 200 metros no estilo Costas e nos 100 metros também Costas sagrou-se campeão português com recorde nacional ao conseguir o melhor tempo de sempre.

André Ponte tem 25 anos e a incursão pela natação, aos 19 anos, não foi fácil. Segundo os pais deste jovem, o trabalho dos técnicos do Clube Naval de Ponta Delgada, nomeadamente do técnico Filipe Lima, foi essencial para que André Ponte se iniciasse na competição.

A 30 de maio último, André Ponte foi distinguido na XVI Gala do Desporto Açoriano como atleta de destaque no âmbito da natação adaptada, uma modalidade que, para além dos benefícios físicos da prática do desporto, foi o caminho para que crescesse na relação com os outros e que tem contribuído para o crescimento da sua autoestima, dizem os pais.

O segundo vencedor desta dupla de imbatíveis nas provas nacionais é Henrique Cruz, de 33 anos, que pratica natação adaptada desde os 10 anos de idade e que desde 2004 participa nos campeonatos nacionais de natação adaptada, edições de verão e de inverno.

Este ano conquistou, no Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada, o 2º lugar nos 50 metros bruços e o 3º lugar nos 100 metros bruços. Na edição de inverno, o nadador já havia conquistado o 2º lugar nos 50 metros bruços e o 3º lugar nos 200 metros bruços. No período de 2005 a 2014 obteve consecutivamente o 1º lugar nos 50 metros bruços.

Estes resultados constituem um incentivo para que se aposte na prática desportiva para portadores de deficiência, promovendo, deste modo, a universalidade e a igualdade no acesso de todos os cidadãos ao desporto sem

discriminação, promovendo e apoiando a sua participação nas provas regionais, nacionais e internacionais das várias modalidades.

Para o sucesso destes atletas, também merecem um apreço especial a família e os treinadores que os apoiaram e os motivaram a participar e a nunca desistir, abraçando os sonhos destes jovens adultos como se fossem os seus sonhos, bem como, as demais entidades envolvidas na organização do Campeonato de Natação Adaptada.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprova um Voto de Congratulação pelos resultados obtidos pelos atletas André Ponte e Henrique Cruz no Campeonato Nacional de Verão de Natação Adaptada.

Deste voto deve ser dado conhecimento aos próprios atletas e respetivas famílias, ao treinador Dr. Ricardo Bettencourt e ao Clube Naval de Ponta Delgada.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo Voto é de Congratulação ao **Clube de atividades gímnicas de Ponta Delgada, que venceu a Taça de Portugal de Ginástica Aeróbica, pela 11ª vez consecutiva.**

É apresentado pelo PSD e tem a palavra a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

**Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### **VOTO DE CONGRATULAÇÃO**

#### **CLUBE DE ATIVIDADES GÍMNICAS DE PONTA DELGADA VENCE TAÇA DE PORTUGAL DE GINÁSTICA AERÓBICA PELA 11ª VEZ CONSECUTIVA**

O Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada completa, este ano, 25 anos de existência.

Desde sempre, promotor e defensor da boa condição física como vector indelével de bem-estar em todas as fases da vida, produz espetáculos multitemáticos de dança, nas suas mais diversas correntes, desde 1992.

No seu plano curricular, desfilam várias tendências, clássicas e contemporâneas, que contemplam ginastas desde que são bebés até à maturidade, consumada nas dezenas de títulos nacionais e internacionais alcançados um pouco por todo o mundo, e consubstanciada em representações ao mais alto nível ao serviço das seleções nacionais.

A nível Nacional, só em 2017, os ginastas Açorianos alcançaram 12 títulos individuais de Campeões Nacionais e em todos os escalões etários, bem como, por equipas, em iniciados, juvenis e séniores (elite).

No passado fim-de-semana, no centro de Alto Rendimento da Anadia, na presença dos melhores ginastas portugueses da atualidade, o Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada conquistou pela 11<sup>a</sup> vez consecutiva a Taça de Portugal de Ginástica Aeróbica, por via da sua equipa A, constituída por Sara Silva e Fábio Lima (sénior), Rui Cassado (júnior), Tomas Amaral e Maria Correia (juvenil), Leonor Januário, Zamy Tomé e Filipa Macedo (iniciado).

Desta vez, igualmente assegurou o 2º lugar do pódio, por via da sua equipa B formada por Inês Botelho e Sofia Magalhães (sénior), Rafaela Damásio e Matilde Aguiar (júnior), Cláudia Pinheiro e Filipa Leite (juvenil), Tiago Pinheiro e Letícia Oliveira (iniciado).

O desempenho destes atletas é um motivo de orgulho para os Açores, constituindo um exemplo de que com esforço, dedicação e persistência é possível alcançar excelentes resultados e projetar os Açores numa dimensão internacional. Os resultados alcançados devem constituir um incentivo para que se aposte na prática desportiva e na promoção de hábitos saudáveis.

Para a conquista dos lugares de pódio, também merece um apreço especial a treinadora Dra. Alexandra Barroso e a família destes atletas que sempre apoiaram e motivaram os seus atletas a participar, bem como, as demais entidades envolvidas na organização destes eventos competitivos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um voto de congratulação pelos resultados alcançados pelo Clube de Atividades Gímnicas de Ponta Delgada.

Mais se propõe que deste voto deve ser dado conhecimento ao Clube e aos atletas.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017

**Os Deputados Regionais**, Duarte Freitas, Luís Maurício, António Viveiros e Paulo Parece

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Pedro Moura, tem a palavra.

(\*) **Deputado Pedro Moura (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS associa-se efetivamente a esse Voto e quer salientar o esforço que a Dra. Alexandra Barroso na constituição desse clube, e depois apoiada pela sua família e pelos seus atletas, tem feito para conseguir, não só uma afirmação a nível regional no desenvolvimento da modalidade, mas também uma afirmação a nível nacional e internacional e é aqui de realçar o empenho, o esforço e a dedicação dos atletas e das famílias, demonstrando que muitas vezes é possível ultrapassar uma série de adversidades, uma série de faltas de apoio, derivadas às vezes da situação económica que algumas instituições atravessam.

O Clube merece por isso o apoio que tem tido por parte das autoridades regionais e autárquicas, até recentemente com a concessão de um terreno para a sua sede própria, o que é de apoiar e é de dar um estímulo para que eles continuem nessa luta pela afirmação da ginástica aeróbica nos Açores e no mundo.

Obrigado.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Congratulação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** O próximo é de **Voto de Saudação aos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal.**

É apresentado pelo PS e tem a palavra a Sra. Deputada Susana Goulart Costa.

**Deputada Susana Goulart (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## VOTO DE SAUDAÇÃO

### 150 ANOS DA ABOLIÇÃO DA PENA DE MORTE EM PORTUGAL (1867-2017)

Em 1852, o *Ato Adicional à Carta Constitucional da Monarquia* abolia a pena de morte para crimes políticos. Estava aberto o caminho que iria conduzir ao debate sobre a utilidade ou não da aplicação da pena de morte em Portugal.

Tal discussão encontra eco nas Cortes do país em julho de 1863, quando o deputado António Aires de Gouveia propõe a abolição da pena de morte para todos os crimes realizados em Portugal. Consequentemente, seria suprimido no Orçamento de Estado o valor de 49.200 réis pagos ao “hediondo ofício de carrasco”. Todavia, só com a Lei de 1 de julho de 1867 é que se proíbe a aplicação da pena de morte para todos os crimes, com excepção dos militares.

Com esta Lei, Portugal foi o segundo país da Europa a formalizar legalmente a abolição da pena de morte, antecedido por **S. Marino, em 1865**. Na prática,

contudo, a última execução recua ao ano de 1846, quando José Joaquim Grande é enforcado pelo crime de homicídio.

A notícia da abolição da pena de morte de 1867 em Portugal foi aclamada por muitos. A 10 de julho 1867, o poeta e ativista Vítor Hugo manifestava ao jornalista Eduardo Coelho, redactor do *Diário de Notícias*, a sua imensa satisfação sobre a decisão portuguesa:

Cito, palavras de Vitor Hugo: “Está, pois, a pena de morte abolida nesse nobre Portugal, pequeno país que tem uma grande história. Portugal dá o exemplo à Europa. A Europa imitará Portugal”.

Tinha razão o escritor francês. Pouco a pouco, os países europeus foram-se tornando abolicionistas, embora tenha havido alguns recuos e avanços, que o século XX agudizou face à eclosão das duas Guerras Mundiais. Portugal, aliás, voltou a admitir a pena de morte em 1916, para casos de traição em tempo de guerra, a qual só foi abolida em 1976, quando o Portugal democrático assina a *Convenção para a proteção dos Direitos do Homem e das liberdades fundamentais*. Mas a precocidade portuguesa não foi esquecida. A 15 de abril de 2015, a Comissão Europeia atribuiu a “Marca do Património Europeu” à Carta de Lei portuguesa de 1867, que aboliu a pena de morte para todos os crimes.

Este reconhecimento europeu é fundamental não apenas para valorizar o papel de Portugal na defesa dos direitos da vida humana, mas também para chamar a atenção para este enquadramento penal que ainda vigora em muitos países. Na Europa, todos os países são abolicionistas, com excepção da Bielorrússia. Todavia, de acordo com dados da *Amnistia Internacional* referentes ao ano de 2016, houve 3.117 sentenças de pena de morte em 55 países. Foram executadas, com decapitação, enforcamento, tiro ou com injeção letal, **1 032 pessoas em 23 países e 18.848** aguardam a sua vez no designado “corredor da morte”.

Sras. e Srs. Deputados:

Queria chamar a atenção, poderia ter dito aqui apenas e partilhado convosco que seriam cerca de 18 000, fiz questão de ir ao pormenor, aqui um número não é apenas um número, aqui um número é efetivamente uma vida.

**Deputada Graça Silva (PS):** Muito bem!

**A Oradora:** A China é o país do mundo que mais aplica a pena de morte, seguida do Irão, Arábia Saudita, Iraque, Paquistão e Egipto. Em sétimo lugar, destacam-se os Estados Unidos da América, que realizaram 20 execuções no ano em apreço.

Recordar, desta forma, o empenho precoce que Portugal teve na abolição da pena de morte é chamar a atenção que a defesa dos Direitos Humanos é uma causa pela qual ainda é necessário lutar em todo o mundo.

Assim, é reconhecendo o significado humanista universal dos 150 anos da abolição da pena de morte em Portugal que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores a aprovação do presente voto de saudação.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 13 de julho de 2017

**Os Deputados Regionais,** André Bradford e Susana Costa

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM, tem a honra de se associar a este voto de saudação.

De facto há 150 anos, a monarquia constitucional portuguesa, um dos regimes mais democráticos de então, um dos regimes em que exista liberdade de expressão, em que existia pluralismo político e que existia um sistema democrático e em que inclusivamente Partido Republicano participava nas



decisões do parlamentarismo do regime, eu devo dizer-vos que para nós, monárquicos portugueses, como monárquicos e como portugueses é para nós uma honra verificar que Portugal foi um dos primeiros países do mundo, o primeiro País do mundo relevante a abolir a pena de morte.

**Deputado André Bradford (PS):** Não é relevante!

**O Orador:** Eu penso que San Marino não é um país de grande dimensão e não é um país que tenha uma soberania total nesse sentido, como ainda não tem hoje em dia.

Por isso é que eu considero que esta matéria é da maior relevância e é um bom exemplo do avançado que era o sistema constitucional português na altura e o sistema político português na altura.

Como dizia a Sra. Deputada Susana Costa, há ainda muito caminho para percorrer e é por exemplo muito lamentável que uma democracia como a democracia norte americana continue a aceitar e a integrar no seu sistema judicial a aplicação da pena de morte.

**Deputado André Bradford (PS):** Tem razão!

**O Orador:** A China nós sabemos que é uma ditadura, nós sabemos que a Arábia Saudita também o é, uma monarquia absolutista, portanto esses países têm esse tipo de práticas, uma democracia como a democracia norte americana é lamentável que continue a fazê-lo.

De qualquer das formas associo-me a este propósito e o propósito não pode ser outro, que a pena de morte seja abolida em todos os países do mundo nos próximos anos e que se continue a pressionar estes países para que o façam e que a sociedade internacional não aceite a continuação desta prática.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em breves palavras para dizer que o Grupo Parlamentar do PSD se associa com muito gosto a este voto.

Parabenizamos o PS pela sua apresentação e agora em particular à Sra. Deputada Susana Goulart Costa a magnífica exposição de apresentação da intenção deste voto e dizer que se Portugal nos descobrimentos abriu novos mundos ao mundo, não será orgulho menor este ter sido precursor da abolição da pena de morte.

No nosso entendimento é um dos orgulhos maiores que devemos ter na nossa história profunda, grande, rica, mas não é um momento histórico de menor importância.

Por isso também aqui registar a oportunidade de refletirmos através deste voto, sobre este contributo que Portugal deu, não ao descobrir novos mundos, foi talvez o feito mais reconhecido na história de Portugal, mas também neste caso por ter aberto novos caminhos para a dignificação da vida humana, para aquilo que é a imensa dignidade da vida humana, que deve ser inviolável e que deve ser defendida por todos nós.

Por isso fica também aqui este registo de associação a este voto, mas também agradecendo a oportunidade para refletirmos sobre aquilo que temos que fazer todos ainda, nos Açores, em Portugal, no mundo para que globalmente a pena de morte possa ser abolida e com isso se dê um contributo histórico civilizacional para a humanidade.

**Deputados Luís Maurício e Marco Costa (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Não havendo vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Saudação apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora aos Votos de Protesto.

O primeiro é do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

### Voto de protesto

Considerando as declarações proferidas pelo Congressista Norte-Americano Devin Nunes no passado dia 17 de Abril do corrente ano, afirmando especificamente: *“A presença de entidades estrangeiras perto da Base das Lajes, nos Açores, é inaceitável”* e ainda: *“Qualquer estrangeiro perto dessa Base não é boa ideia. É um local estratégico e não precisamos de ter ninguém por perto”*.

Considerando que tais declarações foram proferidas na sua qualidade de congressista Norte-Americano.

Considerando a sua reconhecida influência junto da actual administração Norte-Americana.

Considerando que nos termos da Constituição da República Portuguesa e das demais leis aplicáveis é exclusiva e inalienável competência do Estado Português determinar que entidades estrangeiras podem instalar-se no seu território e onde o podem fazer.

Considerando que a ascendência Portuguesa e nomeadamente Açoriana do referido senador Norte-Americano não lhe confere qualquer direito a se intrometer nos assuntos da exclusiva competência nacional e regional.

Considerando a postura correcta, firme e coerente assumida pelo Senhor Presidente do Governo Regional junto das autoridades Norte-Americanas na 37.ª reunião da Comissão Bilateral Permanente entre Portugal e os Estados Unidos para discutir a redução da presença norte-americana na Base das Lajes, em defesa dos interesses do povo Terceirense e Açoriano.

Considerando que o PCP é contra a existência de Bases Militares estrangeiras no território nacional mas admite que podem ser instaladas instituições de pesquisa científica ou comerciais e industriais com benefícios para o país e para a Região.

Assim, e nos termos regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PCP propõe a aprovação do seguinte voto de protesto:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores protesta veementemente contra a intromissão do congressista norte-americano Devin Nunes nos assuntos de exclusiva e estrita competência do Estado Português e da Região Autónoma dos Açores, nomeadamente no que diz respeito a determinar ou condicionar quais as pessoas ou entidades a quem e onde deve ser autorizada a permanência e instalação.

**O Deputado Regional, João Paulo Corvelo**

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Obrigada Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A tradição ainda é o que era, temos um novo Deputado do PCP que transporta e que projeta os velhos preconceitos dos camaradas e do Partido Comunista da bandeira vermelha, com foice e martelo dos tempos da União Soviética.

Portanto, queria dizer que o Grupo Parlamentar do PS vota contra este voto. Nós não alinhamos neste anti-americanismo primário, isto é uma

instrumentalização descabida das declarações de uma pessoa e para nós os preconceitos anacrónicos não são a forma de defender e de afirmar os interesses da nossa Região.

Convém referir que o Congressoista Devin Nunes, membro da Câmara dos Representantes, o equivalente a um Deputado, é um membro de um órgão soberano e pronunciou-se numa entrevista jornalística com declarações que são aqui também puxadas fora do contexto, mas pronuncia-se como membro de um órgão de soberania, de um país aliado de Portugal, no âmbito da NATO, uma aliança intergovernamental com 28 países e como sabem funciona numa lógica de um país, um voto, não há transferência de poder, há sim decisão partilhada e o voto dos Estados Unidos vale tanto como o voto de Portugal.

Portanto, é sempre bom fazer essa pedagogia para se perceber o que está em causa quando há estes fantasmas que são aqui referidos.

Eu até compreendo que algumas pessoas discordem das declarações de um político norte americano, isso é normal, agora daí a formalizar um voto de protesto na Assembleia dos Açores, claramente que é uma instrumentalização própria, como já referi, do PCP do tempo do PCUS, do Partido Comunista da União Soviética.

Por isso eu gostava de dizer que Portugal e os Açores acompanham com muita atenção, Portugal tem por regra uma política externa respeitada pelos grandes e admirada pelos médios e pelos pequenos países. O país é um país credível, é um aliado de confiança e é neste quadro de credibilidade e de confiança que se constroem relações de coligação, relações de alianças de segurança e de defesa que são, como sabem, no caso de Portugal, em grande parte, alicerçadas na componente militar relacionada com a Base das Lajes. Mas a Base das Lajes não é um ativo de guerra de uma aliança virada para a violência e para a guerra, antes pelo contrário eu também refiro sempre isso, a NATO é uma aliança de

segurança e de defesa, promove a cooperação, promove a estabilidade, promove o desenvolvimento e isso é da maior importância.

Por isso termino também com uma nota pessoal, se me permitem, não é muito habitual, mas eu deixo aqui um testemunho pessoal de um Deputado que acompanha a algum tempo estas questões da Base das Lajes, para dizer que o Congresso, para usar a terminologia correta, Devin Nunes, tem sido um grande defensor da aliança com Portugal, um grande defensor da NATO e um político americano que tem procurado por diversas vezes valorizar o papel da Base das Lajes e este trabalho, isto com certeza tomando iniciativas que algumas não serão isentas de crítica, de algum excesso, isso pode ser possível, mas no essencial nós temos que ser justos e reconhecer o trabalho e o empenho que este responsável político tem feito em prol da valorização do aliado de Portugal e particularmente da valorização da Base das Lajes.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo, traz aqui um voto, mas eu acho que é a primeira vez que me lembro do Partido Comunista protestar, mas não protestava nos tempos de 75, 76, 77, 78, um dos camaradas da União Soviética, não emitiam opinião em entrevistas, vinham a Portugal mandar palpites e comandar o PC, portanto o Sr. Deputado está um bocadinho esquecido.

Mas também não ouvi o Sr. Deputado, nem o seu partido, manifestar-se sobre as opiniões do “Liping”, Xi Jinping, aqueles pingos todos da Chinha que os senhores apoiam, defensores dos direitos humanos, enfim, aquele País adiantado que paga bem aos trabalhadores, que tem um vencimento acima da média, que não explora o trabalho infantil, enfim, que contribui muito para o

ambiente, portanto nunca vi V. Exa. fazer um voto, há-de fazer um voto de congratulação aqui à Chinha, mas se a China não lhe bastar há-de também fazer algum voto de congratulação ...

Quando o Sr. Presidente da Chinha passou por cá, eu não vi o senhor manifestar-se, nem o seu partido, até mandaram destruir hotéis, para reconstruir hotéis para instalar o senhor.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Não vi o senhor manifestar-se, quer dizer, o senhor manifesta-se é contra quem defendeu os trabalhadores das Lajes; é contra quem defendeu as Lajes; é contra quem defendeu os interesses dos Açores; é contra quem defendeu os açorianos; é contra quem defendeu o emprego e depois a “Olívia patroa, a Olívia empregada”. Depois vem o sindicato afeto ao vosso partido, a mando do vossao partido, a CGTP, fazer a defesa dos trabalhadores das Lajes. Oh, Sr. Deputado, não pode ser! Ou bem que sim, ou bem que sim! Portanto não pode ser!

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Não é verdade!

**O Orador:** Os senhores não podem ter o melhor dos dois mundos. Não pode vir o sindicato vir defender, com as prevendas do PCP e com as devidas coisas e o PCP também vir tirar loures na defesa dos trabalhos e depois condenar quem genuinamente, não sendo sequer português, não sendo açoriano vem defender a Base das Lajes, os trabalhadores e a criação de emprego das Lajes.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, o que o senhor faz aqui é um atentado aos Açores e aos açorianos!

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Não é assim!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM vai votar também contra este Voto de Protesto porque, como se sabe, em termos de política externa, a Região Autónoma dos Açores tem vindo a apostar na associação de quem ocupa cargos relevantes no âmbito da nossa diáspora e que tem vindo a ser eleito para os diferentes órgãos do Governo, nos Estados Unidos, no Canadá, em Portugal Continental e em muitos outros locais, em que a nossa diáspora tem um papel cada vez mais relevante, nós temos feito um grande esforço, o Governo Regional e quase todos os partidos nesta Casa, têm feito um grande esforço de nos associar à defesa dos interesses da Região Autónoma dos Açores.

Numa parte importante dos casos, que é também o caso do Congresso Norte Americano Devin Nunes, eles têm contribuído para a defesa dos interesses dos Açores, por isso da nossa parte o que existe é gratidão em relação ao esforço que ele tem vindo a realizar.

É evidente que as frases que aqui são referidas estão fora de contexto, porque o que ele tem demonstrado ao longo do percurso político que tem feito, ele, como muitos outros políticos de ascendência açoriana, é que está ao lado dos interesses e de defesa dos interesses dos Açores.

Por isso, obviamente, o PPM nunca, mas em nenhuma situação irá votar contra a ação de açorianos ou de descendentes de açorianos que estão a defender os interesses da Região e que têm provas dadas que é o caso do Sr. Congresso Devin Nunes, que tem provas dadas na defesa dos interesses dos Açores, por isso não podemos acompanhar o Voto de Protesto do PCP.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(\*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Respeitando a visão do Partido Comunista e até sublinhando a vossa coerência histórica, quero dizer que o PSD e o seu Grupo Parlamentar vão votar contra este vosso voto e dizer as razões pela qual o fazemos, embora respeitando como disse a vossa posição.

Nós somos um aliado histórico dos Estados Unidos. Nós vivemos no centro do mundo ocidental. Os Açores historicamente tem sido ponte entre os Estados Unidos, o Continente Americano e o Continente Europeu.

É neste mundo ocidental que nós nos situamos, a que nós pertencemos histórica, cultural e geograficamente.

Também para dizer que o Congressista Federal Devin Nunes, é um político norte americano, a quem os Açores e Portugal muito devem.

O Congressista Federal Devin Nunes, se há dez anos era tido pelas principais publicações norte americanas como um *forty under forty*, um dos quarenta mais importantes do futuro político norte americano, neste momento é um dos políticos mais importantes dos Estados Unidos: Presidente da Comissão dos serviços secretos do Congresso e um político com um largo futuro à sua frente, mas que nunca, nunca esquece Portugal e as origens portuguesas e especialmente açorianas.

A semana pasada Devin Nunes e toda a sua família etiveram de férias no Pico e passaram por estas ilhas, é alguém que sente os Açores e defende os Açores, muitas vezes até contra interesses dos norte americanos.

Aquilo que os Açores e Portugal têm a fazer em relação ao Congressista Devin Nunes é congratular-se por haver alguém com este nível, com esta capacidade, com este poder que sente os Açores, é açoriano, tem sangue açoriano e defende sempre os Açores em todas as instâncias.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apetece-me começar esta minha intervenção com uma expressão mais ou menos popular: “Deus lá em cima, para quem é crente, e Devin Nunes cá em baixo”.

**Deputado Francisco Coelho (PS):** A extrema esquerda foi para o seminário hoje, o que é que eu hei de fazer!

**O Orador:** É o que me parece. É incrível!

O preconceito, a haver preconceito, está também, e porque todos nós podemos ser preconceituosos, o importante é ter consciência dos nossos preconceitos, pior é aquele que não tem consciência do seu próprio preconceito.

**Deputado José San-Bento (PS):** É o vosso caso! É o caso do Bloco de Esquerda!

**O Orador:** Mas o preconceito está do vosso lado, porque eu não vejo neste Voto de Protesto qualquer marca de anti americanismo primário, tanto que, e quero crer que o PCP também tinha essa intenção, e tem essa intenção, quando aqui anuncia neste voto, que não está contra, tal como o BE não está contra, a instalação de instituições de pesquisa científico-comerciais e industriais com benefícios para o País e para a Região.

Aqui poderão estar instituições norte americanas, e nós BE, não temos nada contra essa possibilidade, temos tudo contra a instalação de bases militares, com fins agressivos, sim, porque tem sempre fins agressivos e no que diz respeito à NATO isso está mais do que comprovado e essas instalações militares, para nós, não deverão ser instaladas na nossa terra, quer sejam norte americanas, quer sejam chinesas, norte coreanas, paquistanesas, indianas, tanto faz.

Portanto, o anti-americanismo primário não está do nosso lado, até porque o povo americano, tal como o povo português e qualquer povo do mundo, tem as suas idiossincrasias, nem todos pensam da mesma forma e devo concluir, e

acho que todos os Srs. e Sras. Deputadas também devem concordar comigo, que há norte americanos que são mais críticos da política atual norte americano, do que por exemplo o Sr. Deputado José San-Bento, que veio fazer aqui uma profissão de fé relativamente ao poder instituído nos Estados Unidos. Não sei em nome de quê!

O que torna este voto tão desconfortável, tanto para o PSD, como para o CDS, como para o PS, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Se o senhor disser o que eu disse é melhor!

**O Orador:** ... é porque a tal aliança que se acredita ser entre iguais, entre Portugal e os Estados Unidos, não é! É uma aliança desigual! Não é propriamente uma aliança, é uma relação de subserviência em que os Estados Unidos, como super potência manda e Portugal obedece.

**Deputado José San-Bento (PS):** Olhe o conceito!

**O Orador:** ... e isso fica bem patente nestas afirmações de Devin Nunes: ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Grande confusão vai nessa cabeça, Sr. Deputado!

**O Orador:** ... “A presença de entidades estrangeiras perto da Base das lajes nos Açores é inaceitável!”.

Esta afirmação é um atentado à soberania nacional. Isso deveria ser visto como algo de grave!

**Deputado José San-Bento (PS):** Gravíssimo!

**O Orador:** No entanto, para surpresa geral vejo aqui que continuam a depositar toda a fé e esperança em Devin Nunes. Porquê? Porque Devin Nunes ...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... com toda a legitimidade, Devin Nunes, defende os interesses norte americanos, não defende os interesses portugueses. Por vezes pode coincidir que a defesa dos interesses norte americanos, coincida com a defesa

dos interesses daquele que é o *status quo* nacional, e o *status quo* nacional não é mais do que agradar os interesses e seguir os interesses norte americanos.

Portanto, por essa ordem de razões, o Grupo Parlamentar do BE votará favoravelmente o Voto de Protesto da Representação Parlamentar do PCP.

Obrigado.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Muito bem, Sr. Deputado!

**Presidente:** Obrigada, sr. Deputado.

Vamos então passar à votação.

As Sras, e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 18 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM, 1 voto a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

**Presidente:** Vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio dia.

*Eram 11 horas e 27 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para recomeçarmos os nossos trabalhos.

*Eram 12 horas e 10 minutos.*

Vamos então dar continuidade à apresentação dos votos.

O próximo é um Voto de Protesto do BE.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

**Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

## **VOTO DE PROTESTO**

### **ADJUDICAÇÃO DA CONSTRUÇÃO DA CENTRAL INCINERADORA DE SÃO MIGUEL**

O Bloco de Esquerda/Açores considera um erro grave a decisão da adjudicação da construção da Central Incineradora de São Miguel, mais um passo na concretização de um projeto que não interessa a São Miguel e aos Açores pelas consequências negativas para a saúde pública e o ambiente, para além do seu gigantesco custo económico imediato e futuro. Este é um projeto megalómano e insustentável, quer do ponto de vista ambiental quer financeiro, e que custará muito caro aos contribuintes.

Na sequência da pressão exercida pela opinião pública e pelo movimento social, o Governo Regional declarou considerar fundamental que, por forma a cumprir a meta de 50% de reciclagem em 2020, a montante do incinerador previsto, seja instalada uma unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB), para a qual a AMISM anunciou entretanto estar garantido o financiamento, o que Ministro do Ambiente não confirmou inequivocamente.

Considerando os dados de 2016, verifica-se na ilha uma produção de resíduos urbanos de mais de 77 mil toneladas, das quais 20 mil são recicladas, sobrando 57 mil toneladas de resíduos a encaminhar para tratamento. A incineradora, projetada para cerca de 80000 toneladas, fica agora claramente sobre-dimensionada com a instalação do TMB, uma vez que este poderá processar cerca de 50% desses resíduos.

Com o TMB e uma abordagem correta para os vários tipos de resíduos, para além do expectável e desejável aumento da recolha seletiva, o quantitativo de resíduos a necessitar de destino final poderá passar para menos de metade do valor fornecido pela AMISM, pelo que é imperativa a revisão de todo o projeto. Mas, de forma totalmente irresponsável, a AMISM não pondera sequer redimensionar a incineradora após a inclusão do TMB, ignorando a inevitável redução da quantidade de resíduos a incinerar. A AMISM teima assim em avançar com uma decisão que é um mau negócio para a saúde, para o ambiente e para a carteira dos munícipes de toda a ilha. Ao contrário do que é sua obrigação, a AMISM não promove na prática a política de Redução/Reutilização/Reciclagem que se impõe, para salvaguarda dos nossos recursos, da nossa saúde e da nossa qualidade de vida.

O processo de construção da incineradora de São Miguel é um exemplo de total falta de transparência. A incineradora só avança fruto de uma vontade desmedida de levar em diante este projeto quando todos os dados indicam que este deve, no mínimo, ser totalmente revisto.

O Bloco de Esquerda continua a luta contra a incineração e a exigir a suspensão imediata do processo para que, de forma séria e transparente, se desenvolva uma solução integrada, ambiental e economicamente sustentável para os Resíduos Sólidos Urbanos em São Miguel e nos Açores.

**Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação de um Voto de Protesto à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, pela adjudicação da construção da Central Incineradora de São Miguel.**

Propõe-se, ainda, que deste Voto seja dado conhecimento à Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e às Assembleias Municipais de todos os municípios da ilha de São Miguel.

Obrigado, Sra. Presidente.

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017

**Os Deputados Regionais**, Zuraída Soares e Paulo Mendes

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Alonso Miguel.

(\*) **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Numa altura em que está em apreciação nesta Casa, na Comissão de Assuntos Parlamentares Ambiente e Trabalho, uma petição contra a incineração em S. Miguel, no âmbito da qual está a ser desenvolvido um conjunto de diligências e onde estão a ser apurados todos os factos sobre esta matéria, em nosso entender a apresentação deste Voto de Protesto, por parte do Grupo Parlamentar do BE, parece-nos manifestamente inusitada, mas mais do que isso parece-nos uma falta de respeito por este Parlamento e um desmerecimento pelo trabalho levado a cabo pela referida Comissão Parlamentar e como tal, obviamente, o CDS-PP não poderá associar-se a este Voto de Protesto.

Muito obrigado.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Luís Maurício.

(\*) **Deputado Luís Maurício (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se há matéria que se releva na discussão deste Voto de Protesto é a coerência do BE, esteve sempre contra a incineração.

Portanto nesta perspetiva é aqui coerente com a apresentação deste voto, é coerente consigo próprio e com a linha de pensamento que tem vindo a desenvolver ao longo destes últimos meses.

O que é certo no entanto é que a questão da valorização energética é uma questão de lei, ela está integrada num plano, o PEPGRA, que foi aqui aprovado nesta Assembleia, naturalmente com a discordância do BE, mas contempla nas suas diferentes possibilidades de tratamento dos resíduos sólidos urbanos, a valorização energética e, por conseguinte, a inceneração.

O tratamento de resíduos sólidos urbanos, esses sim, pressupõem o encerramento dos aterros sanitários e aquilo que poderia corresponder à contaminação dos aquíferos, essas sim, consequências indeléveis para a saúde público.

Portanto, é neste contexto que a Associação de Municípios de S. Miguel desenvolve as démarches necessárias no sentido de promover e de concretizar um dos instrumentos contidos no PEPGRA que nesta Assembleia foi aprovado.

A Associação de Municípios de S. Miguel por unanimidade decidiu desencadear o processo de adjudicação, e mais até, depois da discussão pública que se gerou introduzir o tratamento biológico, mecânico associado à aquisição da incineradora e apesar da introdução do tratamento biológico mecânico, os autarcas mantiveram a unanimidade relativamente à opção tomada, como consta de ata da Associação de Municípios da Ilha de S. Miguel.

Se os concorrentes entre si, discordam da decisão do júri, isso é uma questão que os tribunais decidirão e que não é a primeira vez que acontece em muitos concursos públicos estamos enfim, entre ásperas, habituados a observar esse tipo de comportamentos, estão no seu direito, recorrem das decisões tomadas pelos júris nos processos concursais e, portanto, isso é uma matéria que os tribunais decidirão.

**Deputado Francisco César (PS):** É normal!

**O Orador:** Agora, parece-nos a nós e quase parefraseando as palavras do Sr. Deputado Alonso Miguel que tendo os autarcas decidido desta maneira, este



Voto de Protesto apresentado nesta Assembleia é um Voto de Protesto extemporâneo, razão pela qual o PSD votará contra este Voto de Protesto.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(\*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS vai votar contra este Voto de Protesto, desde logo porque considera à partida que submeter à Assembleia um Voto de Protesto contra uma adjudicação de uma entidade chamada AMISM, é uma coisa sem sentido, quanto a nós, porque efetivamente a Assembleia vai pronunciar-se contra uma adjudicação. Bom, ainda se contra a incineração em si, é outra matéria, agora contra um ato administrativo de uma entidade que está mandatada para tal, não nos parece que isso seja o papel reservado para a Assembleia Legislativa Regional.

Por outro lado, há algumas situações de conteúdo neste voto que não correspondem à verdade, de facto o Sr. Ministro do Ambiente instado a pronunciar-se na Comissão de Ambiente a uma pergunta da Dra. Berta Cabral, disse até que este era um projeto que fazia todo o sentido para a Região Autónoma dos Açores, portanto não vejo onde é que essa questão releva para aqui.

Por outro lado, eu penso que o BE confundiu um pouco o papel do próprio tratamento mecânico e biológico, o que está previsto para S. Miguel é um primeiro tratamento mecânico biológico em que vai haver uma percentagem de quatro a seis por cento de resíduos que efetivamente podem ser tratados de uma maneira para poder aumentar o poder calorífico, que é disso que se trata.

Ao fim e ao cabo o que se trata é de antecipar aquilo que são as mestas de 2030, onde 60% dos resíduos vão ter que ser resíduos tratados por este tipo de mecanização mecânico biológica e também pela incineração.

Portanto, há aqui uma antecipação da própria Associação de Municípios nesta matéria.

De resto, é também interessante notar que quer através do célebre protocolo de Quioto de 1997, em que 160 países de facto acordaram, de facto, haver menos emissões de metano e de dióxido de carbono, quer através até do que é mais longínquo de 1992, da Agenda 21, os Açores estão trilhando um caminho que me parece ser ajustado e que este Voto acaba por não refletir nem materializar na sua verdadeira dimensão, dando uma imagem negativa que não faz parte do que está em curso e por outro lado, também, porque não dizê-lo, este voto de pretexto, e não de protesto, é mais um voto de pretexto, é um pretexto do BE para trazer a esta Casa uma posição em relação a um ato de adjudicação, como eu já disse.

Para nós, já dissemos isso aqui uma vez, o Grupo Parlamentar do PS, entende que há três visões, pelo menos, que se pode ter em relação ao ambiente, ou aquela que parece defender o BE de que isto vai estar em permanente primavera erizada ou colorida, ou que só os estudos técnicos é que vão contribuir para o desenvolvimento do ambiente, ou como nós defendemos que há maneira de utilizar os recursos a ter um certo limiar, otimizando a sua gestão.

É isso que nós entendemos que a AMISM e os Açores estão a fazer, portanto nós vamos votar contra porque isto não nos parece um Voto de Protesto, mas cheira-nos a um voto de pretexto.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM irá votar a favor deste Voto de Protesto.

**Deputado André Bradford (PS):** Olha para ele!

**O Orador:** Esta é a nossa convicção enquanto primeiro partido ecológico da Península Ibérica, criado na Península Ibérica, um partido que tem preocupações ecológicas na Região Autónoma dos Açores, ...

**Deputado André Bradford (PS):** Sr. Deputado, menos!

**O Orador:** ... este de facto como bem diz o Voto de Protesto, este projeto é um projeto megalómano, com interesses mal explicados e que irá provocar um atraso durante décadas, no âmbito das políticas de promoção da separação de resíduos.

Eu não tenho nenhum tipo de dúvida, que este projeto, um projeto com esta dimensão, um projeto completamente desfasado da realidade, irá provocar graves atrasos nas políticas que têm vindo a ser desenvolvidas nesta matéria e devem ser desenvolvidas com etapas e com objetivos cada vez mais ambiciosos, pois a implementação deste projeto irá provocar exatamente o contrário, a destruição de todas as políticas de separação de resíduos, qualquer avanço nesta matéria, a partir do momento em que este monstro esteja construído será impossível de implementar.

Por isso, Sr. Deputado, conta no âmbito deste Voto de Protesto, com o apoio do PPM, nós temos esta perceção e consideramos que este Projeto é um projeto que irá afetar gravemente, mas gravemente, a qualidade ambiental da Ilha de s. Miguel.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazendo um ligeiro resumo daquelas que foram as várias posições partidárias neste Plenário, começo pelo CDS, que se prende com o formalismo do voto aqui apresentado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Não é formalismo, é respeito pelo trabalho desta Casa!

**O Orador:** E prende-se com o formalismo porque entende que este é um tema inédito na Região e há primeiro que avaliá-lo.

Eu devo relembrar que neste momento temos na Região na Ilha Terceira uma incineradora a funcionar ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E bem! Está a funcionar mal?!

**O Orador:** ... e há época, na altura do projeto da instalação desta incineradora na Ilha Terceira, o PS, o PSD, o CDS, mantiveram-se impávidos e serenos, numa unanimidade podre e assustadora, ...

**Deputado Francisco Coelho (PS):** Assustadora para si!

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso é porque o senhor é medroso!

**O Orador:** ... tanto assustadora é que já em 2013 o BE desafiou tanto o PS, como PSD, como o CDS à realização de referendos locais, quer no concelho da Praia da Vitória, quer no concelho de Angra do Heroísmo, para que as pessoas pudessem expressar, os terceirenses neste caso, pudessem expressar a sua vontade sobre o destino da política de resíduos na Ilha Terceira.

Por incrível que possa parecer, pelo menos em termos públicos, tanto PS, como PSD e CDS mantiveram-se silenciosos e nem resposta deram esse desafio e sem dúvidas ao longo de quatro anos de mandato, nunca nenhuma destas representações, estes partidos representados nas Assembleias Municipais, quer de Angra, quer da Praia da Vitória, lutaram sequer pela possibilidade de haver referendos locais na Ilha Terceira.

O mesmo se aplica a S. Miguel, onde o BE apresentou, propostas de realização de referendos locais e que foram viabilizadas pelo PS, pelo PSD e pelo CDS.

Bem, o Sr. Deputado Luís Maurício disse uma verdade, de facto a inceneração está contemplada na lei, mas a lei não obriga a que a Região, ou qualquer ilha tenha que aplicar a solução da inceneração. Não obriga! É uma possibilidade entre outras, tanto é que existem de facto várias alternativas aos atuais aterros. Existem várias alternativas!

Portanto, esta conclusão retirada pelo Sr. Deputado Luís Maurício de que a única solução alternativa é a inceneração, acaba por ter origem naqueles que foram os estudos de impacto ambiental que partem de um princípio já de si enviesado, que é qual? Só temos duas soluções, segundo esses estudos de impacto ambiental, quer para a incineradora da Ilha Terceira, quer para a incineradora da Ilha de S. Miguel, que é: ou continuamos com o atual aterro, coisa que ninguém quer; ou então a inceneração e não há consideração por outra qualquer alternativa, até mesmo com combinações, como agora parecem querer viabilizar da inceneração com TMB.

**Deputado André Bradford (PS):** Afinal há alternativa ou não há alternativa?

**O Orador:** Há alternativas!

Há o tratamento mecânico biológico, havia também a vermicombustagem que foi, entretanto, desativada no Nordeste, sabe-se lá porquê.

**Deputado Francisco César (PS):** Oh senhor, são materiais pesados!

**O Orador:** Para quê? Para que houvesse resíduos suficientes para incinerar, portanto várias alternativas sempre existiram.

Mais, o PEPGRA, que foi aprovado nest Casa, contempla vários dados, dados que tem a ver com metas da reciclagem e o PEPGRA, num gráfico, na sua página 29, diz-nos o seguinte: os resíduos produzidos na Região serão provenientes em 36% de bioresíduos; 14% de papel e cartão; 12% de plástico e 10% de vidro, o que dá um total de 72% de resíduos recicláveis no total da produção de resíduos sólidos urbanos.

**Deputado André Bradford (PS):** Se o senhor visse o TMB a funcionar!...

**O Orador:** Ora, se formos ver a atual produção de resíduos na Ilha de S. Miguel, que ronda as 77 mil toneladas por ano e se aplicarmos aquela que é a estimativa ou as metas propostas no PEPGRA chegamos à conclusão que 55 mil toneladas, mais coisa, menos coisa, seriam passíveis de reciclagem, portanto sobrariam muitas poucas toneladas para serem incineradas...

**Presidente:** Agradeço que termine, Sr. Deputado.

**O Orador:** ... e de certo não irão precisar de um incinerador com a capacidade de 80 000 toneladas para fazer esse trabalho.

Portanto, o que não há é uma verdadeira vontade política de viabilizar outras alternativas à inceneração, tanto é que o TMB que está previsto, parece que vai um mini micra ao TMB, uma espécie de TMB doméstico, que se põe lá por casa, é mais ou menos isso (não é?) ...

**Deputado Francisco César (PS):** É portátil!

**O Orador:** ... quando poderíamos ter um TMB a sério, mas não querem um TMB a sério porque assim não terão resíduos para incinerar, assim não irão inviabilizar um mega custo para a Região ...

**Presidente:** Sr. Deputado, tem que terminar ...

**O Orador:** ... que trará resultados desastrosos, quer em termos económicos, quer em termos ambientais.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Não havendo mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 15 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

**Presidente:** O próximo Voto de Protesto é apresentado pelo PSD.

Tem a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É da responsabilidade da Força Aérea Portuguesa a realização de operações de busca e salvamento na Região Autónoma dos Açores, assim como evacuações médicas de doentes provenientes de ilhas sem hospital, contribuindo assim para uma relação de confiança e entreajuda em situações de emergência e catástrofe para todos os açorianos.

Ora, se nós açorianos, não podemos viver reféns da nossa condição arquipelágica, exige-se então que tenhamos SEMPRE ao nosso dispor todos os meios necessários, para que perante uma fatalidade esta condição seja minimizada.

Recentemente, foi denunciado por uma alta patente das Forças Armadas à Comissão Parlamentar da Defesa Nacional, em visita aos Açores, que apesar de existirem 2 helicópteros do tipo EH-101 Merlin estacionados na Região, constata-se que na Zona Aérea dos Açores, continua a existir uma única tripulação disponível e preparada para atuar, não maximizando os recursos humanos para os equipamentos existentes.

A mesma fonte, disse ainda que a corveta destacada para os mesmos fins, não tem no seu *staff* qualquer médico a bordo, havendo apenas um enfermeiro.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Serão estes incumprimentos uma consequência direta das Cativeirações? Ou serão apenas mais um incumprimento do atual Governo da República perante os Açorianos?

O Governo da República anunciou em maio de 2016 a intenção de rapidamente ultrapassar a questão orçamental, apontada como o bloqueio para a existência de uma segunda tripulação nos Açores.

Ao fim de 14 meses, está tudo exatamente da mesma maneira, ou seja, existe apenas uma tripulação disponível e não será possível contornar qualquer transtorno perante a necessidade de acionar as 2 tripulações em simultâneo ou em períodos de tempo próximos, não respeitando o que está estipulado por lei, uma vez que o descanso e a segurança da única tripulação presente e consequentemente dos açorianos poderão estar em causa.

Sabemos que este problema se vem perpetuando e que cabe ao Governo da República resolvê-lo.

Sabemos que os atuais constrangimentos que impedem a resolução deste problema são os mesmos que há 3 anos atrás, quando esta assembleia aprovou por unanimidade um voto de protesto que responsabilizava a República por estes incumprimentos.

Sabemos também que o atual Governo dos Açores tem responsabilidades acrescidas de pressionar os seus camaradas da República, uma vez que ambos são suportados pelo Partido Socialista e uma vez que já foi prometido pelo Primeiro Ministro, António Costa, a resolução do mesmo. No entanto, que se saiba, nada foi feito.

Perante esta falha abusiva do Governo da República, resta-nos confiar, como sempre, no empenho pessoal e brio profissional que os militares dos três ramos das Forças Armadas demonstram quando desempenham funções, sendo que para o povo açoriano são e serão sempre um recurso precioso e essencial à nossa condição arquipelágica, sendo imprescindíveis em momentos de angústia, para os quais a resposta destes profissionais é sempre do mais alto nível, inversamente a quem manda e tem responsabilidades diretas- o Governo da República.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o grupo parlamentar do Partido Social Democrata propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove e emita um voto de protesto contra:



- O facto de a Força Aérea Portuguesa não ter ao seu dispor recursos financeiros necessários para que possa cumprir as suas funções de forma segura e eficaz, não pondo em risco as missões que efetua nem as populações.

- O facto de a Força Aérea não dispor na Região de recursos humanos adequados e necessários, para que existam sempre 2 tripulações disponíveis garantido assim a segurança e o auxílio dos açorianos, sobretudo os que vivem em ilha sem hospital e perante uma fatalidade necessitam de cuidados diferenciados.

- A falta de garantias para a solução imediata deste problema, apesar do Sr. Primeiro Ministro ter-se comprometido com a resolução do mesmo em maio de 2016, o que priva os Açores e os açorianos em particular de uma qualidade de cuidados adequada e uma salvação sempre que necessário realizar missões de busca e salvamento.

Disse.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Muito bem!

Horta, Sala das Sessões, 12 de julho de 2017.

**Os Deputados Regionais,** Duarte Freitas, Luís Maurício, Mónica Seidi, António Viveiros e Paulo Parece

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Nós votaremos favoravelmente este Voto porque o PS está sempre na primeira linha de defesa dos interesses dos Açores e porque nós dizemos uma coisa antes e a mesma coisa depois das eleições.

O PS procura sempre de uma forma leal e determinada cumprir os seus compromissões eleitorais, mesmo em situações que são difíceis e sujeitas a

impoderáveis, nós estamos aqui. Nós não fugimos às nossas responsabilidades, nem nos furtamos ao debate sereno e esclarecedor, mesmo num caso como este em que nós consideramos que esta solução esta a ser desenvolvida.

De facto, nós, em relação ao voto propriamente dito, Sra. Deputada, eu gostava só de fazer alguns comentários, apesar de, como lhe disse votarmos a favor, há questões aqui que eu gostava de esclarecer e de aclarar.

Na página 3 é dito que se saiba nada foi feito. Muita coisa foi feita, este problema está a ser desenvolvido e esta solução estará a ser desenvolvida, mas para quem tiver dúvidas, Sra. Deputada, basta dizer isso, nós já não estamos numa fase em que o Sr. Ministro da Defesa, na altura aliás uma das razões que suscitou o voto, afirmou que as missões da Força Aérea era busca e salvamento e que, enfim, as evacuações era um protocolo, era uma coisa secundária, portanto nós já não estamos nesta fase. Neste momento há um entendimento da parte do Governo da República, de que esta missão crucial e insubstituível da parte da Força Aérea, é de facto uma responsabilidade que tem que ser feita, portanto Sra. Deputada, se me permite o meu humilde contributo ao voto já se avançou.

Quanto às questões resolutivas, os pontos resolutivos.

O PSD enfoca muito a questão da Força Aérea não ter ao seu dispor recursos financeiros necessários.

Bem, é bom que se diga que nós não estamos, Sra. Deputada, só a falar de recursos financeiros, ainda recentemente estive cá a Comissão de defesa da Assembleia da República e eu próprio tive oportunidade de conversar com vários Deputados, de vários partidos.

Nós estamos a falar de uma questão que no limite, obviamente, tem custos, mas no essencial nós estamos a falar de questões técnicas, de questões operacionais e, portanto, isso deve ser também considerado e não apenas a dimensão

financeira numa suposta austeridade ou cativações, como agora é o discurso oficial do PSD.

Isto é apenas uma pequena componente da questão e está longe da verdade, Sra. Deputada.

No segundo ponto é dito que “a força aérea não dispõe na Região de recursos humanos adequados e necessários”.

Nós batemos por uma segunda tripulação como eu já aqui referi, no entanto, Sra. Deputada, é bom também que não sejamos alarmistas.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Foi isso que os senhores disseram há dois anos!

**O Orador:** Sr. Deputado, se me deixar, eu estou a tentar dar um contributo eventualmente modesto, mas sereno e esclarecedor.

**Deputado Luís Maurício (PSD):** Deixo com certeza! Gosto muito de o ouvir falar!

**O Orador:** A Força Aérea tem um conjunto de mecanismos de redundância e de projeção de tripulações de helicópteros em caso de necessidade premente que estão a funcionar, inclusivamente há redundâncias relativas aos equipamentos que estão em Porto Santo. Ainda recentemente eu estive com o Deputado Marinho numa visita de trabalho à Madeira, visitamos um radar da Força Aérea e também tive oportunidade de falar sobre isso, veja só a coincidência, com o responsável da Força Aérea, neste caso tenho uma testemunha, o Sr. Deputado duvida quase sempre das minhas declarações, mas posso garantir.

Portanto, é bom também que se perceba isso. Há aqui mecanismos que permitem essas redundâncias e a questão quando se fala da segurança, do ponto de vista da Força Aérea, Sra. Deputada, pode haver limitações operacionais, mas do ponto de vista da Força Aérea a segurança é sempre assegurada e,

portanto, as questões de segurança não são bem abordadas neste contexto, se me permite a referência.

Finalmente, protestar face à falta de garantias para a solução imediata deste problema.

Sra. Deputada, este problema é um problema tecnicamente difícil, é tecnicamente complexo e moroso. A formação de tripulantes, oficiais, aviadores para um helicóptero desta especificação não é uma solução fácil, porque acredito que se fosse fácil já teria sido implementado, portanto, não vou aqui divagar sobre aquilo que foi, na altura, as declarações da Sra. Secretária de Estado da Defesa, que aliás estava em funções quando em finais de 2013 deixou de haver a segunda tripulação e que por diversas vezes a sua corologionária, na altura Secretária de Estado da Defesa, várias vezes deu a entender que esta solução era uma solução muito fácil, muito imediata e era uma questão de vontade.

A vontade política é muito importante, obviamente, mas há questões aqui de natureza técnica, de natureza operacional que são complexas, têm grandes padrões técnicos e têm a morosidade própria dos processos de formação que eu sei que a Sra. Deputada também conhece e é sensível a isso.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o sr. Deputado Artur Lima.

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo em primeiro lugar pela estima que sempre dedico ao Sr. Deputado José san-Bento ...

**Deputado José San-Bento (PS):** O senhor duvida sempre do que eu digo e depois tem estima por mim!

**O Orador:** Não, não duvido! Acredito que tenha ido visitar o radar da Madeira! Eu tenho pena é que não tenha ido visitar o radar da Serra de Santa Bárbara, na Terceira.

**Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Deputado podemos ir juntos, tenho gosto em ir consigo!

**O Orador:** Tenho pena que não tenha ido visitar o radar da Serra de Santa Bárbara que foi desmantelado nas suas barbas e nas barbas do PS e que o senhor não tenha ido ver realmente o que se cometeu lá e a barbaridade que se cometeu lá.

**Deputado José San-Bento (PS):** E quanto ao voto?

**O Orador:** Portanto, o Sr. Deputado devia talvez ler isso.

Bom, quanto ao voto: 30/10/2014, era Governo na República o PSD e o CDS e o CDS Sras. e Srs. Deputados, independentemente do Governo, da cor do Governo, fez um Projeto de Resolução nesta Casa, aprovado por unanimidade, ...

**Deputado José San-Bento (PS):** E o voto também foi aprovado por unanimidade!

**O Orador:** ... exatamente a recomendar, nós não somos só de protesto, também somos de propositura e fizemos propositura, não só protestamos, em 2014.

O Governo de então, não cumpriu, isto é de junho, saiu um ano depois, não cumpriu! Num ano o Governo do PSD e do CDS não cumpriu. Fica aqui a nossa censura.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não! Infelizmente não cumpriu!

**O Orador:** Mas em 2015 houve eleições para a Assembleia da República e a Sra. Deputada Lara Martinho escreve umas crónicas, ou cartas da República, não sei como é que se chama o nome, manifestou a sua preocupação com a falta

de pilotos comandantes que não permite que a Base das Lajes não usufrua da máxima operacionalidade dos dois helicópteros ao seu dispor, julho de 2015.

Portanto, se não me falha a memória dois anos, ou seja, mais tempo do que o outro Governo, muito mais tempo porque a outra foram praticamente dez meses, depois da sua publicação.

A Sra. Deputada Lara Martinho muito preocupada, está na Assembleia da República, nunca a ouvi falar sobre isto. Sobre isto na cartinha da República, nada!

**Deputado José San-Bento (PS):** Já falou! Em Comissão já falou e posso assegurar!

**O Orador:** 30 de abril de 2016: declaração conjunta do Governo da República e do Governo Regional dos Açores por ocasião da visita de Sua Exa. o Sr. Primeiro Ministro à Região Autónoma dos Açores.

Um dos pontos resolutivos foi também decidido que será assegurada a permanência nos Açores, de uma tripulação adicional para o helicóptero de busca e salvamento EH 101, na Base Aérea n.º 4 das Lajes.

**Deputado José San-Bento (PS):** Por isso é que eu disse o que eu disse, ou mais!

**O Orador:** Portanto, 30 de abril de 2016, já passou um ano e uns mesitos. Muito bem!

3 de agosto de 2016, afirma o Presidente do Governo, Vasco Cordeiro: segunda tripulação para helicóptero nas Lajes é matéria que fica bem resolvida. A gente não sabe como, mas ele diz que sim!

**Deputado José San-Bento (PS):** Teve resolução!

**O Orador:** Portanto, em agosto de 2016, já passou quanto? Onze meses! Quase um ano! Portanto é uma matéria que fica bem resolvida e fica bem resolvida no sentido de garantir que também nesta componente a Força Aérea Portuguesa tem toda a capacidade para cumprir a sua missão.

Cumprido – dizia o Sr. Presidente, salientando que fica sssim – mais um ponto da declaração conjunta assinada entre os Governos. A declaração conjunta tinha sido há um ano atrás. Portanto, ficou cumprido mais um ponto um ano depois.

**Deputado José San-Bento (PS):** Não! Nesse caso tinha sido em abril!

**O Orador:** Há um ano e mais!

Estamos agora e não ficou cumprido, portanto isto é um conjunto de mentiras seguidas! Não podem ser outras! Falsidades! Falta de cumprir a palavra!

**Deputado André Bradford (PS):** Não seja exagerado! No caso do Governo do CDS foi incumprimento, no nosso caso foi mentira!

**O Orador:** Não cumpriu a palavra!

O Sr. Deputado José San-Bento também na reunião de Política Geral, enfim, que achou que não se devia até criticar a descontaminação, mas isso vem a seguir, também achou que isto estava mais ou menos resolvido e que era urgente tratar do assunto.

Oh, meus senhores, se é urgente, se faz falta, se põe em causa vidas e se eu próprio aqui assumo o erro do Governo que o CDS fazia parte, os senhores não são capazes ...

**Deputado André Bradford (PS):** Então não era mentira!

**O Orador:** Oh, Sr. Deputado, eu ontem falei-lhe aqui no pós verdade e o pós verdade é a modernidade dos tempos. É dizer uma coisa, dizer uma coisa, dizer uma coisa e ela não acontece!

**Deputado André Bradford (PS):** Não é bem isso!

**O Orador:** E influenciar a opinião pública, que estão a fazer o que tem que fazer, mas não fazendo o que tem que fazer.

Portanto, todas as afirmações dos Deputados do PS, do Sr. Presidente do Governo e do Primeiro Ministro, são falsas, até hoje, porque ainda não as cumpriram ...

**Deputado José San-Bento (PS):** Não diga isso!

**O Orador:** ... e a palavra deles até hoje vale zero, para citar um Ministro vosso!

**Deputado Francisco César (PS):** O senhor está a reclamar com a gente por quê?

**O Orador:** A palavra dos Deputados Socialistas na Assembleia da República; a palavra do Presidente do Governo e a palavra do Primeiro Ministro nessa matéria, para citar um camarado seu, vale zero e os açorianos continuam sem a tripulação, sem a segunda tripulação para operarem com os helicópteros.

Termino, Sra. Presidente, fazendo mais uma observação ao Sr. Deputado André Bradford: sempre que eu falo o senhor interrompe-me!

**O Orador:** Eu não o interrompi!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

**O Orador:** O Sr. Não interrompe, O senhor faz conversa corrida ...

**Presidente:** Sr. Deputado obrigada.

**O Orador:** ... e o seu ruído incomoda-me, quando eu estou a falar.

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, já terminou a sua intervenção ...

**O Orador:** Já lhe pedi encarecidamente para o senhor, quando eu estiver a falar ...

**Presidente:** Sr. Deputado Artur Lima, já terminou a sua intervenção ...

**O Orador:** Eu terminei.

**Presidente:** Até porque já esgotou os eu tempo também, já ultrapassou o seu tempo.

**O Orador:** Em quantos segundos, Sra. Presidente?

**Presidente:** Um minuto e tal.

**O Orador:** Um minuto? Ultrapassei a minha intervenção num minuto?

**Presidente:** Um minuto e tal, que ultrapassou.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Ultrapassei? Um minuto?! Então não foi muito! A senhora costuma dar 6 minutos a Sr. Presidente do Governo!



**Presidente:** A Mesa dá a mesma tolerância a todos os partidos, a todas as bancadas que têm acento nesta Assembleia.

Sras. e Srs. Deputados, eu pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O Voto de Protesto apresentado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra para uma declaração de voto.

(\*) **Deputado José San-Bento (PS):** Como referi o PS votou a favor deste voto, por coerência, porque nós dizemos a mesma coisa antes e depois das eleições.

Queria destacar que há três aspetos que devem ser aqui sublinhados: há da parte do Governo da República o reconhecimento ao mais alto nível do papel crucial e insubstituível da Força Aérea nas evacuações médicas de emergência; em segundo lugar há o compromisso formal da parte do Governo da República em solucionar o problema da segunda tripulação de helicópteros na Base das Lajes e em terceiro lugar a formação dos novos oficiais aviadores para tripulações de helicópteros da Força Aérea, é uma prioridade do Governo, só que é um processo tecnicamente complexo e moroso, mas está a ser desenvolvido.

Muito obrigado.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra a sra. Deputada Mónica Seidi.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com grande satisfação que vejo que este voto foi aqui aprovado por unanimidade, apesar das divergências apontadas pelo Deputado José San-Bento, mas quereia relembrar-lhe que o último problema que o senhor aqui falou na câmara ...

**Deputado José Ávila(PS):** Isso é uma declaração de voto?

**Presidente:** Sra. Deputada Mónica Seidi ...

**A Oradora:** ... foi o mesmoo que já existia há três anos atrás e ...

**Presidente:** Sra. Deputada Mónica Seidi está a fazer uma declaração de voto.

**Deputado José San-Bento (PS):** Isso não é uma declaração de voto!

**Deputado Paulo Parece (PSD):** É uma declaração de voto ao estilo do Partido Socialista!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

*(Aparte inaudível)*

(\*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Os Srs. já fazem o que querem daí e ainda lhes resta tempo.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Com a anuência do Sr. Deputado Bradford vou continuar.

O CDS votou favoravelmente com convicção este voto, porque nesta Casa há três anos apresentou uma Resolução exatamente nesse sentido para que se cumprisse a segunda tripulação ...

**Deputado Francisco César (PS):** Nós também!

**O Orador:** ... para os helicópteros Merlin e para os E Casa 295.

O que acontece até hoje é que ainda se vive de promessas: três anos depois, um ano do Governo PSD-CDS e dois anos, mais de dois anos do Governo do PS e da geringonça nacional do BE e do PCP nessa matéria. Mais de dois anos depois não cumpriram, com a gravidade de como muito bem disse o Sr. Deputado José San-Bento, ter sido assumido ao mais alto nível ...!

Ora bem, se é assumido ao mais alto nível e não se cumpre, o que é que os açorianos podem esperar mais?

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** Se ao mais alto nível eles não cumprem com a sua palavra, o que é que se pode esperar mais?

Portanto, nas informações que nós temos, das investigações que fizemos, há pilotos formados, essa questão da formação de oficiais pilotos dura há mais de dois anos e formar um comandante não dura 3 anos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Considerando o nosso horário, nós vamos interromper os nossos trabalhos, uma vez que temos PTAP amanhã de manhã.

Regressamos com a Agenda às 15 horas.

*Eram 12 horas e 53 minutos.*

**Presidente:** Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Agradeço que ocupem os vossos lugares.

Vamos dar início aos trabalhos da Agenda.

*Eram 15 horas e 13 minutos.*

*(Após o intervalo o Deputado Jorge Jorge voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)*

Entramos hoje no ponto **4 - Projeto de Resolução n.º 27/XI – “Recomenda ao Governo Regional que apoie ...**

Sr. Deputado Duarte Freitas, pede a palavra para uma interpelação?

Tem a palavra Sr. Deputado.

**Deputado Duarte Freitas (PSD):** Srs. Deputados, uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 30 minutos por favor.

**Presidente:** É regimental.

Regressamos a um quatro para as quatro.

*Eram 15 horas e 14 minutos.*

**Presidente:** Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para retomarmos os nossos trabalhos.

*Eram 16 horas e 12 minutos.*

Vamos então fazer a apresentação do **Projeto de Resolução n.º 27/XI – “Recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones portuguesas”**.

Este diploma é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

**Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

As nossas ilhas são bastante diversas.

A urografia de todo o nosso arquipélago estará longe de ser toda igual. As nossas condições edáfoclimáticas são algo diversas de ilha para ilha.

Assim o PCP apresentou este Projeto de Resolução, que hoje sobe a Plenário, tendo como objetivo criar mecanismos para ultrapassar um dos obstáculos que se coloca aos nossos agricultores pela inexistência de apoios às raças bovinas autóctones portuguesas, com exceção da Ramo Grande.

Qualquer produtor nacional no continente tem o direito de decidir qual a raça autóctone que deseja produzir, independentemente do local em que o faz, podendo por isso candidatar-se aos apoios respetivos.

Igual possibilidade é negada aos produtores açorianos, o que os coloca numa situação de efetiva desigualdade. Podem até os produtores no continente receber apoios relativos à criação da raça Ramo Grande, mas os produtores açorianos não têm o direito ao apoio se criarem raças autóctones portuguesas com a exceção da do Ramo Grande.

Tal impedimento prejudica os agricultores açorianos, limitando-lhes as possibilidades e colococando-os numa situação objetiva de desvantagem em relação aos agricultores do continente que se optarem por utilizar qualquer raça autóctone, incluindo a raça Ramo Grande, são devidamente apoiados.

Os agricultores açorianos, ao invés, não têm a possibilidade e não podem em iguais circunstâncias dedicar-se à criação de raças autóctones do seu próprio País.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

A manutenção das raças bovinas autóctones portuguesas é importante não apenas em termos de manutenção da biodiversidade animal e dos recursos genéticos nacionais, mas também pela sua capacidade e qualidade produtiva.

As raças autóctones portuguesas permitiram beneficiar e valorizar a nossa agricultura, pois têm características adequadas para a sua criação nos Açores,

nomeadamente nas ilhas mais pequenas, com terrenos de declive mais acentuados e em explorações de terrenos de reduzidas dimensões, sendo igualmente uma referência pela excelência dos produtos pecuários produzidos.

Portugal pode orgulhar-se de possuir um rico manancial de raças bovinas com características próprias e distintivas.

Este é um património dos agricultores portugueses, incluindo naturalmente os açorianos, que foi por eles criado com esforço e dedicação ao longo de gerações, que nos cumpre preservar e valorizar.

Por outro lado, não estamos contra que se utilizem raças exóticas, inclusive já foram introduzidas diversas na Região, mas achamos que não faz qualquer sentido que as raças autóctones nacionais, não sejam apoiadas nos Açores, nos mesmos moldes que acontece no continente.

Este Projeto de Resolução do PCP, constitui uma oportunidade de alterarmos a política que tem vindo a ser seguida nos Açores, prestando um bom serviço aos agricultores, ao nosso ambiente e aos nossos recursos que pertencem a todos nós.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A maioria das raças autóctones são originárias das regiões onde elas se encontram, ou então foram introduzidas há bastante tempo nessas zonas, tendo evoluído e criando adaptações para que se classifiquem como tal, tendo criado adaptações quer à parte ambiental, quer à parte de produção de manejo das explorações e são essas raças que são consideradas hoje em dia e que designamos como autóctones.

No caso dos Açores a raça de Ramo Grande é aquela raça que nos caracteriza, o chamado gado da terra como é vulgarmente conhecido e tem uma importância não só em termos pecuários, mas também em termos culturais, como é o caso das festas do Espírito Santo.

Em 2013 o Governo Regional implementou o programa de conservação e melhoramento genético da raça Ramo Grande, com o intuito de preservar esta raça que há uns anos atrás estava muito perdida em termos genéticos e com isto se conseguiu melhorar e conseguiu-se que ela fosse novamente reavivada e que as características viessem novamente e tivessem produtores a produzir essas raças. Muitas vezes em condições difíceis os produtores quiseram continuar e retomar essa raça para dar consequência a um legado que já existia e a uma tradição que existia pelos seus antepassados, muitas vezes porque até os avós ou os pais até já tinham tido animais dessa raça e no caso específico de S. Jorge a verdade é que esta assume uma importância quer a nível local, quer a nível regional. Hoje em dia temos cerca de 115 criadores da raça Ramo Grande, dos 1300 adultos inscritos no livro, cerca sensivelmente de 600 são da Ilha de S. Jorge e, portanto, esta raça é uma raça que tem alguma importância na Ilha de S. Jorge.

Esta preservação deve-se não só à criação deste programa de conservação de melhoramento genético, não só aos apoios que existem no âmbito do Pro Rural+, mas também acima de tudo pela dedicação e pelo empenho dos produtores em manterem esta raça.

Portanto, com este projeto e com esta iniciativa do PCP acho que acima de tudo importa refletir que importância e que relevância poderá ter a introdução de outras raças autóctones na nossa Região, que vantagens é que podem daí advir, também pela questão financeira de onde é que estas verbas poderiam vir, se seria através da redução de outros apoios, através de mais rateios, qual seria a origem do financiamento para esta verba, mas em relação ao Ramo Grande uma

coisa é certa: existe ainda um trabalho para fazer em relação a esta raça, uma raça que atualmente é aquela que nos identifica, existe um trabalho que é necessário fazer para que também esta seja uma mais valia, em que se consiga acrescentar valor económico a esta raça que pode ir desde o acabamento dos animais, por uma linha e por uma promoção nomeadamente da carne destes animais como sendo uma mais valia e portanto é necessário avaliar também em relação ao Ramo Grande, o trabalho e o caminho que se pretende seguir.

Em relação e concretamente a esta iniciativa apresentada pelo PCP, percebemos o intuito uma vez que um dos argumentos apresentados pelo proponente é o facto de no passado já ter existido uma raça que era característica das ilhas, nomeadamente das Flores e do Corvo, dado também as características daquelas ilhas onde temos parcelas com outros declives, onde temos parcelas com outras dimensões, existiria uma raça descendente da raça cachenha, que eram animais mais pequenos e adequados, portanto percebemos e sabemos que existem especificidades que são diferentes nas várias ilhas.

No entanto, o CDS vai estar sempre disponível para viabilizar e para avaliar iniciativas e apoiar estudos no sentido de perceber o que é que se pode adequar a cada realidade, mas a verdade é que também temos que perceber que vantagens é que iniciativas como esta poderão trazer para a Região e também para os nossos produtores.

Portanto, não pode isto significar um apoio indiscriminado a qualquer raça, só por esta ser autóctone, acho que é necessário avaliar, perceber e claro que aí o CDS estará disponível para tomar uma posição. Entendemos é que não pode ser feita esta introdução de uma forma indiscriminada, digamos assim, das raças só por estas serem autóctones.

Muito obrigada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.



Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver.

Sra. Deputada Mónica Rocha, tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós, naturalmente, o PS fez o seu trabalho parlamentar, valorizando a opinião das pessoas que efetivamente recebemos, que tem o seu valor, tem o seu trabalho e especificamente neste Projeto de Resolução, foi com muito agrado que percebemos e reforçamos mais uma vez o bom trabalho dos nossos produtores nesta área.

Simplesmente porque este Projeto de Resolução recomenda o apoio às raças bovinas autóctones, ele já é apoiado, é a raça do Ramo Grande onde se inclui, portanto naturalmente esta situação já está sanada, todavia importa efetivamente perceber e ter um plano de ação e uma estratégia que tenha critérios e prioridades na boa gestão dos fundos comunitários.

Aqui, este passará a apoiar na decisão não de dividir, mas sim acrescentar valor, de criar condições de manutenção e crescimento desta raça. Um valor acrescentado acente na diferenciação dos seus produtos, acente na comercialização dos seus subprodutos, orientando e potenciando o nicho de mercado e no fundo criar uma intenção de compra e um mercado específico para esta raça.

Reforça-se naturalmente com tudo isto a nossa imagem e a preservação do nosso ambiente, da nossa cultura, dos nossos solos, da preservação da nossa biodiversidade e naturalmente dos recursos naturais.

Portanto, neste sentido parece-nos que a prioridade não é importar outras raças, mas sim exportar e tudo o que aqui disse foi reforçado e veiculado, quer pelo Sr. Presidente da Federação Agrícola, quer naturalmente pelo Presidente da Associação do Ramo Grande e parece-me que este será naturalmente o caminho a fazer e a valorizar.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu venho a debate para esclarecer duas ou três situações que foram levantadas aqui.

Não há raças autóctones regionais. Há raças autóctones portuguesas, ou seja, estas raças foram introduzidas nesta Região, não são originárias desta Região.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** Temos as do Ramo Grande!

**O Orador:** Mais, têm sido introduzidas várias raças exóticas ao longo do tempo nesta Região, ou seja dizer aqui nesta Casa, que não são introduzidas e que não se deve introduzir outras raças e mais raças e mais animais na Região, não é verdade, porque todos os anos são introduzidos na Região, mais animais, mais animais e mais animais, para melhorar geneticamente os animais que cá existem, ou seja a nossa posição é que deve existir uma abertura e esta é uma altura certa para haver esta abertura, no melhoramento e na importação, na possibilidade dos agricultores terem os mesmos apoios na importação de animais de raças autóctones do nosso País todo, do nosso País todo!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Almeida tem a palavra.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A presente iniciativa sobre o eventual apoio público às raças autóctones portuguesas do continente, permite-nos falar sobre os conceitos do desenvolvimento rural integrado e sustentável e bem assim na relação que tem defendido nesta Assembleia do aprofundamento de uma nova estratégia para uma nova cadeia de valor que incorpora a mais valia do turismo e do ambiente na melhoria do rendimento das empresas agrícolas e dos agricultores e bem assim na preservação da nossa cultura e valores.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Ainda em nota prévia gostaria de salientar a atenção que os açorianos, as suas empresas e instituições estão a conceder à diferenciação e ao valor da especificidade dos produtos e dos serviços açorianos.

Neste contexto importa que os financiamentos públicos sejam orientados e previligiem o aumento do valor das produções agrícolas, quer pela sua relevância no mercado interno regional, quer pelo seu potencial de internacionalização afirmados pela sua diferença, distinção e excelência.

Atingir esse objetivo implica saber como está a economia agrícola em cada ilha, a sua função na redistribuição do rendimento e para onde queremos que caminhe no sentido de lhe acrescentar valor de forma integrada e otimizando o potencial que cada ilha confere.

O presente Projeto de Resolução da Representação Parlamentar do PCP Açores, recomenda ao Governo Regional que apoie as raças bovinas autóctones portuguesas com dinheiros públicos dos Açores, quando criadas na Região para além da raça Ramo Grande.

Os recursos financeiros públicos afetos aos Açores devem sempre, e em primeira instância, apoiar a defesa e a promoção do que é nosso, genuinamente açoriano, que traduza a nossa tipicidade e cultura associadas que por isso resulte em maior valor económico e mais valia patrimonial da Região.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Na nossa perspetiva apoiar tudo e todos, não significa uma política de conseqüente sucesso, mas em alguns casos de distorção dos objetivos e também do desperdício de recursos públicos tão importantes para relevar o valor intrínseco da economia açoriano.

Se olharmos os cadernos de especificações das diversas raças autóctones portuguesas todas se enquadram em áreas geográficas bem definidas, bem identificadas, com a sua origem, descrição da raça, métodos de produção, características específicas e história geográfica, permitindo até que a sua certificação como produto com denominação de origem protegida, ou indicação geográfica protegida, tal como acontece com a carne dos Açores IGP.

Do diálogo em audição na Comissão de Economia, quer o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, quer o Presidente da Associação de Criadores de Bovinos da raça Ramo Grande, ficou evidente a sua discordância no apoio com verbas públicas da importação e manutenção dessas raças identificadas por outras origens no território continental e enquanto raças autóctones, porquanto o nosso objetivo deve ser o da exportação dos produtos com interesse local.

A mesma questão já não se coloca às raças exóticas pelas suas características morfológicas, de produção diferenciada de peças nobres e rendimentos elevados de carcaça, estão vocacionadas para a produção intencional de carne e a sua comercialização é reconhecida internacionalmente, algumas com resultados adaptativos evidentes, em cada uma das nossas ilhas dos Açores, contribuindo nos casos em que se enquadram para a certificação da carne Açores IGP.

O interesse que algum produtor dos Açores possa ter na importação e manutenção de diversas raças de bovinos, é legítima desde que se cumpram os requisitos sanitários e a salvaguarda da perturbação da valorização genética e com a devida autorização oficial.

Na gênese da defesa das raças autóctones está a preservação dos recursos genéticos e da sua diversidade, a valorização comercial da raça e do património

agrícola e cultural, geograficamwnte relevante, bem como a valorização gastronómica dos produtos dessas raças.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É nosso entendimento que ao invés de financiar essas raças autóctones existentes no continente português, importa sim apoiar a raça Ramo Grande e a carne dos Açores IGP, na perspetiva da sua valorização económica, mas também das tradições e da cultura rural açoriana, bem como da sua integração na nossa paisagem rural.

Diretamente ligada à nossa cultura e tradições, enquanto autóctone está a raça do Ramo Grande e não as restantes raças autóctones portuguesas.

Reconhecemos o esforço dos produtores dos Açores no investimento na sua raça autóctone e num modo de produção IGP da carne dos Açores.

Interrogamo-nos, por ventura, sobre qual o valor acrescido de produzir carne alentejana, mortolenga, barrosã ou qualquer outra do território continental na nossa Região.

**Deputado António Pedroso (PSD):** Muito bem!

**O Orador:** Da mesma forma não acreditamos que os produtores dos Açores vejam com agrado que se oriente a produção da raça Ramo Grande no território continental, retirando o potencial e a valorização intrínseca como marca exclusiva dos Açores.

No cenário de orientação da economia rural para a sua diferenciação e valorização no mercado regional, mas também na internacionalização do seu valor, é nosso entendimento que os apoios públicos não devem ser dirigidos para este tipo de apoios.

A posição do Grupo Parlamentar do PSD, em não viabilizar esta pretensão da Representação Parlamentar do PCP, já em sede da Comissão de Economia, tem a ver com a evidência dos argumentos apresentados, muitos dos quais aliás estão na base de outras iniciativas da referida Representação Parlamentar.

Muito obrigado.

**Deputada Mónica Seidi (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A iniciativa que agora apreciamos e debatemos, da autoria da representação Parlamentar do PCP, tem o mérito de criar oportunidade de discutirmos também a atual política dominante do Governo Regional para o setor da lavoura. Isto por quê? Porque põe a nú aquela que é, digamos, a diretiva do Governo Regional, relativamente ao setor da lavoura, quando torna possível o incentivo a raças exóticas e aqui quando me refiro a raças exóticas refiro-me a raças exóticas que na nossa perspetiva não se adequam àquela que deverá ser a estratégia de futuro para o setor na Região e não sei bem porquê, ou desconfiamos, acaba por achar e considerar completamente proibitiva a possibilidade de se vir a incentivar a introdução de raças autóctones portuguesas, à exceção da raça de Ramo Grande.

Ora, na nossa perspetiva quando se apoia a manutenção de raças como por exemplo a charolesa, a charolesa vem de França, não tem nada a ver com as nossas condições geomorfológicas. Nada!

Além do mais também não se adequa aquele que deverá ser o paradigma de futuro para o setor da lavoura na Região. Por quê? Porque é uma raça que se adequa e isso toda a gente deverá saber, uma raça que se adequa a moldes intensivos de produção. Eu quase que me atrevo a dizer que a charolesa é um exemplo daquela que é uma vaca fábrica. Porquê? Porque produz leite, produz leite e produz leite, mas não nos garante qualidade e o que nós pretendemos na Região é leite com qualidade.

**Deputada Mónica Rocha (PS):** O leite não tem qualidade?

**O Orador:** A charolesa tem uma elevada produção leiteira, maior velocidade de crescimento e claro que se adequa a uma produção intensiva.

A Holstein-Frísia, que tem uma tradição secular na Região, até esta raça poderá ter desvantagens e é discutível, se deverá ser a raça, apesar de ter uma tradição secular, na nossa Região, é discutível se será a maior aposta para o futuro do setor, porque também produz muito leite mas também com a agravante do leite que produz ter reduzidos índices de gordura e proteína e nesse caso eu não vejo qualquer problema, nem o BE vê qualquer problema em, por exemplo, porque nós temos uma posição aberta relativamente a isso, do incentivo, por exemplo, a outras raças exóticas que se adequam mais às nossas condições, como por exemplo a Jersey.

A Jersey que é proveniente de uma ilha, portanto muito mais perto da nossa realidade, poderia muito bem ser uma alternativa bastante viável à Holstein-Frísia.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Bem-vindo ao clube, Sr. Deputado! Eu sempre disse isso!

*(Apartes inaudíveis)*

**O Orador:** Produz! Produz leite com maior índice de proteína e de gordura e por isso seria uma possibilidade a ponderar para o futuro do setor.

Ora, por pura lógica as raças autóctones portuguesas, não vou aqui arriscar que são todas, mas de certeza que se adequam mais facilmente àquelas que são as nossas condições geomorfológicas, não é de certeza uma vaca ou uma raça que é originária de França.

Acredito que mais facilmente uma raça autóctone portuguesa, mesmo do continente português, adequa-se muito melhor às nossas condições. Foi isso que aconteceu, por exemplo com a raça de Ramo Grande. A raça de Ramo Grande

não existia cá nos Açores, quando os povoadores cá chegaram. Trata-se de um aperfeiçoamento de uma raça autóctone, ou de várias raças autóctones portuguesas.

Portanto, na nossa perspetiva é mais fácil uma raça autóctone adequar-se não só às condições geomorfológicas da nossa Região, como também ao modo de produção que nós pretendemos para a nossa Região.

Um modo de produção baseado na qualidade daquilo que vamos produzir e aqui concentro-me mais no leite do que propriamente na carne e além do mais apostar em raças que têm como objetivo, foram aferidas, foram aprimoradas para produzirem muito leite, não foram por acaso, foram para responder a um modelo económico que não se compagina com a natureza e ainda mais na nossa Região. Por quê? Porque nós vivemos infelizmente num mundo que previlgia o modo de produção baseado na existência de recursos infinitos. Por quê? Porque há de extrair de forma infinita recursos do nosso meio para produzir cada vez mais lucro, para termos cada vez mais lucro numa lógica do lucro também ele infinito.

**Deputado André Bradford (PS):** Vaca “capitalista”!

**O Orador:** Por isso mesmo, consideramos que é importante investir em raças, quer seja autóctones ou exóticas que se adequem mais às nossas condições geomorfológicas e ao modelo que nós defendemos para o setor para o futuro.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**O Orador:** Por isso é que votaremos a favor da iniciativa do PCP e deixamos aqui o alerta que a atual política dominante na Região, pode estar a transmitir uma mensagem errada para os intervenientes no setor, que é de apostem, continuem a apostar no incremento da quantidade e deixem de produzir em qualidade e isso não é futuro para o setor.

Para demonstrar um pouco essa realidade do tal crescimento infinitido da produção e do lucro, do lucro infinito, o lucro não pode ser infinito porque está



diretamente ligado aos recursos naturais que são finitos, devo lembrar e aqui vou citar o Presidente da Federação Agrícola dos Açores, que dá um exemplo bastante elucidativo deste ciclo de produção.

**Deputado António Almeida (PSD):** Não se consegue! Lucros infinitos não se consegue!

**O Orador:** “Em 1980 era necessário que um lavrador para sustentar a sua família precisasse de dois animais; no ano de 2000 um lavrador só podia sustentar a sua família com 12 animais e atualmente precisa de 50 animais”.

Bem, estamos a assistir aqui a uma tendência de crescimento infinito.

Não queremos com isso dizer que não tenha sido importante, durante as últimas décadas na Região, ter havido um incremento também da quantidade daquilo que produzimos, mas tem que haver também espaço para ponderar acerca daquilo que estamos a produzir e com qualidade da que estamos a produzir.

Obrigado Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional da Agricultura tem agora a palavra.

**Secretário Regional da Agricultura e Florestas (João Ponte):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, caros colegas:

Eu gostaria neste momento de fazer algumas considerações sobre o Projeto de Resolução apresentado pela Representação Parlamentar do PCP que no fundo pretende que sejam estabelecidos apoios aos animais das raças autóctones portuguesas, para além da raça Ramo Grande.

Estes apoios aquilo que se pretende, ou pelo menos aquilo que se percebe do Projeto, é que seriam atribuídos no âmbito da medida agroambiente e clima do ProRural+.

Atualmente ao abrigo desta medida já são apoiadas as raças autóctones Ramo Grande, o pônei da Terceira e o burro da Graciosa.

Já existem na Região raças exóticas de bovinos que já têm a sua adaptabilidade bem comprovada, como é o caso do Limousine, Charolesa, Aberdeen Angus, de vocação carne e não de leite, como dizia o Sr. Deputado Paulo Mendes.

A Holstein-Frísia, de vocação de leite e a Simental Fleckvieh, de dupla aptidão, portanto carne e leite.

Podem beneficiar dos apoios previstos na Portaria 120/2015, as entidades que têm a seu cargo a gestão de registos fundadores, a de livros genealógicos.

O Projeto da Resolução apresentado faz referência apenas à pretensão de alterar o anexo I desta Portaria, ou seja que estão relacionadas somente com a gestão de registos fundadores ou de livros genealógicos, fica portanto assim a dúvida se existe a intenção por parte da Representação Parlamentar do PCP de propor outras ajudas, como seja a ajuda de 200 euros por cabeça normal para a raça do Ramo Grande, ao abrigo do ProRural+.

Não é do conhecimento do Governo Regional, pedidos de apoio para a introdução de novas raças autóctones, para além das raças que já estão coontempladas, nem por parte das organizações de Produtores, nem da própria Federação Agrícola dos Açores.

Esta situação é reforçada pelo facto de que durante as negociações dos programas do POSEI e do ProRural+, portanto há poucos anos atrás, cujas organizações representativas do setor e em particular a Federação Agrícola, nunca houve qualquer manifestação no sentido de se introduzir novas raças autóctones no âmbito destas ajudas, que é isso que está em causa aqui nesta discussão.

Acresce ainda a esta situação a posição, quer da Associação de criadores de bovinos da raça de Ramo Grande, quer da própria Federação Agrícola dos Açores, na audição em Comissão e que ficou claro que são contra a presente proposta no que se refere ao apoio às raças bovinas autóctones portuguesas.

Como sabemos e já foi aqui dito e bem dito, a raça de Ramo Grande é a única raça autóctone de bovino dos Açores e representa um importante património genético para a Região.

Para além deste facto, esta raça está intimamente ligada e associada às tradições culturais, como também já foi aqui dito.

Neste sentido o Governo Regional tem envidado esforços com o objetivo de preservar e melhorar esta raça, portanto apoiar a introdução de novas raças autóctones nacionais, cuja vocação não é tão especializada, assim se pode dizer, teria um efeito contrário até relativamente às exigências do mercado atual, iria agravar ainda mais a variabilidade de carcaças que já se verifica na Região.

Ainda assim e como também já foi aqui dito os produtores não estão impedidos de introduzir por sua iniciativa outras raças na Região, desde que estejam salvaguardadas as questões sanitárias.

Aliás, se nós formos ver o histórico dos abates deste último semestre, porque anteriormente não se controlava as raças, mas neste momento nós controlamos as raças e verificamos que foram abatidos animais de 28 raças diferentes, o que quer dizer que não é necessário apoiar para as raças serem introduzidas.

Acresce ainda e não deixa de ser importante que no âmbito do ProRural+ e em virtude dos compromissos assumidos na medida agroambiental, não permite novos compromissos, naturalmente porque as verbas do ProRural+, estão todas comprometidas.

Assim sendo e em jeito de conclusão o Governo entende que não é prioritário nem se justifica o apoio às raças bovinas autóctones portuguesas para além da raça de Ramo Grande.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Deputado do PSD, se não se tivesse importado a Frizia, a Charolês, a Limousine, ou outra raça qualquer, hoje não existiriam na Região.

Portanto, nós achamos importantíssimo a importação para melhoramento genético destas raças, mas também achamos que é importantíssimo a introdução das raças autóctones portuguesas nesta Região.

Quero salvaguardar outra vez aquilo que disse e que o Sr. Secretário acabou de reiterar: não há raças autóctones regionais, há raças autóctones portuguesas, somos Portugal, portanto existem raças autóctones portuguesas.

Em relação aos abates não foram abatidos 28 raças diferentes, foram abatidos animais F1 e F2, cruzamentos das raças existentes na Região.

Portanto não existem na Região 28 raças diferentes, portanto é só para ficar corrigida esta situação.

No entanto, é importante que hoje os agricultores que nos estão a ouvir nas ilhas mais pequenas, percebam que levar para o Corvo, por exemplo, para os terrenos pequeninos, um animal de raça Ramo Grande, corpulento, que pesa quase 800 kg, vivo, é inconcebível.

Portanto, nem todas as ilhas têm as aptidões, por exemplo, que S. Jorge ou da Terceira, que são terrenos planos de maiores dimensões do que nas ilhas mais pequenas, com um declive menor do que nestas outras ilhas.

Portanto, não é por acaso que a raça originária, que esteve no Corvo até meados do séc. XX, era uma raça de pequenas dimensões, possivelmente originária da raça Cachena, do norte do País.

Portanto, foram introduzidos esses animais aqui de todo o País. Essas introduções não são inovadoras hoje, essas inovações foram feitas ao longo de sempre.

Quando o Sr. Secretário nos diz que os agricultores não estão impedidos de trazer estas raças, pois não Sr. Secretário! Não têm é os mesmos apoios que deveriam ter, que são os apoios à importação destas raças e depois essas raças terem o apoio em termos de raças autóctones. Isto é que é importante explicar aqui aos agricultores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Primeiro que tudo acho que temos que, em relação ao que é uma raça autóctone, perceber que poderão ser originárias daquelas regiões onde podem ser encontradas atualmente, ou podem ser introduzidas nessas zonas, tendo evoluído e criado adaptações regionais que as classificam como tal. Acho que acima de tudo também temos que ter esta diferenciação e esclarecer o que é uma raça autóctone. Não tem que ser originária daquela zona, pode já ter evoluído e ter sido introduzida.

Depois, acho que é necessário também aqui esclarecer o que é que se está aqui a defender porque uma coisa neste momento, e o intuito desta iniciativa não é abordarmos a questão de quais as raças, quer na vertente de leite, quer na vertente de carne, que se adaptariam melhor ou não à nossa Região, porque uma coisa é o que podemos defender em termos produtivos e dos animais que se adequam mais à nossa realidade em que irão representar menos custos para a exploração, como é o caso da Jersey e em que já existem alguns estudos que vão nesse sentido; outra coisa é quando estamos a falar de raças menos produtivas, como é o caso das raças autóctones, por isso são apoiadas desta forma, porque são raças que nunca conseguirão ter a produtividade que irão ter noutras raças, quer em carne, quer em leite.

Portanto aqui existe esse apoio para essas raças autóctones. Não podemos agora colocar isto aqui tudo no mesmo bolo como se tivéssemos a falar tudo mesma coisa.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**A Oradora:** Portanto, é necessário salientar esta distinção, do que é uma raça autóctone, do porquê do apoio a uma raça autóctone, efetivamente porque nunca se vai conseguir ter os índices de produtividade que se vão conseguir obter com outras raças, apesar de reconhecer que existe um trabalho a fazer relativamente à raça do Ramo Grande.

Muito obrigada.

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Mónica Rocha tem a palavra.

(\*) **Deputada Mónica Rocha (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente parece-me que a intenção do Sr. Deputado do PCP, em defender os produtores não diverge da nossa, o que existe efetivamente são políticas transversais para o setor da carne que tem efetivamente que reverter-se no rendimento dos produtores.

Portanto, este é um nicho de mercado que tem que ser valorizado pela sua qualidade e não pela quantidade.

Efetivamente neste sentido, e porque parece-me também aqui algum desconhecimento e lamento não consigo fugir à tentação aqui de referir que o Sr. Paulo Mendes, parece um bocadinho afastado da agricultura, nomeadamente das raças e o que é que elas fazem, qual é a sua produção, mas enfim, e parece-me também que está um bocadinho afastado do que é que é o verdadeiro valor do trabalho dos nossos produtores e do leite em si (peço desculpa, mas é um pequeno desabafo).

Por outro lado, referir, e isto porque os recursos não são finitos a esta raça e o plano e a forma como a estratégia e as políticas têm-se direcionado, é efetivamente para um reforço da nossa imagem de preservação do ambiente e da qualidade dos nossos solos, da preservação da nossa biodiversidade e dos nossos recursos naturais. Portanto, parece-me que aqui fica bastante esclarecido.

Reforçar também a importância da estrutura de acompanhamento que foi constituída na intervenção do setor da carne, onde ela reúne efetivamente as entidades que têm expressão e que podem efetivamente em conjunto orientar políticas transversais e portanto não compreendo de que forma é que se pode ignorar a opinião do Presidente da Federação Agrícola e de tantos outros e ignorar também o facto de que esta não foi uma necessidade levantada e portanto as políticas são feitas para o todo e não, enfim ... para além de que os produtores têm naturalmente a liberdade de adquirir ou introduzir qualquer raça nas suas explorações, ninguém faz o contrário, nem exige o contrário. Efetivamente se os produtores encontram aqui uma grande mais valia, pois naturalmente que nós, com toda a liberdade democrática e de trabalho também apoiaremos.

Agora, efetivamente pôr em causa a boa gestão dos fundos comunitários, não nos parece minimamente razoável ou sensato.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Está em causa o bom uso dos fundos comunitários, o que nós achamos que deve ser feito é produzir em qualidade e não em quantidade.

Estamos a falar de raças que não têm a mesma capacidade de produzir a quantidade de carne que um Limousine, um Charolês, ou outra raça qualquer exótica, mas temos a consciência que é preciso produzir nesta Região cada vez com mais qualidade e não com quantidade.

Não temos a capacidade de produzir em quantidade, como outros Países até fora da Europa produzem e introduzem no nosso País.

No entanto, as raças autóctones portuguesas, são animais que não necessitam tanto de condições alimentares, como as raças exóticas.

É muito mais difícil para um agricultor que vive por exemplo nas Flores ou no Corvo, fazer acabamento de um vitelo de raças exóticas, do que um agricultor que viva na Terceira ou que viva em S. Miguel, fazer este tipo de acabamento.

É economicamente muito mais viável para qualquer agricultor produzir animais de raças autóctones, com maiores exigências alimentares, mas que têm uma carne de altíssima qualidade, assim como provamos por exemplo quando se vai comer uma posta de Barrosã.

A verdadeira questão que se coloca aqui é se o Governo Regional está disponível, ou não, para apoiar todas as raças autóctones portuguesas e não regionais, dos mesmos moldes que no continente português é apoiado qualquer agricultor que produza qualquer raça autóctone, inclusive a do Ramo Grande.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

*(Aparte inaudível)*

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo aqui a um aparte é evidente que estive a ouvir porque eu ouço os argumentos dos Srs. Deputados e ouço os argumentos dos Srs. Membros do



Governo e evidentemente que quem vem para aqui pensando que sabe tudo, penso que não é a atitude mais correta, aqui ou em qualquer outro local.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Fizemos-lhe um elogio, Sr. Deputado!

**O Orador:** Estamos sempre a aprender. Eu estou sempre a aprender!

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Devo dizer que sou sensível aos argumentos que são apresentados por parte do PCP.

Acho que este assunto não é um assunto fechado, não fiquei convencido que o atual modelo seja o melhor. Não estou nada convencido que o modelo que está em vigor seja o melhor e o que traz mais vantagens.

O conjunto de argumentos que foram aduzidos e de dados também não me convenceram, portanto eu penso que esta matéria deve ser avaliada e neste momento, apesar de grande parte dos partidos não terem acompanhado a proposta do PCP, eu sou sensível aos argumentos que apresentou, Sr. Deputado e porque não quero este assunto fechado e porque considero que neste momento faz sentido discutir esta matéria, eu vou apoiar a sua iniciativa.

Devo dizer também que um dos Projetos até que consta no meu programa eleitoral, é verificar se se pode fazer neste momento alguma coisa para recuperar a raça anã, que eu na altura quando cheguei à Ilha do Corvo tive a preocupação de verificar os registos que ainda existiam em relação à raça anã e verifiquei que o último exemplar desapareceu em 1978, inclusivamente como se sabe o nosso Rei D. Pedro V, ofereceu alguns exemplares à Rainha Vitória.

Atualmente ainda é possível verificar e espero que esse exemplar possa ser transportado para a Ilha do Corvo, seja cedido pelo Museu Carlos Machado, ainda é possível verificar um desses exemplares no Museu Carlos Machado, que está lá empalhado.

Por isso até considero que era importante fazer uma investigação nesse sentido, até com o apoio da Universidade dos Açores, um estudo do ponto de vista

genético, no sentido de tentar saber se é possível, se ainda existem, porque por exemplo o exemplar de 1978 foi vendido para o território continental e eu sei também que durante a década de 70 foram vários exemplares vendidos.

Portanto, tentar saber se ainda é possível localizar e se ainda existem alguns exemplares desta espécie, se ela não está extinta, pura e simplesmente extinta.

É uma das investigações que eu gostava de fazer ainda e vou fazer ao longo desta Legislatura para saber se ela não está extinta e se ainda é possível recuperar esta raça.

Portanto, Sr. Deputado, eu vou apoiar a sua iniciativa, vamos votar favoravelmente, vamos não, vou, neste caso não temos mais Deputados, não tenho mais votos para lhe oferecer, Sr. Deputado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu tenho humildade suficiente para admitir que se calhar induzi as Sras. e os Srs. Deputadas em erro quando utilizei e até porque li mal as minhas notas, que a raça charolesa produz carne, essencialmente carne, confundi com a Holstein-Frísia, alias depois acabei por corrigir, mas se induzi alguém em erro peço desculpa.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Desse lapso!

**O Orador:** Agora, retirar conclusões abusivas a partir desse erro e concluir que nada percebo do setor, acho que é mais do que abusivo, não sei, não consigo apelidar qual a attitude que foi tomada

Obrigado.

**Deputado António Toste Parreira (PS):** Não foi isso que eu disse, Sr. Deputado! Conhecimento!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Almeida, tem a palavra.

(\*) **Deputado António Almeida (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dar um contributo ao debate.

Em primeiro lugar recordar que uma exploração agrícola é uma empresa e tem por objetivo resultados, não tem por objetivo prejuízos, portanto é natural que um agricultor de qualquer área, qualquer fileira agrícola pecuária, tenha por objetivo esses mesmos resultados, portanto não é legítimo que uma exploração agrícola não procure no mercado as melhores soluções independentemente da nossa opinião técnica ou pessoal, que o objetivo não é solicitar recursos públicos para compensar resultados negativos.

Portanto, uma atividade como outra qualquer que tem uma especificidade que é a sua ligação ao ambiente, à paisagem e à valorização do meio rural onde se insere.

Portanto, é bom termos isso em conta de que as opções relativamente a raças ou tipo de produção e às produções agrícolas que assim acontecem, o mesmo acontece nas produções vegetais, tem a ver com o facto de ir ao encontro daquilo que o mercado valoriza, naturalmente percebendo que o mercado evolui e muda.

Segundo aspeto importante: o que estamos aqui a tratar não é o facto legítimo de poder haver algum produtor que acha que deve fazer uma experiência, nesse caso noutras raças, sejam autóctones ou não, sente a legitimidade de fazer uma experiência relativamente à sua capacidade adaptativa numa determinada ilha, ou num determinado local de uma ilha, portanto não deixa de ser legítimo que alguém possa ambicionar essa experiência e se atreve.

Por último convém aqui referenciar que as raças autóctones e a maior parte delas procuraram soluções de certificação, estão efetivamente ligadas e determinadas por uma área geográfica.

Tenho aqui apenas alguns exemplos, não percorri as 15 raças que estão consideradas em risco e olhamos aqui para a Mirandês, raça Mirandesa: “a área geográfica de produção, abate e desmanche da carne da raça bovina mirandesa é limitada às freguesias dos concelhos de Bragança, Macedo de Cavaleiros, Miranda do Douro, Mogadouro Vimioso e Vinhais”. Não vejo aqui nenhuma referência aos Açores.

Maronês, ok: “circunscrito aos concelhos de Cabeceira de Baixo, Mondim de Baixo, Ribeira de Pena e por aí fora.

Sangueira de Barroso, por exemplo, definida como ligada à Região de Montalegre, não é?

Cachena da Peneda: “circunscrita à área de produção da carne de Cachena da Peneda DOP, situa-se na zona montanhosa do Minho entre os distritos, tais, tais e tais ...”.

Portanto, há aqui culturalmente e historicamente uma ligação intrínseca entre uma raça e uma determinada zona geográfica porque ela permite depois potenciar os recursos naturais dessa zona geográfica para o desenvolvimento e potenciar as características dessa mesma raça.

Portanto, eu não creio, nem vejo que haja vontade dos produtores que têm essas raças, que produzem essas raças no continente, de querer vê-las a serem produzidas noutra território continental ou mesmo nos Açores, da mesma forma que não creio que haja vontade, embora seja sempre possível, que os produtores de carne da raça Ramo Grande, queiram fazê-lo, achem bem ou considerem que tenham um potencial comercial para serem produzidas numa região continental.

Portanto, é disso que se trata. Há uma relação direta e intrínseca entre uma raça e o seu local de origem ou o local onde potencialmente vem a criar ligações, sejam históricas, culturais ou até técnicas.

Portanto, essa é a razão que faz com que não consideramos, embora possamos aceitar que possa haver um outro produtor interessado em fazer essa experiência e valorizá-la, que a orientação em termos de financiamento público seja destinada para esse fim, sob pena, aliás, na reunião da Comissão de Economia, chegámos a perguntar ao Sr. Presidente da Associação de Criadores da raça Ramo Grande, sobre a sua viabilidade. Ele próprio, todos os produtores na luta de melhorarem a massa crítica e a dimensão para terem viabilidade, a verdade é que neste momento estão na luta por conseguirem essa viabilidade, por conseguir aumentar o número de efetivos, estão a fazer um investimento nesse sentido.

Ora, se nós vamos desvirtuar uma raça considerada autóctone portuguesa, mas com ligação à região açoriana, vamos naturalmente desvirtuar o trabalho que foi feito até agora, o mesmo aconteceria naturalmente com a IGP, embora num contexto diferente, porque aí já não se trata da preocupação apenas de raças autóctones.

Portanto, se nós estamos aqui a defender o que é genuinamente açoriano, aquilo que está intrinsecamente ligado à nossa cultura e tradição e à forma de potenciar a nossa paisagem e os nossos recursos, não faz sentido dirigir fundos públicos para outro fim, que não esse.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo, tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo um pouco ao Deputado do PSD e seguindo essa lógica, não se tinha introduzido na Região Autónoma dos Açores, outros tipos de raças, ou seja, tínhamos ficado porque existiam em 1980, em 1970, em 1960 e não se tinham introduzido mais raças nenhuma.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Introduziram em 1987!

**O Orador:** Ou seja, eu não acredito que a Charolesa seja originária desta Região; ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** A charolesa não é autóctone! Não é disso que estamos a falar!

**O Orador:** ... eu não acredito que a Limousine seja desta Região, ou seja se nós estamos continuando a introduzir e introduzimos ao longo do tempo, aliás foram introduzidas algumas destas raças no tempo que o Governo Regional era do PSD, não podemos hoje dizer que não vamos introduzir raças autóctones portuguesas porque elas são originárias só de uma típica área. Não! Elas são portuguesas! São raças autóctones portuguesas!

Agora o que se passa aqui, quando o PSD diz que temos que ver como uma empresa, é falar com seriedade aos agricultores. É dizer que os agricultores com as raças exóticas que têm e com os cruzamentos que têm, têm exatamente o mesmo preço de quilo de carcaça de vitelos que tinham há 20 anos atrás.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** O senhor não tem que perguntar ao PSD, tem que perguntar àqueles senhores!

**O Orador:** ... ou seja a produção não é aprovada e não é valorizada pela qualidade. O que acontece aqui é que não há política nenhuma na seleção de carne dos agricultores dos Açores. Os agricultores nos Açores têm exatamente o mesmo valor por quilo de carcaça de vitelo que tinham há 20 anos atrás e o seu produto não é valorizado.

O que nós introduzimos e o que nós queríamos introduzir e queremos introduzir com esta alteração, é produzir carne ...

**Deputado Bruno Belo (PSD):** Dos Açores!

**O Orador:** ... ou derivados do leite de qualidade e esses produtos têm que ser pagos ao produtor agrícola com qualidade.

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E o que é que isso tem a ver com o diploma?

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

*(Pausa)*

Julgo não haver mais inscrições, vamos então passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 30 votos contra do PS, 16 votos contra do PSD, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 4 abstenções do CDS-PP.

**Presidente:** Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto 5 da Agenda **Petição n.º 6/XI – “Inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da Região”**.

**Esta petição tem como primeira subscritora a Sra. Jessica Costa Pacheco.**

Rege esta matéria o artigo 192.º do nosso Regimento. Cada Grupo ou Representação Parlamentar intervém uma única vez, por tempo não superior a 10 minutos, conforme foi definido pela Conferência de Líderes.

Para apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Relator da Comissão dos Assuntos Sociais, o Sr. Deputado João Paulo Ávila.

**Deputado João Paulo Ávila (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

**“INCLUSÃO DE UMA ALTERNATIVA VEGETARIANA NAS CANTINAS/REFEITÓRIOS  
DAS ESCOLAS DA REGIÃO”**

**CAPÍTULO I**

**Introdução**

A 11 de março de 2017 deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, à qual foi atribuído o n.º 6/XI, intitulada “Inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da região”, que reúne um total de 871 assinaturas, tendo como primeira signatária, Jéssica Costa Pacheco.

Por despacho da Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a referida petição foi remetida à Comissão de Assuntos Sociais, para relato e emissão de parecer.

**CAPÍTULO II**

**Enquadramento Jurídico**

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, é exercido nos termos do disposto no artigo 9º do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei nº 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei nº 43/90, de 10 de agosto.

Cabe à Comissão permanente especializada com competência na matéria a apreciação da petição e elaboração do respetivo relatório, nos termos do disposto nos nºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-administrativo da Região Autónoma dos Açores.



Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores nº 18/2016/A, de 6 de dezembro, as matérias relativas a “Educação”, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Sociais.

### **CAPÍTULO III**

#### **Apreciação da Petição**

##### **a) ADMISSIBILIDADE**

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei nº 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Sociais procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

##### **b) OBJETO DA PETIÇÃO**

A presente petição pretende que que faça parte integrante da oferta dos refeitórios e cantinas das escolas nos Açores uma refeição vegetariana e para isso utilizam os seguintes argumentos:

- Os motivos que podem levar à adoção de uma alimentação vegetariana podem ser éticos, ecológicos ou de saúde.
- Nos últimos anos, acumulou-se evidência científica a favor do aumento, na nossa alimentação, de produtos de origem vegetal.
- A evidência aponta não só para a importância do consumo regular de produtos de origem vegetal, como para o facto de uma alimentação exclusivamente baseada nestes produtos ser igualmente ou até mais protetora da saúde humana.
- Em termos ambientais, a agropecuária tem um grande impacto, nomeadamente na emissão de gases de efeito estufa, desflorestação,

contaminação de água e solos, assim como as quantidades exorbitantes de água utilizadas para a produção de carne.

- A Direção Geral de Saúde já disponibilizou guias com linhas de orientação para uma alimentação vegetariana saudável, alimentação vegetariana em idade escolar, assim como um guia de planeamento de refeições vegetarianas para crianças em restauração coletiva.
- O facto de uma escola não ter esta opção, limita, discrimina e exclui uma criança com uma alimentação distinta.

c) **DILIGÊNCIAS EFETUADAS**

Em Comissão Permanente de Assuntos Sociais decidiu-se ouvir a primeira petionária e o Secretário Regional da Educação e Cultura, e solicitar pareceres por escrito às seguintes entidades: Escolas Profissionais, Integradas Básicas e Secundárias da Região Autónoma dos Açores.

**1) Audição de Jéssica Costa Pacheco, no dia 24 de abril de 2017, na Delegação da ALRAA, em São Miguel, na qualidade de primeira petionária:**

A petionária começou por enquadrar-se como Presidente da Associação Vegano dos Açores que é a primeira do país. Explanou sobre toda a argumentação que leva a uma opção alimentar desta via e que consta no texto da própria petição reforçando aquela que é a opinião da Direção Geral de Saúde, e que também faz parte do texto da petição, com os apelos já realizados pela Organização Mundial de Saúde.

Acrescentou que o aumento de adeptos desse tipo de alimentação tem sido substancial e que por este motivo não faz sentido que sejam eles próprios a levar as refeições de casa.

O deputado Paulo Estevão questiona se a petição vai no sentido de esta ser alternativa diária ao que a petionária afirmou que sim, havendo a necessidade de se fazer um levantamento das realidades de cada escola.

A deputada Sónia Nicolau questionou a peticionária se o objetivo é relativo a vegetarianismo, ou seja, sem qualquer alimento de origem animal ao que a peticionária respondeu que sim.

A deputada relembra o que já foi afirmado, a 1 de março de 2017, pelo Secretário Regional da Educação e Cultura que no próximo ano letivo já se incluirá uma opção vegetariana de opção semanal Tendo aproveitado para colocar melhor esclarecimento relativo a parecer da Escola Ferreira Drummond, no que respeita aos custos que esta opção terá e também questionou sobre a fonte proteica neste regime alimentar.

Em resposta a peticionária afirma que a opção ovo lacto não permitia abranger todos os vegetarianos e acrescenta que a opção 100% vegetariana é mais barata. Relativamente à fonte proteica informa que há a substituição da carne e do peixe, por exemplo, por feijão já que há uma dificuldade em arranjar a soja e o tofu.

A deputada Graça Silveira no início da sua intervenção realçou o fato de que há alimentações vegetarianas que podem não ser tão saudáveis. Referiu-se à unidose e a opção de escolha do acompanhamento questionando se a disponibilidade da opção vegetariana deve seguir a lógica da unidose ou na diversificação da oferta e se pretende que a base vegetariana seja por base biológica.

Em resposta a peticionária refere que isso deverá ter em consideração os custos das opções e realça o impacto da agropecuária em termos ambientais. Terminou a sua resposta reforçando que uma refeição mais biológica traz mais benefícios de saúde, mas o objeto da petição é a diversificação da oferta.

A deputada Maria João Carreiro começou por saudar a iniciativa dos subscritores, afirmando que o fornecimento de uma alimentação saudável deve ser sempre uma prioridade para os decisores políticos da região. Questionou a peticionária sobre quais os estudos que sustentavam a afirmação de que uma

refeição 100% vegetariana é mais barata que uma de origem animal e a razão pela qual afirmava que a unidose tem menores custos que a diversificação. Perguntou ainda se há algum levantamento do número alunos que possam querer esta opção.

Em resposta a peticionária refere o estudo com o título “Guia para a restauração coletiva”. Acrescenta que a diversificação da oferta faria aumentar a opção de escolha. Quanto ao levantamento do número de alunos responder não haver qualquer número oficial, mas que tem aumentado a solicitação e a procura por esta alternativa junto da Associação.

A deputada Zuraída Soares interveio para dizer que está esclarecida sobre o assunto relevando sobretudo o facto de poder haver a possibilidade de optar, afirmando ser este um direito.

O deputado Paulo Estevão interveio para dizer que apoia a petição e refere que os pareceres são favoráveis fazendo referência às questões logísticas que são necessárias pensar.

A deputada Sónia Nicolau questiona se no caso de ser unidose, conforme abordado durante a audição, ou seja, a possibilidade de escolha do aluno, como se garante o consumo de proteínas, ou seja a garantia de alimentação vegetariana estrita saudável e equilibrada.

A deputada Graça Silveira refere que não há questão de preços porque será uma questão de contratualização com os prestadores e questiona se há informação de percentagem de professores e alunos que poderiam optar por vegetariana.

Em respostas a peticionária afirma que existem planos nutricionais e que essa opção referida é mais abrangente. Acrescenta também que esta alternativa não seria somente para os vegetarianos, mas sim para todos reforçando a necessidade de se sensibilizar para uma alimentação saudável. Relativamente às percentagens afirma não ter os dados e repete a argumentação anteriormente dada.

A deputada Mónica Seidi interveio para dizer que um vegetariano deverá ter uma opção também na escola e dá como exemplo a existência destas opções nos hospitais acrescentando que a opção vegetariana deverá ser abrangente a todos. A deputada Graça Silva refere-se à legislação de abril sobre obrigatoriedade da opção vegetariana nas cantinas e pede comentário à peticionária.

Em resposta a peticionária refere que a legislação em causa é mais abrangente que a petição já que a petição só faz referência às escolas.

**2) Audição do Secretário Regional da Educação e Cultura (SREC), no dia 26 de junho de 2017, na Delegação da ALRAA, na Terceira:**

O SREC iniciou a sua intervenção inicial fazendo uma apreciação sobre aquilo que a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem promovido nas cantinas escolares, nomeadamente no que se refere a uma alimentação equilibrada e saudável, referindo que está a ser feita uma pedagogia sobre a ingestão de hortícolas e leguminosas.

Admitiu também que uma dieta vegetariana mal planeada será tão prejudicial como outra dieta qualquer e que a solução aqui proposta se aproxima da dieta mediterrânea.

Acrescentou ainda que apesar do elevado desperdício existente numa opção desta natureza (ovo lacto vegetariano) em cada 5 semanas nas escolas elas já existem, quando solicitadas previamente e até acrescenta testemunhos de algumas escolas.

O SREC afirmou, à semelhança do que já tinha feito, que a partir do próximo ano letivo os Cadernos de Encargos para o fornecimento de refeições escolares incluirão a opção vegetariana para qualquer aluno que queira usufruir da mesma em qualquer dia da semana, mediante reserva antecipada e mediante autorização dos encarregados de educação, evitando assim o desperdício.

A deputada Mónica Seidi fez um comentário relativamente ao facto de a Região ter taxas elevadas de pré obesidade e obesidade, e concomitantemente uma forte

associação a doenças crónicas como diabetes e hipertensão arterial, pelo que considera que uma aposta na educação alimentar das crianças deve começar o quanto antes. Fez ainda referência ao parecer da Escola Ferreira Drummond.

O deputado Paulo Mendes interveio para questionar se uma dieta vegetariana é nociva à saúde já que não entende a necessidade de reserva antecipada e de estar de ter a anuência do encarregado de educação.

Em resposta o SREC afirma que a pré reserva decorre da expectativa de que a procura não será elevada, tendo em consideração as experiências já existentes e relativamente à anuência informa que esta é uma medida nova e que a anuência se aplica em outras matérias do âmbito escolar.

A deputada Sónia Nicolau questionou se esta opção já estará disponível no próximo ano letivo e se irão também estar disponíveis nas escolas onde não existe prestação de serviços por empresas externas.

Em respostas o SREC afirmou que será generalizado a todas as escolas incluindo as escolas com funcionários próprios.

A deputada Maria João Carreiro começou por referir que assente em motivações de saúde, ambientais e pedagógicas deu origem a presente petição, salientando positivamente o facto de as cantinas no próximo ano letivo oferecerem o menu vegetariano conforme já anunciado pelo governo regional. Destacou que mais importante do que a oferta do menu vegetariano, era a sensibilização para os hábitos saudáveis. No seguimento do afirmado pelo Senhor Secretário, questionou sobre a necessidade da anuência do encarregado de educação caso o aluno opte pela refeição vegetariana, dado que se supõe que será garantido o cumprimento daquele que será o caderno de encargos. Ao que o SREC reiterou a resposta já anteriormente dada e afirmou que as refeições terão a qualidade exigida quer sejam vegetarianas ou não.

**Outros pareceres:**

Os pareceres solicitados e recebidos até à data de emissão deste relatório dele farão parte, como anexos.

## CAPÍTULO IV

### Parecer

Considerando as pretensões dos peticionários, bem como o teor das audições realizadas, a Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais deliberou, por unanimidade, emitir o seguinte parecer:

1. Considerando que a presente petição foi subscrita por 871 cidadãos, a mesma reúne as condições para ser apreciada em Plenário da Assembleia Legislativa, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do artigo 192º do respetivo Regimento;
2. Esta petição tem como objetivo que as Escolas dos Açores passem a ter diariamente nas suas cantinas e refeitórios uma opção de refeição vegetariana e que as mesmas estejam disponíveis para todos.
3. Todos os partidos mostraram a sua concordância em que esta opção esteja disponível nas Escolas dos Açores.
4. O Secretário Regional da Educação e Cultura afirmou que a opção vegetariana irá ser parte integrante do Cadernos de Encargos que as Escolas irão remeter para efeitos de concurso de fornecimento de refeições escolares para o próximo ano letivo.
5. Do presente relatório deve ser dado conhecimento ao primeiro subscritor e ao membro do Governo dos Açores com competência nesta matéria.

**Contactada a Representação Parlamentar do PCP e o Grupo Parlamentar do BE, embora sem direito a voto na Comissão Permanente de Assuntos Sociais, o BE fez saber que “nada tem a opor”.**

**O Relator,** *João Paulo Ávila*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

**A Presidente,** *Renata Correia Botelho*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

(\*) **Deputado João Paulo Corvelo (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Congratulamo-nos com esta Petição, saudando os peticionários, relativamente à inclusão de uma alternativa vegetariana das cantinas/refeitórios das escolas da Região, consideramos ser esta uma medida positiva e à qual nada temos a opor.

Uma alimentação saudável, tem evidentemente impacto na nossa sociedade e na nossa saúde e ainda mais importante quando se trata de crianças e jovens com idades escolares.

A pedagogia por hábitos alimentares equilibrados e variados, tem que ter resultados positivos prevenindo minimizar as doenças.

As ementas vegetarianas que venham a ser servidas nas cantinas e nos refeitórios escolares, terão de providenciar um adequado equilíbrio nutricional e tem de ser planeados sob orientação de técnicos habilitados a garantir não só a sua diversidade, como também a disponibilidade de nutrientes que proporcionem uma alimentação proteica, saudável e equilibrada.

Tratando-se de crianças e jovens, salientamos ser de especial importância que sejam tomadas as devidas precauções numa efetiva fiscalização do fornecimento das refeições escolares para que estas sejam equilibradas, saudáveis e devidamente adequadas a jovens em crescimento.

A disponibilidade de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios, das escolas da nossa Região será o formal cumprimento da Lei 11/2007, aprovada



recentemente na Assembleia da República que estabelece a obrigatoriedade da existência da opção vegetariana nas ementas das cantinas e dos refeitórios públicos.

Cabe então agora à tutela, a Secretaria Regional da Educação e Cultura, providenciar os devidos procedimentos concursais para que tal facto se torne realidade nos Açores, no mais breve tempo que seja possível.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Maria João Carreiro, tem a palavra.

(\*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Começando por lamentar a ausência do Sr. Secretário porque certamente deveria ter todo o interesse em ouvir o que os partidos têm a dizer sobre o assunto, o Partido Social Democrata começa, naturalmente, por saudar a iniciativa dos peticionários no exercício e pleno direito consagrado na lei fundamental, num pleno estado de direito democrático, no qual se impõe a abertura à participação dos cidadãos na tomada de decisões quanto à definição de políticas públicas, vinculando tais decisões ao bem comum. A presente Petição assume particular relevância no debate sobre a promoção de hábitos alimentares saudáveis e a necessidade de sensibilizar as nossas crianças e jovens para a inclusão de mais vegetais nas suas refeições.

No dia 13 de março de 2017, deu entrada nesta Casa a presente Petição, com 871 assinaturas tendo como primeira subscritora Jessica Costa Pacheco, em defesa da inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas, acente em motivações de saúde, ecológicas e ambientais.

A alimentação saudável nas escolas deve ser uma prioridade dos decisores políticos da Região.

Considerando que os Açores são uma das regiões do País com a mais alta taxa de obesidade infantil, estando Portugal no top five, obesidade infantil, a para da Espanha, Itália, Malta ou Grécia, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem dito!

**A Oradora:** ... conforme recentemente alertado pela investigadora do Instituto Ricardo Jorge, Ana Isabel Rito e considerando que os maus hábitos alimentares têm repercursões ao nível da saúde com consequências no aproveitamento escolar dos alunos, reveste assim a maior importância fomentar hábitos alimentares saudáveis e lutar contra a obesidade infantil, cuja abordagem tem de ser transversal envolvendo as famílias, as escolas, a comunidade, as políticas regionais e locais.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não há qualquer dúvida que a alimentação das crianças é condicionada pela família, pelas escolas, pela comunidade em geral, pelo que os refeitórios escolares constituem espaços vigiados de educação para a saúde, promoção de estilos de vida saudáveis e de equidade social.

Muitos alunos passam grande parte do seu dia nas escolas, onde almoçam, logo cabe à escola responsabilidade acrescida de oferecer refeições saudáveis, equilibradas e seguras, que ajudem a preencher as necessidades nutricionais das nossas crianças e jovens.

A opção dos alunos pelo refeitório é, pelo menos devia ser, vantajosa, quer do ponto de vista nutricional, quer do ponto de vista energético, quer da relação entre os diferentes nutrientes acente na liberdade de escolha da dieta alimentar e sem discriminar quem segue a dieta vegetariana.

Segundo a Direção Geral da Saúde as dietas vegetarianas têm benefícios importantes, como a redução de prevalência de doenças oncológicas, obesidade, doenças cardiovasculares, hipertensão, diabetes.

Ainda reforça esta entidade que uma alimentação vegetariana saudável pode ser adequada para as todas as fases do ciclo de vida, sendo a infância e a adolescência períodos de um rápido crescimento físico e desenvolvimento cognitivo e aquisição de competências sociais e comportamentais, um padrão alimentar vegetariano pode prever um crescimento e um desenvolvimento adequado a estes períodos, devendo ser adequadamente planeado e ajustado às necessidades e preferências de cada um.

Conforme referi no parecer da Escola Básica Francisco Ferreira Drumond, a alternativa vegetariana nas cantinas, quando devidamente planeada, tendo em conta as necessidades nutricionais das faixas etárias abrangidas pela escola, minimizando a possibilidade de carência relativamente aos macro e micro nutrientes, deve ser encorajada, de acordo com as características alimentares, ambientais e regionais.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do PSD, entende que as escolas enquanto espaços educativos e promotores da saúde devem criar cenários valorizadores de uma alimentação saudável, não só através de conteúdos curriculares, mas também através da oferta alimentar em meio escolar, para que todas as crianças adolescentes, sejam progressivamente capacitados a fazer escolhas saudáveis.

Registamos positivamente a garantia deixada pelo Sr. Secretário da Educação. Todas as escolas dos Açores terão no próximo ano letivo a opção do fornecimento de uma refeição vegetariana aos alunos e aos docentes.

No entanto, para este Grupo Parlamentar garantir a qualidade e o valor nutricional das refeições escolares deve ser constantemente uma prioridade.

Neste sentido, o que se exige é que os cadernos de encargos obedeçam aos requisitos de segurança alimentar, qualidade nutricional, quantidade recomendada para crianças e jovens em idade escolar, dada a vulnerabilidade deste período de ciclo de vida, no qual uma alimentação inadequada poderá comprometer o crescimento e o desenvolvimento, exige-se uma rigorosa ação

fiscalizadora por parte da tutela, quota cumprimento dos critérios exigidos, seja qual for a dieta alimentar optada.

Disse.

**Vozes dos Deputados da bancada do PSD:** Muito bem! Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Mendes, tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Queria, em primeiro lugar saudar e congratular os peticionários pelo exercício de uma figura de expressão da sua condição de cidadãos e cidadãs e por que não também como políticos e políticas, isto porque a democracia não começa e acaba no voto, nem na candidatura a qualquer órgão político.

Somos, e convém relembrar, representantes eleitos pelo povo, mas isso não significa que deixemos de ser sensíveis às reivindicações dos eleitores ao longo do nosso mandato.

Posto isto, convém também recordar que o Grupo Parlamentar do BE tem uma iniciativa que versa sobre a mesma matéria desta Petição, é uma iniciativa que é mais abrangente, mas passando agora à análise da Petição que se intitula “a inclusão de uma opção vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas da Região”.

Os peticionários não pretendem de forma alguma impor um regime alimentar, aliás a imposição de um regime alimentar corresponde à realidade atual.

Os peticionários não estão contra uma opção livre.

Os peticionários pretendem tão só, incluir uma opção vegetariana nas cantinas ou refeitórios escolares.

Portanto, não pretendem impor um estilo de vida. Procuram incluir, isto sim, uma maior diversidade de estilos de vida de alunos e suas famílias nas escolas públicas.

Procuram incluir quem, por motivos de saúde, tem no regime vegetariano uma opção mais adequada e imagine-se, procuram dar resposta a quem não sendo vegetariano quer optar uma vez por outra, por uma refeição diferente, com vista à diversificação do seu regime alimentar.

É óbvio que a sua reivindicação é acompanhada pela necessidade de se garantir o devido equilíbrio nutricional da opção vegetariana.

É também claro e assumido pelos peticionários os vários motivos que levam alguém a adotar uma dieta vegetariana, quer seja por razões éticas, ecológicas ou de saúde, mas não me parece que tal assunção de motivos indique qualquer atitude que possa ser entendida como sobranceira, quanto a quem não opta por uma dieta exclusivamente vegetariana e não alinha por qualquer motivo ético, ecológico e de saúde, que motive a adoção de uma dieta exclusivamente vegetariana.

Obrigada, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Sónia Nicolau tem a palavra.

(\*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários Regionais: O Grupo Parlamentar do PS saúda a Sra. Enfermeira Jessica Costa Pacheco e os 870 peticionários que recorreram a este instrumento, a Petição, acautelado da Constituição da República Portuguesa e o nosso Estatuto Político Administrativo e que confere aos cidadãos a expressão da sua posição perante o órgão legislativo.

Os cidadãos reconhecem a sua utilidade com pendor formal e em sede própria a oportunidade ao direito à sua posição e ao esclarecimento pelos órgãos governamentais e políticos.

Não tendo poder vinculativo tem o poder da vontade do cidadão e este poder último é merecedor de respeito e posição por parte do PS.

Entenderam assim, se reunirem cidadãos com interesses comuns que subscreveram a Petição intitulada “inclusão de uma alternativa vegetariana nas cantinas/refeitórios das escolas”.

Na audição da primeira peticionária, vincula-se de forma mais formal a identificação da tipologia de vegetarianismo, ou seja, vegetarianismo estrito, sem produtos ou derivados de animais, como opção diária nas escolas pública da Região.

Na leitura do Grupo Parlamentar do PS, o princípio norteador na responsabilidade máxima para com a infância e jovens, deverá ser o de uma dieta diversificada, onde o regime alimentar baseado no vegetarianismo nas diferentes variedades, ou não, é uma opção da criança e jovem e este direito conforme referenciado na Convenção dos Direitos da Criança e passo a citar : “direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhes respeitem, sendo devidamente tomadas em considerações as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade”. Assumindo na mesma Convenção o necessário equilíbrio e passo a citar: “com a responsabilidade fundamental da família no que diz respeito aos cuidados e proteção” e ainda neste documento orientador dos Direitos fundamentais da Criança – continuando a citar – “o estado respeita o direito da criança, a liberdade de pensamento, consciência e religião, no respeito pelo papel da orientação dos pais”.

À data nas escolas públicas da Região é já possível consumir por solicitação antecipada, prato ovovegetariano ou lactovegetariano, tal como expresso no caderno de encargos, que respeita, escrupulosamente, quantidades e qualidades alimentares, por faixas etárias.

Contratualizado com as empresas fornecedores está igualmente presente no manual de refeições saudáveis, emitido pela Secretaria Regional da Educação e Cultura, anualmente enviado às unidades orgânicas, no sentido de sensibilizar a comunidade escolar para a existência de diferentes regimes ou opções alimentares os instrumentos de contratação e de informação atrás mencionados, contemplam periodicamente a inclusão de um prato ovolactovegetariano.

Em sequência do referido, realço o parecer da Escola Básica e Secundária Tomás de Borba que passo a citar: “a alternativa vegetariana sempre que solicitada pelos encarregados de educação tem sido confeccionada”.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

É expressivo o parecer da Escola Básica Fereira Drumond de Andrade, que ilustra o processo diário de um refeitório de uma escola pública açoriano, nestes tempos onde a qualidade proteica das refeições servidas é questionada, e passo a citar o parecer da referida escola: “o padrão alimentar vegetarianismo tem como base o uso de hortícolas, frutas, cereais, leguminosas, frutos gordos, sementes e os seus derivados e pode incluir o uso de lacticínios ou ovos, em comparação com o que é servido atualmente nos refeitórios, estes grupos alimentares constituem a base de dieta vegetariana, já são utilizados nas ementas da escola, a principal alteração baseia-se na alteração da fonte proteica, ou seja, a substituição de carne e peixe por leguminosas, ou ocasionalmente de derivados de leguminosas como tofu, tempeh ou derivados de cereais como seitan”. Fim de citação.

Regista-se positivamente o parecer de oito entidades que se manifestaram favoráveis à introdução desta alternativa na ementa das escolas públicas da Região.

Não obstante as reticências e que passo a citar: “face ao reduzido número de alunos que possam aderir e as dificuldades em introduzir nos regimes

alimentares vegetais, legumes e frutas, conforme alude a Escola Básica de Vila Franca”.

Repescando o parecer da Escola Básica Ferreira Drumond de Andrade, na preocupação do desperdício alimentar, sugerindo a marcação prévia desta opção de prato.

O Grupo Parlamentar do PS acompanha a existência de um prato diário baseado no vegetarianismo estrito, quer seja por regime alimentar ou por opção esporádica, cimentado por uma gestão do não desperdício alimentar, manutenção da qualidade nutricional e o desejável e saudável acompanhamento familiar na vida da criança e jovem.

Assim, foi com satisfação que o Grupo Parlamentar do PS, teve conhecimento da decisão do Governo pela preença do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura, em sede de comissão no dia 1 de março de 2017, e aqui fazendo um parêntesis à Lei 11/2017, que contempla a questão da educação no enquadramento em que claramente rompe nas questões da autonomia porque refere-se à educação que é competência estrita da Região Autónoma dos Açores, que no próximo ano letivo, nos casos em que se iniciem novos contratos ou nas unidades orgânicas com serviço de cozinha próprio, que as mesmas passarão a disponibilizar um prato diário vegetariano.

Reiteramos a nossa saudação a todos os peticionários ao nos proporcionar, cogitar sobre o objetivo desta Petição, independentemente da motivação que lhes assistiu, seja ética, religiosa, ecológica, para a saúde ou simplesmente outra opção alimentar e que convoca os legítimos representantes do povo maior proximidade aos eleitores e a oportunidade de prosseguir, sempre que possível, a alterações logísticas e consequentemente executivas, em desinência e com a convicção que o PS acompanha a evolução da sociedade e os modos de vida da sociedade açoriana no seu seu direito à opção com o único objetivo de continuar a contribuir para uma melhor qualidade de vida às açorianas e aos çorianos.



Disse.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E os corvinos não são açorianos?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ao preparar esta intervenção a frase que eu tinha na cabeça é uma frase que é utilizada muitas vezes no Corvo que é: “é na terra, não é na lua”.

Ao ouvir falar nestes avanços civilizacionais e ao ouvir o Grupo Parlamentar do PS defender estes avanços civilizacionais, eu sinto-me fora deste mundo, eu e a ilha que aqui represento, também como reperesento o conjunto dos Açores.

Todos nós representamos os Açores, todos nós também temos responsabilidades especiais pelos círculos eleitorais onde fomos eleitos.

Eu quero dizer-vos que concordo com as refeições vegetarianas, acho que é um avanço civilazicional importante, mas vejo com estranheza que este avanço civilazicional importante, como foi feito também em relação às interrupções letivas, os alunos das nossas escolas já não se deslocam apenas para as aulas, mas também durante o período das interrupções letivas e das férias, para poderem ter acesso a almoços nas escolas, mas tudo isto é outro mundo, é um mundo que acaba na Ilha do Corvo, porque na Ilha do Coveo, nem interrupções letivas, nem durante o ano letivo e evidentemente, ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Não é esse o objeto da Petição!

**O Orador:** ... Sra. Presidente recolocando-me no tema, não temos refeições nenhuma, muito menos vegetarianas também.

(*Risos*)

Não temos refeições vegetarianas! Os nossos alunos não têm acesso a nenhum tipo de refeições, portanto este é um tema em que me sinto descontextualizado, eu acho muito bem, apoio a Petição para que as refeições vegetarianas sejam realizadas e se concretizem em todos os refeitórios escolares. Também gostaria muito que existisse um refeitório escolar na escola do Corvo e que nesse refeitório escolar as crianças tivessem acesso a refeições vegetarianas também. Portanto, fico chocado com esta falta de sensibilidade em relação à situação que se vive na escola do Corvo em relação ao refeitório escolar.

Reconhece-se que todos os alunos dos Açores e eu concordo ...

**Presidente:** Sr. Deputado Paulo Estêvão eu já lhe dei latitude suficiente, como o senhor próprio já reconheceu.

Vamos centrar-nos na Petição que está aqui em causa, Sr. Deputado, por favor.

**O Orador:** Com certeza, Sra. Presidente.

A Sra. Presidente deu-me toda a latitude, mas o Governo ainda não chegou à longitude que é preciso chegar, à longitude onde se encontra a Ilha do Corvo.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Vai chegar!

**O Orador:** Eu devo dizer-lhe, Sra. Presidente, que eu estou a falar de refeições vegetarianas, eu estou a falar do avanço civilizacional tremendo que é permitir que nas escolas dos Açores, se possam concretizar refeições vegetarianas mas eu não posso, como Deputado desta Casa, deixar de assinalar este paradoxo. Não temos refeições de nenhum tipo!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Jejum!

**O Orador:** Portanto, este avanço civilizacional é um avanço importantíssimo, mas é um avanço que não se pode concretizar onde não existe refeitório e onde não são feitas refeições de nenhum tipo.

É em relação a esta matéria que eu aqui quero fazer esta referência: eu gostaria que esta sensibilidade e estes avanços civilizacionais todos, em relação às

refeições vegetarianas, em relação às refeições servidas nas interrupções letivas, eu gostava que esses avanços também se concretizassem na Ilha do Corvo.

Acho que é perfeita injustiça e, portanto, da minha parte, da parte do PPM, total solidariedade com os peticionários, estou ao lado deles, acho que os alunos açorianos beneficiam muito com esta medida, acho que é fundamental, mas não posso deixar de assinalar a injustiça que mais uma vez esta medida não se concretiza na Ilha do Corvo.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira, tem a palavra.

(\*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, obviamente, saudar os peticionários que nos trazem hoje aqui ao Plenário uma discussão muito atual, até porque hoje está mais que provado que dietas vegetarianas trazem benefícios importantíssimos para a saúde, no sentido de que o consumo continuado de produtos de origem vegetal, permitem a redução de incidências de determinadas doenças, essencialmente aquelas que nós chamamos as doenças civilizacionais e falo por exemplo de hipertensão, colesterol, diabetes, doenças cardiovasculares, obesidade e doenças do foro oncológico.

Hoje é possível recorrer a uma alimentação vegetariana utilizando as nossas receitas tradicionais e convertê-las numa dieta vegetariana.

Eu penso que é um erro craço querermos introduzir nas nossas ementas escolares, dietas vegetarianas que façam recurso a produtos que não fazem parte da nossa tradição alimentar, como aconteceu recentemente em que quase toda a dieta vegetariana fazia uso de soja, que nunca fez parte da nossa tradição, quando nós temos equivalentes de leguminosas que fazem parte da nossa dieta naturalmente, como o feijão, o grão de bico, o tremçoço, onde temos receitas muito saborosas que podem ser facilmente convertidas para dieta vegetariana.

Mais, existem estudos na Região que demonstram também que os nossos produtos de origem hortofrutícola são muito mais ricos em bioativos que reduzem a incidência destas doenças, nomeadamente antioxidantes.

Portanto, esta introdução das ementas vegetarianas nas escolas açorianas, poderá permitir que se consiga finalmente uma sustentabilidade das nossas economias agrícolas, porque finalmente vamos ter a tão falada e nunca apoiada diversificação agrícola, porque para aumentarmos o consumo de vegetais na nossa dieta, não vamos seguramente desequilibrar ainda mais a nossa balança comercial, passando a importar todos esses hortofrutícolas, quando nós temos provas de que os nossos hortofrutícolas são de todo muito mais saudáveis.

É importante também alertar que, como em qualquer outro padrão alimentar, nem todos os alimentos de uma alimentação vegetariana serão necessariamente saudáveis ou adequados quando consumidos regularmente. Falo, por exemplo, de produtos processados, ricos em gordura, em sal e em açúcar que são frequentemente utilizados em pessoas que fazem uma alimentação vegetariana.

Portanto, em idades escolares, alimentações vegetarianas mal planeadas, podem ser facilmente desequilibradas do ponto de vista nutricional e dada a particular vulnerabilidade deste período do ciclo de vida, no qual uma alimentação inadequada poderá comprometer o crescimento e o desenvolvimento das nossas crianças, torna-se imperativo que as ementas sejam sempre elaboradas e supervisionadas por nutricionistas.

Portanto, o CDS considera que esta é uma excelente oportunidade para resolver o problema da falta de qualidade das nossas refeições escolares, porque se é importante que os nossos alunos tenham o direito a escolher o que comem, é ainda mais importante que tenham o direito que aquilo que escolhem seja saudável.

Portanto, consideramos que o Governo Regional tem a obrigação e o dever de fiscalizar a execução das ementas. É dito sempre que é residual a reclamação em relação ao que se passa com as ementas escolares, não é!

Portanto, ouvi aqui hoje falar várias vezes de que isto é um avanço civilizacional, mas só será efetivamente um avanço civilizacional se não for de papel, porque nós temos todas as escolas na Região com ementas elaboradas no papel são teoricamente nutricionalmente muito equilibradas e depois é dito que os nossos alunos vão comer salada de peixe e no fim acabam por comer salada de batata.

Sras. e Srs. Deputados:

Salada de batata seria uma ementa vegetariana e não necessariamente sudável.

Muito obrigada.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas.

*Eram 17 horas e 41 minutos.*

**Presidente:** Vamos então continuar com os nossos trabalhos.

*Eram 18 horas e 10 minutos.*

Entramos agora no ponto seis da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 8/XI – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, que estabelece o sistema de fiscalização e controlo do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca na Região Autónoma dos Açores”.**

Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia.

(\*) **Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia** (*Gui Menezes*): Sra. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Governo dos Açores definiu como uma das grandes prioridades para as pescas o aumento do rendimento dos profissionais do setor tendo vindo a adotar várias medidas com vista a atingir esse pressuposto, quer seja através de novas formas de gestão dos recursos piscícolas, quer seja através da promoção de atividades complementares à pesca, ou ainda através de mecanismos de apoio financeiro.

Neste âmbito, uma das medidas da política regional de apoio ao setor é o gasóleo colorido utilizado pela frota açoriana.

Num ano o Governo apoiou em cerca de 2 milhões e 700 mil euros os armadores açorianos na aquisição de combustível para as suas embarcações, tendo ainda procedido à uniformização do preço dos combustíveis para o gasóleo pescas que reduziu em 10 cêntimos por litro o valor pago pela frota local beneficiando cerca de 350 embarcações.

Agora, com a presente proposta de alteração do Decreto Legislativo Regional que estabelece o sistema de fiscalização e controle do abastecimento de gasóleo à agricultura e à pesca nos Açores pretendemos criar mais uma medida de apoio ao setor através da diminuição dos custos operacionais na aquisição do gasóleo para as viaturas ligadas à atividade da pesca, nomeadamente para o transporte de tripulações e de aparelhos, entrepostos, lotas, postos de recolha e casas de apresto.

Considerando que o gasóleo rodoviário com que os armadores abastecem as suas viaturas de apoio à pesca tem um custo de 1,18€ por litro e o gasóleo

colorido é de 0,48€ por litro, com esta medida os armadores irão poupar cerca de 0,70€ por litro.

Considerando ainda que este tipo de custos operacionais é retirado do monte, ou seja, dos rendimentos obtidos com a venda do pescado, a redução deste encargo irá aumentar o montante disponível para ser distribuído por todos os pescadores da embarcação, contribuindo assim para o aumento dos seus rendimentos.

Esta é uma medida que estamos convencidos que irá abranger cerca de 175 armadores e indiretamente 1750 pescadores.

Queremos que este apoio seja utilizado com justiça e transparência e, por isso, pretendemos que cada armador tenha um plafond para abastecer a viatura com gasóleo colorido que será baseado no número de descargas em lota da embarcação.

Considerando o importante contributo que o alargamento do gasóleo colorido às viaturas de apoio à pesca podem representar para este setor na Região, espero que esta proposta do Governo dos Açores seja aprovada nesta Casa.

Muito obrigado.

**Deputados André Bradford e José Ávila (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(\*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Como explanou o Sr. Secretário, a proposta de alteração de DLR n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, objetivamente altera o artigo n.º 5, aditando os beneficiários que são os proprietários ou armadores que possuem veículos e aditando ainda o artigo n.º 4-A, “Veículos de apoio à pesca”.

Com esta medida o Governo dos Açores cria condições aos armadores e proprietários de embarcações, possibilitando uma diminuição de custos

operacionais, os que utilizam (os armadores ou os proprietários) os veículos, quer para transporte das tripulações, da deslocação de equipamentos até às casas de apresto aos portos, às lotas e aos postos de recolha e de facto esta iniciativa vem ao encontro dos anseios dos armadores açorianos, podendo potenciar mais rendimento que acho que é extremamente importante. O Grupo Parlamentar do Partido Socialista acha que pode de forma indireta proporcionar mais rendimento aos pescadores.

Esta proposta recebe o aval do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que considera muito importante para fazer face aos custos e às despesas operacionais, os custos à produção.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta medida é efetivamente reivindicada pelo setor há já algum tempo.

Há dois anos, em 2014, foi aprovado o Decreto Legislativo Regional n.º 15/2014/A, que estabeleceu o regime de fiscalização e de abastecimento do gasóleo para agricultura e para as pescas, onde a medida mais polémica, digamos assim, foi o facto de na agricultura ter sido permitido indexar uma viatura à exploração e esta ser beneficiária do gasóleo.

Entretanto, passados dois anos, surge agora esta alteração ao Decreto Legislativo Regional, permitindo que também no setor das pescas possa ser afeta uma viatura e o que suscita logo à primeira vista é o porquê e qual a justificação de tal acontecer.

Em sede de comissão a justificação apresentada pelo Sr. Secretário foi (e passo a citar) “que o setor das pescas é muito dinâmico, que as necessidades evoluem, pelo que o Governo entende que agora estão reunidas as condições para atribuir



este apoio, até porque no ano de 2016 não foi muito favorável para o setor das pescas”. Acrescentou ainda “que foi feita uma avaliação mais detalhada sobre os custos operacionais e após consulta aos parceiros do setor que já reivindicavam este apoio antes, foi decidido atribuir este apoio de forma a permitir reduzir os custos de contexto das pescas.”

Assim, ficam aqui algumas questões no ar, que é o facto de há dois anos, quando a tal alteração foi feita para a agricultura e apesar de serem atividades distintas, não se previa e não era pensável que tal também iria beneficiar o setor das pescas, à semelhança do que aconteceu com a agricultura. Que condições foram estas que só passados dois anos é que estiveram reunidas?

Qual foi essa avaliação detalhada que demorou dois anos a ser realizada para só se perceber agora que tal iria beneficiar os armadores e pescadores através da redução dos custos de operacionalidade ou então esteve-se à espera de existir um ano mau para que esta medida pudesse ser implementada?

Esta, sem dúvida, é uma medida importante para o setor, porque, como em qualquer setor de atividade, reduzindo os custos de operacionalidade vai-se refletir no aumento do rendimento. Aqui a questão é que temos de garantir e o que é desejável é que esse aumento de rendimento seja efetivamente no rendimento dos pescadores, pois são estes os mais afetados pela situação que se atravessa.

O que esperamos é que tal seja efetivamente refletido no rendimento desses pescadores, porque a verdade é que a pesca não precisa de paliativos, precisa, sim, de cuidados intensivos e esta não pode ser uma medida para tentar disfarçar a incapacidade do Governo em apresentar soluções para a crise que o setor atravessa.

Muito obrigada.

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Qual crise?

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jaime Vieira tem a palavra.

(\*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, o PSD quer ressaltar que esta é uma boa medida para o setor, setor este que atravessa grandes dificuldades e que realmente medidas como esta todos nós temos de estar ao lado desta medida, no sentido que estas medidas vão permitir, como também já foi dito, haver um certo alívio dos grandes custos que estão inerentes às pescas e que realmente, como também já foi dito pela Deputada Catarina, é necessário também que haja mais atenção a este setor e também é importante que haja mais medidas de forma a que os rendimentos dos pescadores possam vir a aumentar.

Dizer também que há tempos que o setor vem reivindicando esta medida, ou este apoio, e dizer que os pescadores sentiam-se, de certa forma, injustiçados, porque aquando da criação desta lei em 2014, não compreenderam o porquê da agricultura e dos companheiros da agricultura terem direito a este apoio para os veículos da agricultura de apoio àquela atividade e os pescadores não terem direito, uma vez que as duas atividades são das mais importantes que nós temos no setor primário. Neste sentido, era incompreensível que as pescas não estivessem contempladas com esse tipo de apoio.

Julgo que com esta proposta estamos realmente a incutir uma certa justiça o que faz com que realmente o setor esteja equiparado agora à agricultura naquilo que são os apoios e naquilo que são essencialmente os apoios para o apoio da atividade das pescas em termos de combustível.

Algumas das questões que foram levantadas pela Deputada Catarina o PSD também as tinha: o porquê do agora e o porque não em 2014. É algo que embora não sendo da responsabilidade do agora Sr. Secretário Regional, é responsabilidade deste Governo.

Gostaríamos também, se possível, perceber quais foram as dinâmicas que apareceram que permitiram que realmente agora (e muito bem, diga-se de passagem!) estejamos a discutir, a tentar aprovar esta proposta que, como eu já disse, é uma proposta que o setor logicamente agradece e que é muito bem vinda pelo setor das pescas.

Também gostaríamos de ver esclarecido o porquê da medida apenas (digo apenas no sentido que julgo que tem mais armadores do que 175) abranger os 175. É uma situação também que gostaríamos de tentar ver esclarecida.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Mário Tomé tem a palavra.

(\*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho que de facto enaltecer esta medida, porque esta medida é tomada numa altura até que os indicadores relativos às capturas e aos rendimentos são muito positivos. Só para vos dar uma nota, nos primeiros cinco dias do mês de julho os ganhos provenientes, por exemplo, das espécies pelágicas dos grandes migradores, no caso o atum, andou na ordem dos 400 mil euros. Até no primeiro semestre os ganhos foram superiores a 700 mil euros que no ano de 2016.

Por isso, obviamente a medida tem uma perspetiva de planeamento e isso é que é importante e há aqui uma questão, obviamente, nessa matéria que eu gostaria de levantar ao Sr. Secretário.

Relativamente às 170 embarcações que contemplam aproximadamente 1.750 pescadores qual é o impacto, ou em que segmento de frota estas medidas têm maior impacto?

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

*(Pausa)*

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

**(\*) Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia (Gui Menezes):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, em relação à questão do porquê nesta altura, uma das razões que também contribuiu para ser nesta altura tem a ver com o Decreto Legislativo Regional, que no caso da agricultura, já continha os equipamentos e as carrinhas já estavam listadas nesse DLR e no caso da pesca só estavam as embarcações. Por isso, no caso da agricultura foi também por esse motivo mais rápido.

Por outro lado, também demorou mais algum tempo, porque se entendeu que era necessário implementar um sistema de controlo e perceber um pouco melhor a dinâmica desta utilização e por isso também levou mais tempo.

Gostaria de referir que neste momento com a entrada em vigor desta alteração o controlo será feito naturalmente através do cartão. O armador que possui uma carrinha adstrita à atividade da pesca o cartão também vai conter a matrícula da carrinha para haver um sistema de controlo.

Em relação aos 175 armadores. Esta é uma estimativa que foi realizada. Pode ser ainda diferente deste número, porque decorreu de uma consulta que fizemos às várias associações e este foi um número que estimámos que possa ser coberto por esta iniciativa.

Quanto aos segmentos de frota. Neste caso existe uma maior variabilidade. Estão incluídos aqui tanto embarcações de maior ou menor dimensão, como

embarcações costeiras. Não sei precisar exatamente quantas de um segmento ou doutro, mas estão abrangidos todos estes segmentos de frota.

Naturalmente que é expetável que as embarcações maiores, que tenham mais tripulantes, que tenham que transportar mais equipamentos de pesca, tenham uma utilização maior das carrinhas para esse efeito e, por isso, será eventualmente nestas em que terá um efeito mais significativo.

Julgo que respondi às questões.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faço esta intervenção para dizer que o PPM votará favoravelmente esta iniciativa. Face também às referências que já foram realizadas aqui por outros grupos da oposição, nomeadamente a referência a um período muito significativo que mediou entre a aplicação destas medidas na agricultura e nas pescas. Na nossa perspetiva deveria ter sido implementado com maior celeridade até porque vivemos um contexto muito difícil. Os pescadores estão a atravessar um período de enormes dificuldades e o setor também. Por isso, na nossa perspetiva esta medida só peca por tardia.

Seja como for o que é significativo e o que é decisivo do ponto de vista da votação da Representação Parlamentar é que ela merece o nosso apoio.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então votar esta proposta de Decreto Legislativo Regional.

Votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos passar então agora ao debate e votação na especialidade.

O artigo 1.º deste diploma, como já foi até referido, altera o artigo 5.º do diploma original. Vai ser colocado à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Passamos agora à votação do artigo 2.º deste diploma que adita um 4.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

**Presidente:** Penso que posso colocar os artigos 3.º e 4.º em votação conjunta, uma vez que se trata da republicação e entrada em vigor.

Não havendo oposição, estão à votação os artigos 3.º e 4.º deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

**Presidente:** Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

**Secretária:** Em votação final global a proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

**Presidente:** Vamos avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Mário Tomé, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(\*) **Deputado Mário Tomé (PS):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS congratula-se com a proposta de alteração aprovada por unanimidade da alteração do DLR n.º 15/2014/A, de 20 de agosto, considerando que as medidas introduzidas vêm beneficiar os armadores, reduzindo custos operacionais e promovendo mais rendimento disponível para os pescadores.

O Governo dos Açores cria assim condições que vêm ao encontro dos anseios dos nossos pescadores.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Entramos agora no ponto sete da nossa Agenda: **Proposta de Resolução n.º 18/X – “Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano económico de 2015”**.

O debate e votação da Conta da Região regem-se pelo disposto no artigo 168.º do nosso Regimento.

A Conferência de Líderes definiu como tempos os que são utilizados no processo legislativo comum e para a apresentação do relatório tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva, Relator da Comissão de Economia.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

---

## RELATÓRIO E PARECER

---

### CONTA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES DO ANO DE 2015

---

## TRABALHOS DA COMISSÃO

---

A Comissão Permanente de Economia reuniu no dia 8 de fevereiro de 2017, na Delegação da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Ponta Delgada, a fim de analisar e dar parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015, tendo em consideração o respetivo parecer emitido pela Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas e das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

O Relatório relativo ao Sector Empresarial Regional fará parte do presente documento, conforme a legislação em vigor.

---

### 1.º CAPÍTULO - ENQUADRAMENTO JURÍDICO

---

Compete à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos do n.º 1 do artigo n.º 232.º e da alínea p) do n.º 1 do artigo n.º 227.º da Constituição da República Portuguesa, bem como da alínea b) do n.º 1 do artigo 42.º do Estatuto Político – Administrativo da Região Autónoma dos Açores, aprovar as Contas da Região Autónoma dos Açores.

Segundo o Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A de 28 de outubro de 2011, a Comissão Permanente de Economia, deverá elaborar um Relatório sobre o Sector Empresarial Regional, a anexar ao seu relatório e parecer sobre a Conta da Região.



---

## 2.º CAPÍTULO - APRECIACÃO NA GENERALIDADE

---

Encontra-se em apreciação a Proposta de Resolução n.º 18/2016, apresentada à Assembleia Legislativa pelo Governo Regional relativa à Conta da Região Autónoma dos Açores referente ao ano de 2015.

A referida Conta teve por base a execução do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2015 aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 1/2015/A, de 7 de janeiro e posto em execução pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2015/A de 13 de fevereiro.

A Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015 foi aprovada em Conselho de Governo por Resolução de 20 de junho de 2016, deu entrada na Assembleia no dia 29 de Junho de 2016, tendo sido remetido à Comissão de Economia no 7 de julho de 2016.

O parecer do Tribunal de Contas foi enviado a esta Comissão em 21 de dezembro de 2016.

Após parecer do Tribunal de Contas, foram remetidos os pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, para a Comissão Permanente de Economia, ficando assim reunidos os elementos necessários à elaboração do presente relatório e parecer.

Posteriormente, a Comissão Permanente de Economia, irá elaborar o Relatório sobre o Sector Empresarial Regional, o qual será anexado ao presente relatório.

### 3.º CAPÍTULO - APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE

#### 1º. APRECIÇÃO NA ESPECIALIDADE:

##### A) RECEITA

A Receita Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2015, atingiu o valor de 1.570,2 milhões de euros, registando um aumento de 304,1 milhões de euros (+24%) relativamente a 2014. Essa receita é constituída, essencialmente, por receitas fiscais, transferências e passivos financeiros.

#### Quadro 1 - Receitas

Capítulos	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta			Sector Público Administrativo Regional	Euro
		Serviços e Fundos Autónomos (SFA)	Entidades Públicas Reclassificadas (EPR)	Total		
		Impostos diretos	224 902 016			
Impostos indiretos	395 147 027				395 147 027	
Contribuições SS, CGA e ADSE	10 056 308				10 056 308	
Taxas, multas e outras penalidades	7 912 645	10 077 963	422 142	10 500 104	18 412 749	
Rendimentos da propriedade	4 280 675	3 547	4 960	8 507	4 289 181	
Transferências correntes	179 259 793	148 685 738	227 544 895	376 230 633	256 453 648	
Venda de bens e serviços correntes	1 185 374	7 132 107	21 292 787	28 424 894	29 599 544	
Outras receitas correntes	737 848	6 784 459	644 097	7 428 556	8 166 404	
<b>Receitas Correntes a)</b>	<b>823 481 686</b>	<b>172 683 814</b>	<b>249 908 879</b>	<b>422 592 694</b>	<b>947 026 877</b>	
Venda de bens de investimento	507 291	-	152 144	152 144	659 434	
Transferências de capital	151 534 907	62 669 349	33 650 379	96 319 728	159 460 746	
Ativos financeiros	206 484	76 560	139 241 859	139 318 420	139 524 904	
Passivos financeiros	69 000 000	300 000	239 734 432	240 034 432	309 045 156	
Outras receitas de capital	424 409	1 789	419 312	421 100	845 509	
<b>Receitas de Capital b)</b>	<b>221 673 091</b>	<b>63 047 698</b>	<b>413 198 126</b>	<b>476 245 824</b>	<b>609 535 750</b>	
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 017 595	88 257		88 257	2 105 852	
Saldo da gerência anterior	15 232	-	11 546 124	11 546 124	11 561 356	
<b>Outras Receitas c)</b>	<b>2 032 827</b>	<b>88 257</b>	<b>11 546 124</b>	<b>11 634 381</b>	<b>13 667 208</b>	
<b>Receita Total a+b+c</b>	<b>1 047 187 603</b>	<b>235 819 769</b>	<b>674 653 129</b>	<b>910 472 899</b>	<b>1 570 229 834</b>	

a) valor não resulta da soma as transferências correntes e as de capital, porque são deduzidas as transferências intra-internas.

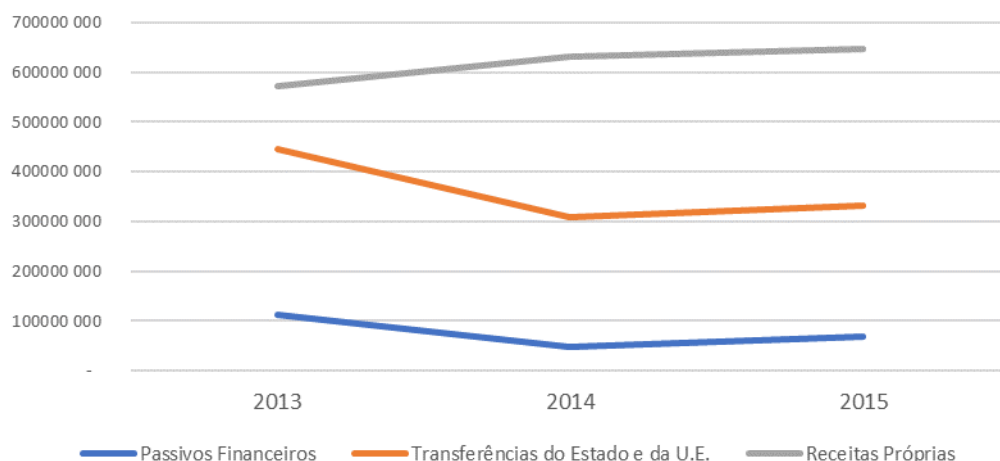
As receitas foram repartidas pela Administração Regional Direta, cujo montante atingiu os 1.047,2 milhões de euros, e pela Administração Regional Indireta, no valor de 910,5 milhões de euros.

**Quadro 2 - Receita do subsector da Administração Regional direta (2013-2015)**

Euro

	2013	2014	2015
Passivos Financeiros	111 430 000	49 000 000	69 000 000
Transferências do Estado e da U.E.	445 671 752	308 805 563	330 581 596
Receitas Próprias	570 779 146	632 551 465	647 606 007

É de assinalar, em 2015, o crescimento de 2% das Receitas Próprias, para 647,6 milhões de euros, bem como dos Passivos Financeiros, mais 41%, e das Transferências do Estado e da U.E, mais 7%, face ao ano anterior. Comparativamente ao ano de 2014, a Conta da Região contabiliza mais 56,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 6%.

Gráfico 1 – *Evolução da Receita (2013 – 2015)*

Por sua vez, verificamos que as Receitas Fiscais, no valor de 620,0 milhões de euros, representam cerca de 95,78% do total das Receitas Próprias, enquanto as Outras Receitas representam 4,22%.

**Quadro 3 - Composição da Receita Própria**

Euro e %

<b>Receita Própria</b>	<b>Receita contabilizada</b>	<b>%</b>
Receita Fiscal	620 049 043	95,78
Outras Receitas	25 104 550	3,88
Ativos Financeiros	206 484	0,03
Reposições não abatidas nos pagamentos	2 017 595	0,31
Saldo da gerência anterior	15 232	0,00
<b>Total</b>	<b>647 392 903</b>	<b>100,00</b>

O total das Receitas Próprias em 2015 permitiu assegurar cerca de 97,4% das Despesas de Funcionamento, o que tem permitido consolidar a autonomia financeira da Região Autónoma dos Açores.

Os Impostos Diretos, no valor de 224,9 milhões de euros (36,27% do total), são constituídos, sobretudo, pelo IRS e IRC, que representam, respetivamente, 29,31% e 6,96% do total da Receita Fiscal.

Os Impostos Indiretos, num total de 395,1 milhões de euros (63,73% da Receita Fiscal), são constituídos, essencialmente pelo IVA (276,6 milhões de euros), o ISP (49,4 milhões de euros) e o Imposto sobre o Tabaco (35,9 milhões de euros) e o Imposto de Selo (19,1 milhões de euros).

**Quadro 4 - Receita Fiscal da Administração Regional direta**

Euro e %

<b>Receita Fiscal</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
IRS	181 742 958	29,31
IRC	43 153 779	6,96

Imposto sobre sucessões e doações	-	-
Imposto de uso, porte e detenção de armas	-	-
Impostos diretos diversos	5 280	0,00
<b>Total Impostos Diretos</b>	<b>224 902 016</b>	<b>36,27</b>
ISP	49 416 292	7,97
IVA	276 585 589	44,61
Imposto sobre veículos	5 022 259	0,81
Imposto sobre o tabaco	35 857 721	5,78
Imposto sobre o álcool e bebidas alcoólicas	5 278 580	0,85
Imposto selo	19 090 540	3,08
Imposto único de circulação	3 730 492	0,60
Impostos indiretos diversos	165 554	0,03
<b>Total Impostos Indiretos</b>	<b>395 147 027</b>	<b>63,73</b>
<b>Total Receita Fiscal</b>	<b>620 049 043</b>	<b>100,00</b>

No que se refere à evolução dos principais impostos, é de destacar o aumento, em 2015, do ISP em 6,6 milhões de euros, do Imposto sobre o Tabaco em 5,6 milhões de euros e do IRC em 4,2 milhões de euros. Ao invés, destaca-se a redução verificada no IRS, em 6,7 milhões de euros, bem como do IVA, em cerca de 2,8 milhões de euros.

**Quadro 5 - Evolução dos Principais Impostos (2012-2015)**

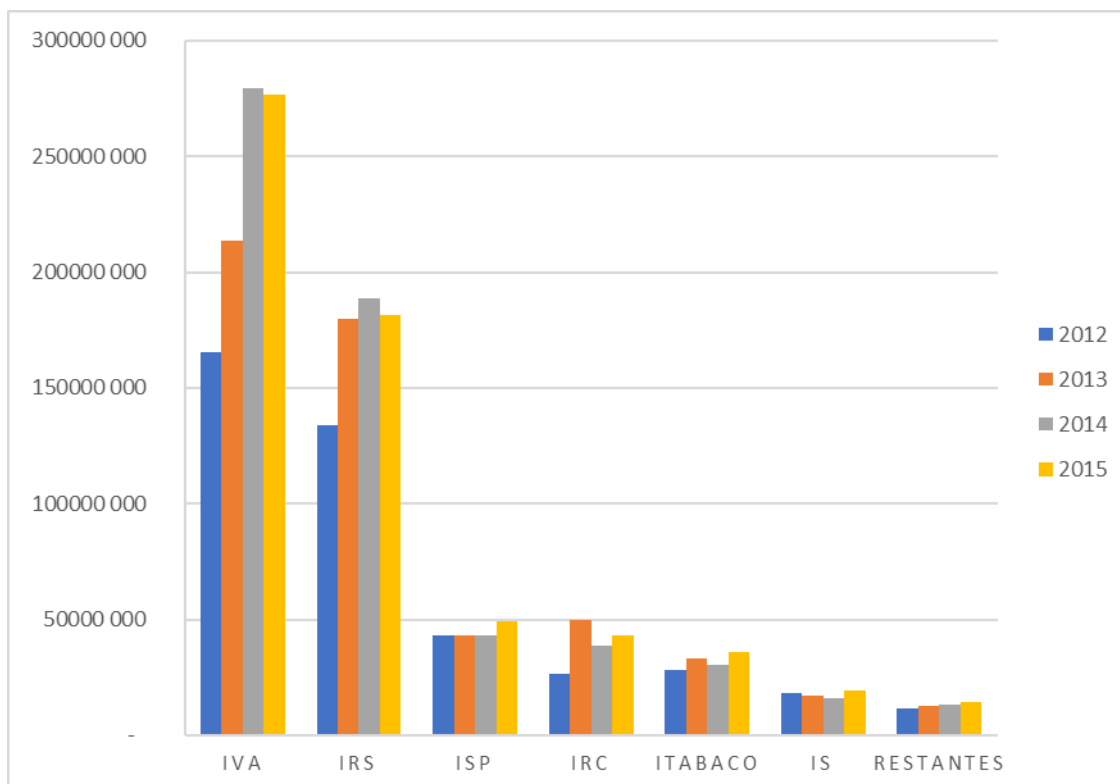
Euro

IMPOSTOS	2012	2013	2014	2015
IVA	165 206 872	213 491 780	279 357 461	276 585 589
IRS	133 995 778	179 575 642	188 423 714	181 742 958
ISP	42 929 139	43 141 494	42 861 534	49 416 292
IRC	26 615 872	49 932 143	38 934 901	43 153 779

ITabaco	28 150 156	33 419 201	30 220 409	35 857 721
ISelo	18 134 630	17 174 239	16 117 465	19 090 540
Restantes	11 851 338	12 768 479	13 398 727	14 202 165
<b>Total</b>	<b>426 883 785</b>	<b>549 502 978</b>	<b>609 314 211</b>	<b>620 049 043</b>

Numa análise mais alargada, entre os anos de 2012 e 2015, as receitas com o IVA aumentaram 111,4 milhões de euros, cerca de 67%, representando, em 2015, quase 45% do total das receitas fiscais. Este aumento verificado no IVA resulta das alterações procedidas para o método de “capitação”, que permitiu compensar parcialmente as reduções das Transferências.

Gráfico 2 – *Evolução dos Principais Impostos*



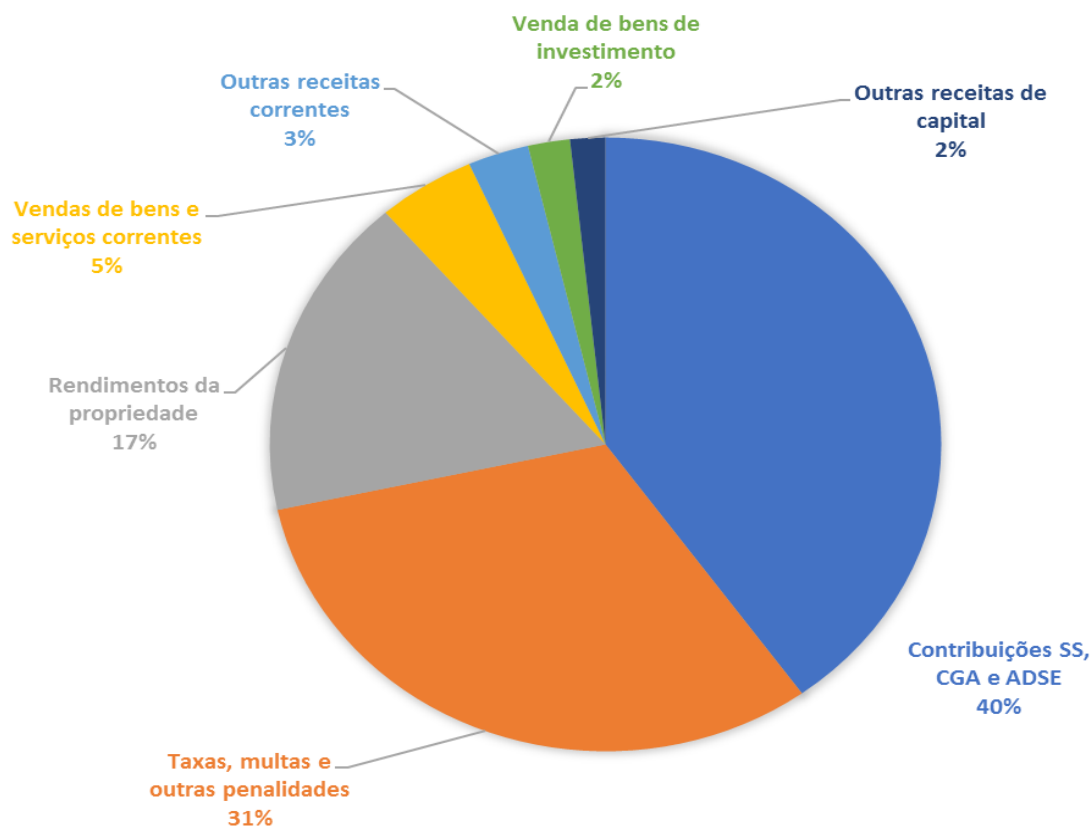
Nas Outras Receitas, no valor de 25,1 milhões de euros, destacam-se as contribuições para a Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações e ADSE, com 40,06%, e as taxas, multas e outras penalidades, com 31,52% do total.

**Quadro 6 - Outras Receitas**

Euro

Outras Receitas	Valor	%
Contribuições SS, CGA e ADSE	10 056 308	40,06
Taxas, multas e outras penalidades	7 912 645	31,52
Rendimentos da propriedade	4 280 675	17,05
Vendas de bens e serviços correntes	1 185 374	4,72
Outras receitas correntes	737 848	2,94
Venda de bens de investimento	507 291	2,02
Outras receitas de capital	424 409	1,69
<b>Total</b>	<b>25 104 550</b>	<b>100,00</b>

Gráfico 3 – Outras Receitas



As Transferências, num total de 330,8 milhões de euros, provenieram, sobretudo, do Orçamento do Estado (76%) e da União Europeia (24%).

As Transferências do Orçamento do Estado atingiram o montante de 251,0 milhões de euros, das quais, as transferências ao abrigo do Princípio da Solidariedade, com 179,3 milhões de euros, e as do Fundo de Coesão, com 71,7 milhões de euros.

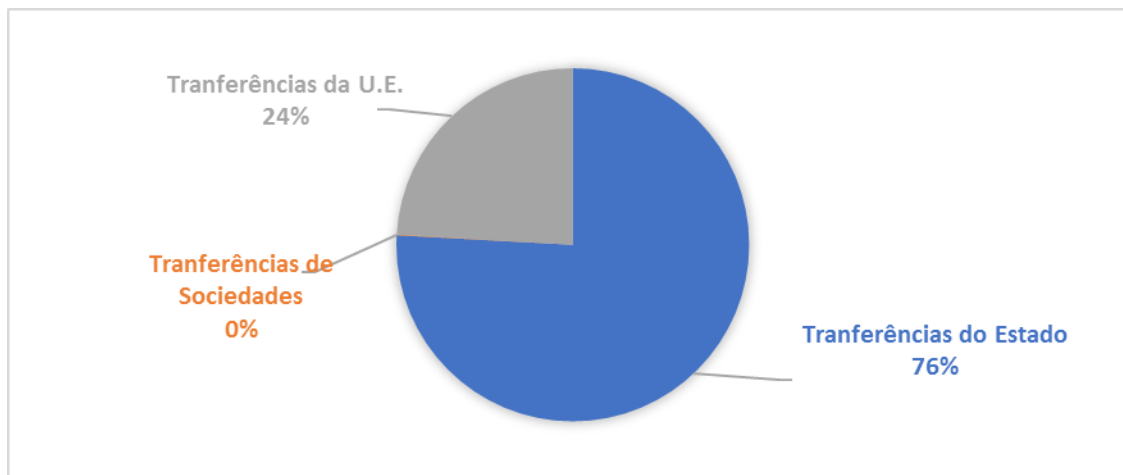
Nas Transferências da União Europeia, no montante total de 79,6 milhões de euros, assume maior importância a verba proveniente do FEDER, com 64,4 milhões de euros, bem como a verba do F.COESAO, no valor de 12,5 milhões de euros.

<b>Quadro 7 - Transferências</b>	
	Euro
Transferências	Valor
<b>Estado</b>	
Princípio da Solidariedade	179 259 793
Fundo de Coesão	71 703 917
Realojamento	-
<b>Sub-total</b>	<b>250 963 710</b>
<b>Sociedades e quase-sociedades não financeiras</b>	
Privadas	213 105
<b>Sub-total</b>	<b>213 105</b>
<b>União Europeia</b>	
FEDER	64 430 842
FCOESAO	12 510 048
FEADER	557 260
FEP	2 119 736
<b>Sub-total</b>	<b>79 617 886</b>



<b>Total</b>	<b>330 794 700</b>
--------------	--------------------

Gráfico 4 – Transferências



Os Passivos Financeiros, no ano de 2015, registados na Conta da Região Autónoma dos Açores são de 69 milhões de euros, que se referem a dois empréstimos, um de 19 milhões de euros destinado ao refinanciamento da dívida direta e outro empréstimo de 50 milhões destinado ao financiamento do Plano de Investimentos.

**Quadro 8 - Passivos Financeiros**

Euro

<b>Empréstimos</b>	<b>Destino</b>
19 000 000	Refinanciamento da dívida direta
50 000 000	Financiamento de Investimentos do Plano
<b>69 000 000</b>	<b>Total dos passivos financeiros registados</b>

## B) DESPESA

A Despesa Global Consolidada, do Sector Público Administrativo Regional (excluindo Operações Extraorçamentais), em 2015, atingiu o valor de 1.563,9 milhões de euros, registando um aumento de 23% (297 milhões de euros) relativamente a 2014.

**Quadro 9 - Despesa do Sector Público Administrativo Regional**

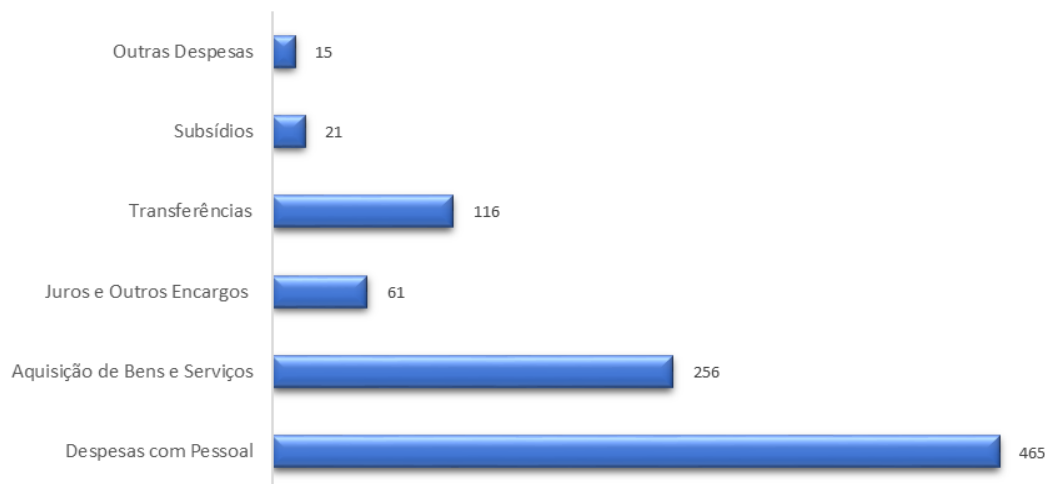
milhões de euros

Designação	Administração Regional Direta	Serviços e Fundos Autónomos	Entidades Públicas Reclassificadas	Sector Público Administrativo Regional (consolidado)
<i>Despesas Correntes</i>				
Despesas com Pessoal	306,2	61,6	97,2	465,0
Aquisição de Bens e Serviços	53,3	80,9	121,9	256,1
Juros e Outros Encargos	14,1	1,5	45,3	60,9
Transferências	350,3	64,3	-	115,6
Subsídios	3,5	17,80	-	21,3
Outras Despesas	11,1	0,20	3,7	15,0
<b>Total Despesas Correntes</b>	<b>738,5</b>	<b>226,30</b>	<b>268,1</b>	<b>933,9</b>
<i>Despesas de Capital</i>				
Aquisição de Bens	43,1	2,10	5,4	50,6
Transferências	246,1	2,10	21,1	181,0
Ativos Financeiros	-	0,10	168,7	168,8
Passivos Financeiros				226,4

	19,1	0,10	207,2	
Outras Despesas	0,1	-	3,0	3,1
<b>Total Despesas de Capital</b>	<b>308,4</b>	<b>4,4</b>	<b>405,4</b>	<b>629,9</b>
<b>Total da Despesa</b>	<b>1 046,9</b>	<b>230,70</b>	<b>673,5</b>	<b>1 563,8</b>
<b>Despesa Efetiva (1)</b>	<b>1 027,8</b>	<b>230,50</b>	<b>297,6</b>	<b>1 168,6</b>
<b>Despesa Primária (2)</b>	<b>1 013,7</b>	<b>229,00</b>	<b>252,3</b>	<b>1 107,7</b>
<b>Despesa Corrente Primária (3)</b>	<b>724,4</b>	<b>224,80</b>	<b>222,8</b>	<b>873,0</b>
<i>(excluindo as operações extraorçamentais)</i>				
(1) - Total da Despesa menos os Ativos Financeiros e os Passivos Financeiros				
(2) - Despesa Efetiva menos os Juros e Outros Encargos				
(3) - Despesa corrente menos os Juros e Outros Encargos				

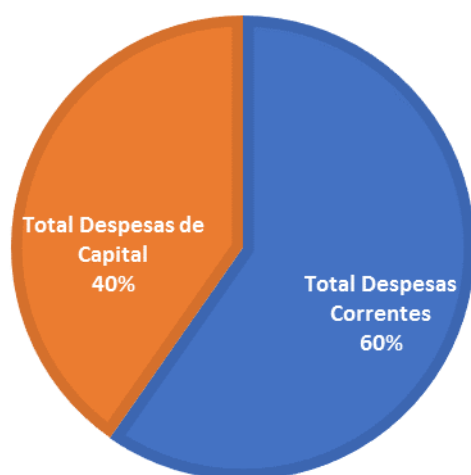
Nas Despesas Correntes, em 2015, destacam-se os 465,0 milhões de euros de Despesas com o Pessoal, que representam 49,8% do total destas, e os 256,1 milhões de euros referentes à Aquisição de Bens e Serviços, que equivaleram a 27,4% deste agregado.

Gráfico 5 – Despesas Correntes (milhões de euros)



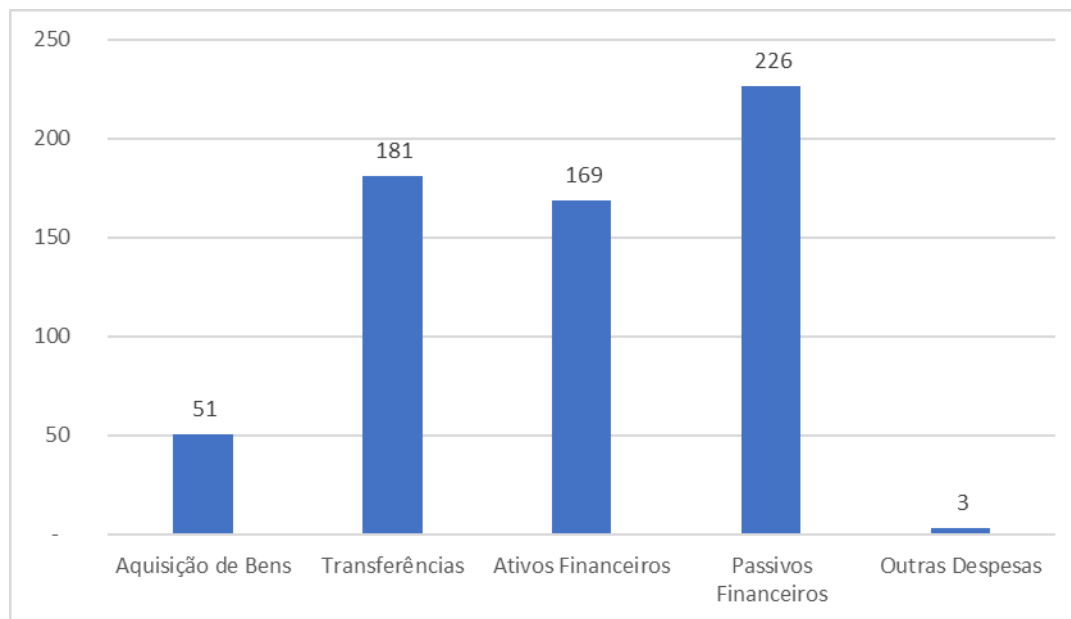
As Despesas de Capital, no valor de 630,0 milhões de euros, representaram 40% da Despesa Total, enquanto as Despesas Correntes, com 933,9 milhões de euros, representaram 60%.

Gráfico 6 - Despesas



Quanto às Despesas de Capital é de realçar o valor dos Passivos Financeiros, que absorvem 35,9% do total, seguindo-se as Transferências, com 28,7% e os Ativos Financeiros, com 26,8%.

Gráfico 7 – Despesas de Capital (milhões de euros)



A Despesa Efetiva (total das despesas menos os ativos e passivos financeiros) atingiu o valor de 1.168,6 milhões de euros, mais 88,1 milhões de euros do que o registado em 2014, o que corresponde a mais 8%, face ao ano anterior. A Despesa Primária (despesa corrente menos os juros e outros encargos) registou 1.107,7 milhões de euros, mais 9% do que no ano anterior.

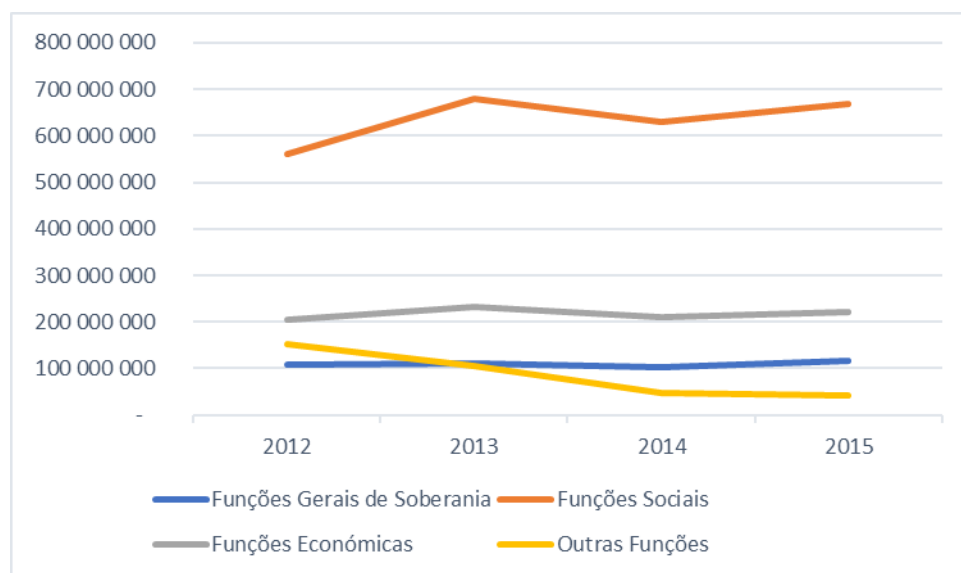
**Quadro 10 - Evolução da Despesa da Administração Regional Direta por funções***(excluindo as operações extraorçamentais)*

Euro

	2012	2013	2014	2015
Funções Gerais de				
Soberania	108 415 357	111 594 000	102 793 107	116 886 425
Funções Sociais	560 851 895	679 467 733	629 962 999	667 564 103
Funções Económicas	205 969 130	232 113 511	211 287 488	222 163 220
Outras Funções	153 549 225	104 667 305	46 298 201	40 409 538
<b>Total</b>	<b>1 028 785 607</b>	<b>1 127 842 549</b>	<b>990 341 795</b>	<b>1 047 023 286</b>

Analisando o quadro anterior e o gráfico seguinte, podemos constatar que tem existido ligeiras variações nas diversas áreas funcionais, onde se destaca o aumento, entre 2012 e 2015, dos custos em Funções Sociais e o decréscimo significativo dos custos referentes às Outras Funções.

Gráfico 8 – *Evolução da Despesa por Funções*



As Funções Sociais, com 63,8% do total da despesa, representam a maior proporção dos gastos da Administração Pública Regional, onde se incluem a Saúde (324,4 milhões de euros) e a Educação (252,0 milhões de euros).

Seguem-se, em termos de representatividade, as Funções Económicas, onde se incluem a agricultura, as pescas, os transportes e comunicações, com 21,2%, seguido das Funções Gerais de Soberania, com 11,2%, restando 3,9% para as Outras Funções.

**Quadro 11 - Pagamentos efetuados pela Administração Regional Direta**

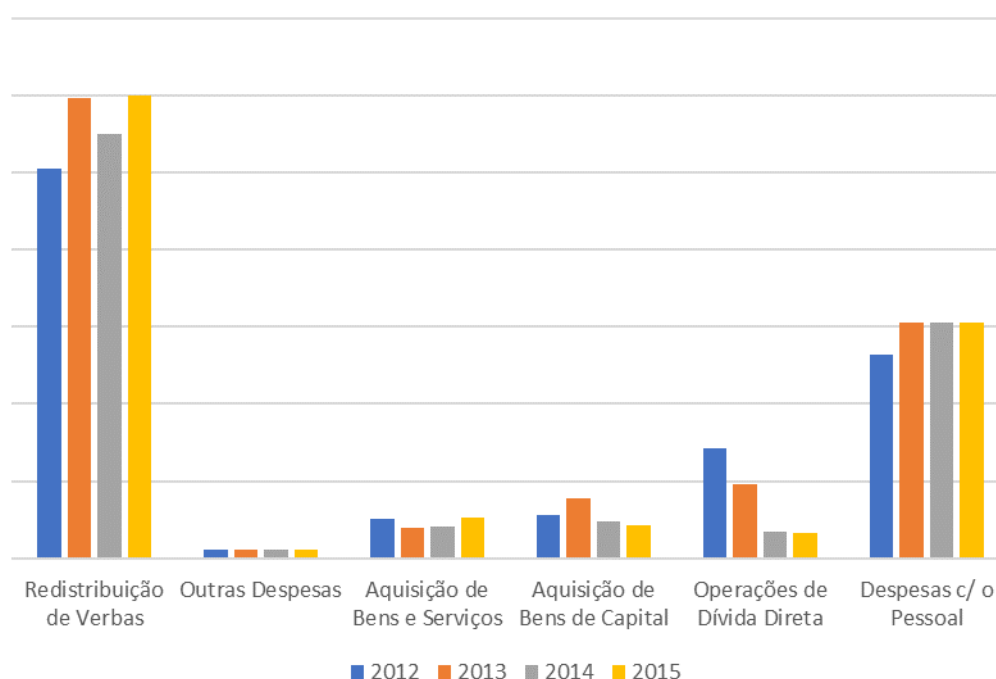
Euro

Agrupamentos Económicos	2012	2013	2014	2015
-------------------------	------	------	------	------

Redistribuição de Verbas	505 221 307	597 533 085	549 489 116	599 858 152
Outras Despesas	10 970 671	10 901 410	11 340 105	11 334 126
Aquisição de Bens e Serviços	50 413 578	39 997 523	41 192 680	53 289 705
Aquisição de Bens de Capital	56 016 319	78 142 420	47 844 852	43 113 796
Operações de Dívida Direta	142 604 804	95 114 913	34 794 470	33 229 714
Despesas c/ o Pessoal	263 558 928	306 153 198	305 680 573	306 197 793

É de assinalar o aumento significativo na rubrica Redistribuição de Verbas, na ordem dos 50,4 milhões de euros, face ao ano anterior, bem como na rubrica de Aquisição de Bens e Serviços, cujo acréscimo foi de 12 milhões de euros.

Gráfico 9 – *Pagamentos Efetuados pela Administração Pública Direta 2012-2015*



No que se refere à Despesa da Administração Regional Indireta esta atingiu os 904,3 milhões de euros em 2015, dos quais 230,7 milhões de euros dos Serviços e Fundos Autónomos e 673,6 milhões de euros relativos às Entidades Públicas Reclassificadas.

**Quadro 12 - Despesa Administração Regional Indireta**

Euro

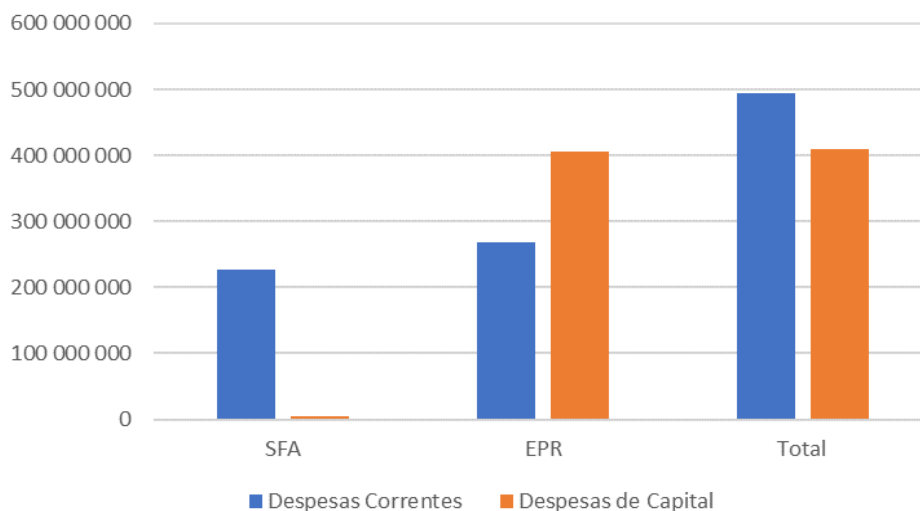
<b>Despesa</b>	<b>Serviços e Fundos Autónomos</b>	<b>Entidades Públicas Reclassificadas</b>	<b>Total</b>
Despesas Correntes	226 286 906	268 126 211	<b>494 413 117</b>
Despesas de Capital	4 408 894	405 446 169	<b>409 855 063</b>
<b>Total</b>	<b>230 695 800</b>	<b>673 572 380</b>	<b>904 268 180</b>

A Despesa Total da Administração Regional Indireta, é composta pelas Despesas Correntes, no valor de 494,4 milhões de euros (54,7%), e pelas Despesas de Capital, no valor de 409,9 milhões de euros (45,3%).

Nos Serviços e Fundos Autónomos, cerca de 98,1% do total das despesas foram referentes a despesas correntes e 1,9% a despesas de capital. Nas Entidades Públicas Reclassificadas, 60,2% das despesas foram referentes a despesas de capital, enquanto que 39,8% foram a despesas correntes.

Gráfico 10 – *Despesa da Administração Regional Indireta*





### C) OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS

As Operações Extraorçamentais movimentadas pela Administração Regional Direta e Indireta registaram os seguintes movimentos:

**Quadro 13 - Movimento das Operações Extraorçamentais**

Euro

Administração Regional	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a Transitar
Direta	1 824 844	226 846 220	227 114 434	1 556 631
Indireta:				
• Serviços e Fundos Autónomos	4 639 235	31 743 410	37 637 750	- 1 239 386
• Entidades públicas reclassificadas	n.d	306 181 373	290 085 825	n.d.

A execução das Operações Extraorçamentais da Administração Regional Direta desdobrou-se em 226,8 milhões de euros de retenções, e 227,1 milhões de euros de entregas, transitando para o ano de 2016 um saldo no valor de 1,6 milhões de euros.

**Quadro 14 - Operações extraorçamentais da Administração Pública Direta**

Euro

Designação	Entrada		Saída	
	Saldo Transitado	Retenção	Entrega	Saldo a transitar
Operações de Tesouraria	47 891	39 108 560	39 108 567	47 884
Outras Operações de Tesouraria	1 750 050	187 737 661	188 005 867	1 481 844
Contas de Ordem	26 903	0	0	26 903
<b>Operações Extraorçamentais</b>	<b>1 824 844</b>	<b>226 846 221</b>	<b>227 114 434</b>	<b>1 556 631</b>

**D) PLANO DE INVESTIMENTOS**

O valor global do Investimento Público previsto pela Administração Regional, em 2015, ascendia a 483,6 milhões de euros, tendo sido executado 362,8 milhões de euros, a que corresponde uma taxa de execução de 75%. Face a 2014, o investimento cresce mais de 45 milhões de euros, representando um crescimento de 14,2%.

O Plano, revisto, integrava 14 Programas, 84 Projetos e 457 Ações, da responsabilidade dos diferentes departamentos governamentais.

**Quadro 15 - Execução Financeira do Plano**

Nº	Objetivo / Programa	Orçamento		Executado		Tx Exec
		€	%	€	%	%
	<b>Aumentar a competitividade e a empregabilidade da economia Regional</b>	<b>149 972 846</b>	<b>31,0</b>	<b>107 243 714</b>	<b>29,6</b>	<b>71,5</b>
1	Competitividade, emprego e gestão pública	77 990 700	16,1	43 280 530	11,9	55,5
2	Agricultura, florestas e desenvolvimento rural	44 562 257	9,2	38 521 591	10,6	86,4
3	Pescas e aquicultura	16 684 852	3,4	15 666 195	4,3	93,9
4	Desenvolvimento do turismo	10 735 037	2,2	9 775 399	2,7	91,1
	<b>Promover a qualificação e a inclusão social</b>	<b>168 817 235</b>	<b>34,9</b>	<b>127 624 412</b>	<b>35,2</b>	<b>75,6</b>
5	Educação, ciência e cultura	72 467 817	15,0	46 108 456	12,7	63,6
6	Desenvolvimento do sistema de saúde	35 189 095	7,3	32 397 928	8,9	92,1
7	Solidariedade social	29 191 730	6,0	20 214 200	5,6	69,2
8	Habitação e renovação urbana	21 163 310	4,4	18 542 582	5,1	87,6
9	Desporto e juventude	10 805 283	2,2	10 361 246	2,9	95,9
	<b>Aumentar a coesão territorial e a sustentabilidade</b>	<b>163 159 271</b>	<b>33,7</b>	<b>126 395 274</b>	<b>34,8</b>	<b>77,5</b>
10	Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas	129 548 330	26,8	102 455 854	28,2	79,1
11	Prevenção de riscos e proteção civil	8 018 395	1,7	6 218 045	1,7	77,5
12	Ambiente e ordenamento	25 592 546	5,3	17 721 375	4,9	69,2
	<b>Afirmar a identidade Regional e promover a cooperação externa</b>	<b>1 672 370</b>	<b>0,3</b>	<b>1 528 966</b>	<b>0,4</b>	<b>91,4</b>
13	Informação e comunicação	904 000	0,2	807 686	0,2	89,3
14	Comunidade e cooperação externa	768 370	0,2	721 279	0,2	93,9
	<b>Total</b>	<b>483 621 722</b>	<b>100,0</b>	<b>362 792 366</b>	<b>100,0</b>	<b>75,0</b>

O programa 9 “Desporto e Juventude” teve a maior taxa de execução, com 95,9%. No sentido inverso, o programa 1, designado por “Competitividade, Emprego, e Gestão Pública” apresentou a menor taxa de execução de 55,5%.

O programa 10 “Transportes, energia e infraestruturas tecnológicas” registou o maior valor absoluto de execução, com 102,5 milhões de euros.

### **E) DÍVIDA PÚBLICA E OUTRAS RESPONSABILIDADES**

No final de 2015, o *stock* da dívida pública direta da Região, atingiu os 523,4 milhões de euros, aos quais acresce 1,2 milhões de euros do Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia. Relativamente às empresas públicas reclassificadas, o valor da dívida, atingiu os 901,8 milhões de euros.

A Dívida Financeira da Região, a 31 de dezembro de 2015, perfazia 1.426,4 milhões de euros, de acordo com o critério de classificação da dívida financeira das entidades públicas reclassificadas, previsto no SEC 2010, conforme a 1ª notificação de 2016 do Procedimento dos défices excessivos do INE, de 31 de março de 2016, conforme o quadro seguinte:

### **Quadro 16 - Dívida Financeira**

Euro

Entidades	Total		Variação	
	2014	2015	Absoluta	Relativa %
<b>Administração Regional direta e SFA (1)</b>	474 487 000	524 644 000	50 157 000	10,6
IROA	5 966 669	5 671 669	- 295 000	-4,9
Saudaçor	372 732 173	540 050 175	167 318 002	44,9
Hospital DES PDL	196 835 248	108 506 633	- 88 328 615	-44,9
Hospital SE Terceira	60 806 185	29 859 993	- 30 946 192	-50,9
Hospital Horta	50 119 616	22 124 637	- 27 994 979	-55,9
SPRHI	167 384 477	168 137 352	752 875	0,4
<b>Entidades Públicas Reclassificada: (2)</b>				
Ilhas de Valor	9 345 105	8 200 000	- 1 145 105	-12,3
SDEA	289 000	89 000	- 200 000	-69,2
Atlanticoline	2 010 000	3 806 254	1 796 254	89,4
ATA	9 120 000	8 516 880	- 603 120	-6,6
Teatro Micaelense	752 013	739 901	- 12 112	-1,6
GSU AÇORES	-	-	-	0,0
PJCSC	-	-	-	0,0
Azorina	5 849 059	6 084 189	235 130	4,0
<i>Sub-total (2)</i>	881 209 545	901 786 682	20 577 138	2,3
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>1 355 696 545</b>	<b>1 426 430 682</b>	<b>70 734 138</b>	<b>5,2</b>

No entanto, e de acordo com a metodologia utilizada pelo Tribunal, a dívida financeira do sector público administrativo regional, no final de 2015, ascendia a 1.495,8 milhões de euros. Esta divergência, entre a Conta da Região e o Relatório do Tribunal de Contas, resulta, no essencial, do critério utilizado pelo INE e SEC 2010.

A dívida financeira do setor da Saúde regista 700,5 milhões de euros, representando 49,1% do total, distribuída pela Saudaçor e os três hospitais da Região.

Face a 2014 a Dívida Financeira cresceu, em termos absolutos, cerca de 70,7 milhões de euros, ou seja, apresenta um crescimento de 5,2%

**Quadro 17 - Dívida não Financeira**

milhares Euro

Entidades	Total		Variação	
	2014	2015	Absoluta	Relativa %
Serviços Integrados	3 061	609	- 2 452	-80,1
Serviços e Fundo Autónomos (menos SRSaúde)	7 514	490	- 7 024	-93,5
SRSaúde	1 953	321	- 1 632	-83,6
<b>Sub-total (Administração Regional direta e SFA)</b>	<b>12 528</b>	<b>1 420</b>	<b>- 11 108</b>	<b>-88,7</b>
IROA	2 104	1 297	- 807	-38,4
Saudaçor	2 972	2 463	- 509	-17,1
Hospital DES PDL	64 128	73 415	9 287	14,5
Hospital SE Terceira	31 398	39 453	8 055	25,7
Hospital Horta	13 278	13 563	285	2,1
SPRHI	6 941	5 614	- 1 327	-19,1
Ilhas de Valor	16 087	18 454	2 367	14,7
SDEA	128	274	146	114,1
Atlanticoline	107	834	727	679,4
ATA	4 411	5 271	860	19,5
Teatro Micaelense	94	116	22	23,4
Pousada da Juventude Caldeira Santo Cristo	164	46	- 118	-72,0
Azorina	1 004	962	- 42	-4,2
<b>Sub-total (Entidades Públicas Reclassificadas)</b>	<b>142 816</b>	<b>161 762</b>	<b>18 946</b>	<b>13,3</b>
<b>Total</b>	<b>155 344</b>	<b>163 182</b>	<b>7 838</b>	<b>5,0</b>

A Dívida não Financeira, apresentada pelo Tribunal de Contas, no final de 2015, ascendia a 163,2 milhões de euros, registando um aumento de 7,8 milhões de euros, mais 5%, do que em 2014. Este aumento resultou, sobretudo, das Entidades Públicas Reclassificadas (+13,3%) e em particular dos Hospitais.

Segundo a Conta 2015 e de acordo com a segunda notificação de 2016 do INE, relativa ao Procedimento dos Défices Excessivos, onde inclui a informação do Défice e da Dívida relativa aos Açores, apresentada pelo SREA e validada pelas autoridades estatísticas nacionais, a Dívida Global da Administração Pública (Consolidada) da R.A.A. situava-se nos 1.460,2 milhões de euros e correspondia a 37,9% do PIB da Região Autónoma dos Açores de 2015 (estimado em 3.852,4 milhões de euros).

Segundo o Tribunal de Contas, a Dívida Global da Administração Regional Direta, Serviços e Fundos Autónomos e Entidades Públicas Reclassificadas, ascendia a 1.659 milhões de euros, mais 113,7 milhões de euros face ao ano de 2014. A dívida global correspondia a 44,5% do PIB da Região Autónoma dos Açores de 2014 (estimado em 3.730,8 milhões de euros).

A Administração Regional Direta e os Serviços e Fundos Autónomos contribuíram com 74,1 milhões de euros para o aumento da dívida global, enquanto nas Entidades Públicas Reclassificadas o aumento foi de 39,6 milhões de euros, em 2015.

**Quadro 18 - Avais**

milhares Euro

Mutuário	31/12/2015
<b>Entidades públicas reclassificadas:</b>	
IROA	4 614
Saudaçor	425 168
Ilhas de Valor	8 200
Hospital da Horta	4 821
Hospital de Santo Espírito – Terceira	7 492

Hospital Divino Espírito Santo – PDL	10 597
SPRHI	143 124
Azorina	2 362
<b>Subtotal (1)</b>	<b>606 378</b>
<b>Outras entidades do setor público regional:</b>	
EDA	64 000
Lotaçor	18 649
Portos dos Açores	16 061
Sinaga	14 846
<b>Subtotal (2)</b>	<b>113 556</b>
<b>Total (3) = (1) + (2)</b>	<b>719 934</b>

No final de 2015, a responsabilidades da Região com avales, atingiu os 719,9 milhões de euros, mais 18% do que me 2014. As entidades públicas reclassificadas representavam cerca de 84% do total, com destaque para a Sudaçor e para a SPRHI.

Foram concedidos durante o ano de 2015, trezes avales no montante global de 144.9 milhões de euros, 99,9% do plafond estipulado de 145 milhões de euros (DLR 1/2015/A, de 7 de janeiro).

Em 2015, a Região emitiu 181,8 milhões de euros em cartas de conforto.

**Quadro 19 – Cartas Conforto**

**Variação das responsabilidades com Cartas Conforto**

**2014/2015**

Responsabilidades a 31/12/2014	430.490.345,92
--------------------------------	----------------

Cartas Conforto concedidas em 2015	181.822.308,16
Responsabilidades a 31/12/2015	378.995.434,96
<b>Variação 2014/2015</b>	<b>-51.494.910,96</b>

A variação negativa nas responsabilidades da Região pela emissão de cartas conforto verificada entre os anos de 2014 e 2015 foi de –51,5 milhões de euros, devido, essencialmente, à sua substituição por avales.

A Região Autónoma dos Açores tem duas parcerias público privadas (PPP) contratualizadas:

1. SCUT – Ilha de São Miguel – com a empresa EUROSCUT AÇORES, S.A.
2. HOSPITAL DA ILHA TERCEIRA (HIT) – com a empresa HAÇOR, S.A.

Os pagamentos das referidas PPP iniciaram-se em 2012 e terminam, no caso da SCUT, 2037, e no caso do HIT, em 2039.

Os Encargos da Região com as referidas PPP no ano de 2015 foram de 31,1 milhões de euros (valores sem IVA), dos quais 21,7 milhões de euros referentes à SCUT e 9,4 milhões de euros referentes ao HIT.

Os valores atualizados que decorrem das PPP da Região, com referência a 31 de dezembro de 2015, totalizavam 500,7 milhões de euros (valores sem IVA), dos quais 357,3 milhões de euros referentes à SCUT, e 143,4 milhões de euros referentes ao HIT.



## F) PATRIMÓNIO

No final do ano de 2015, o património físico inventariável apresentava um valor atualizado de cerca de 743,6 milhões de euros, resultante de um incremento anual de 2,9 milhões de euros.

A afetação daquele património, constituído pelos bens móveis, imóveis e semoventes, estava distribuída pelos diferentes serviços da Administração Regional:

- Administração Regional Direta – 317,8 milhões de euros (43%);
- Serviços Autónomos – 331,9 milhões de euros (45%);
- Administração Indireta – 42,4 milhões de euros (6%);
- Sector Público Empresarial – 2,8 milhões de euros (0%);
- Administração Central – 10,3 milhões de euros (1%);
- Outras Entidades – 38,3 milhões de euros (5%).

<b>Quadro 20 - Bens Patrimoniais</b>						
<b>Bens</b>	<b>Valores Apresentados na Conta – em milhares de Euro</b>					
	<b>Em 01/01/2015</b>	<b>Abates</b>	<b>Aquisições</b>	<b>Ajustamento</b>	<b>Em 31/12/2015</b>	<b>Variação</b>
Móveis	54 803	121	217		54 899	96
Imóveis	682 093	10 840	14 180		685 433	3 340
Semoventes	3 824	19	340	-897	3 248	-576
<b>Totais</b>	<b>740 720</b>	<b>10 980</b>	<b>14 737</b>	<b>-897</b>	<b>743 580</b>	<b>2 860</b>

Os bens imóveis registaram uma variação positiva face ao ano anterior, no valor de 3,3 milhões de euros, tendo sido compensada por uma variação negativa, de 0,6 milhões de euros, nos semoventes.

Os ativos financeiros totalizavam, no final de 2015, cerca de 305,8 milhões euros, dos quais 286,1 milhões euros de participações financeiras e 19,8 milhões euros de empréstimos concedidos.

### **Quadro 21 - Ativos – Composição da Carteira**

Designação	Administração Regional Direta	Administração Regional Indireta		Sociedades não financeiras Públicas	Instituições s/ fins lucrativos Públicos	Euro
		SFA	EPR			Total
		. Entidades públicas reclassificadas	178 194 517			
. Sociedades não financeiras públicas	100 096 950		2 553 005	15 689		
. Instituições sem fins lucrativos públicas	589 755		8 229	39 114	49 935	
<b>Sub-total (Participações financeiras) (1)</b>	<b>278 881 222</b>	<b>4 450 000</b>	<b>2 586 234</b>	<b>99 803</b>	<b>49 935</b>	<b>286 067 194</b>
Empréstimos concedidos (2)	9 333 578	385 826	10 036 154	-	-	19 755 558
<b>Total (1) + (2)</b>	<b>288 214 800</b>	<b>4 835 826</b>	<b>12 622 388</b>	<b>99 803</b>	<b>49 935</b>	<b>305 822 752</b>

### **Quadro 22 - Entidades controladas pela RAA**

		percentagem
RAA - Região Autónoma dos Açores	<b>Saúde</b>	Saudaçor - 100% HDES - 100% HSE - 100% HH - 100%
	<b>Habitação e O.P.</b>	SPRHI - 100%
	<b>Transportes Aéreos</b>	Sata SGPS - 100% Sata Air Açores - 100%
		Sata Internacional - 100% Sata Gestão Aeródromos - 100% Sata Express INC. CAN - 100% Azores Express INC. USA - 100% Verdegolf - 0,75% Ilha de Valor - 0,28% ATA - 14,71% AAFTH - 25%
		Oniaçores - 0,001%
		Segma - 90% Eda Renováveis - 0,32%
		Oniaçores - 0,001% Segma - 10% Fund Eng José Correia - 25,91%
		Globaleda - 74,9% Oniaçores - 40% Zon Açores - 6,18% ENTA - 2% INOVA - 0,77% Fund Eng José Correia - 33,68%
	<b>Energia</b>	Eda - 50,10%
		Norma Açores - 62,63% GSU - 100% Controlauto - 60%
	<b>Portos e transportes marítimos</b>	Portos dos Açores - 100%
		Naval Canal, Lda - 100% Operpdl, Lda - 20% Operterceira, Lda - 20% Opertri, Lda - 20% Atlânticoline, SA - 83,97% Ass. Portas Mar - 28,7% AGESPI - 25%
		Atlânticoline, SA - 16,03% Ilhas de Valor, SA - 0,28%
	<b>Agricultura, pescas e ambiente</b>	Azorina - 100% Lotaçor - 100%
		Santa Catarina - 100% Companha - 94% Espadapescas - 100%
		IROA - 100%
	<b>Serviços diversos</b>	Ilhas de Valor - 99,44% Sinaga - 100% Melo Abreu, Lda - 15% PJCS - 60,87%
	<b>Turismo</b>	SDEA - 100% PJA, SA - 51%
	<b>Cultura</b>	Teatro Micaelense - 99,81%
	<b>Instituições s/fins lucrativos</b>	AAFTH - 50% Ass. Portas do Mar - 7,14% Ass. Portas do Mar - 28,57% ATA - 18,39% OTA - 22,22% Ass. Portas do Mar - 7,14% ENTA - 22% INOVA - 65,59% ENTA - 70% OTA - 55,56% Nonagon - 70%

A Região Autónoma dos Açores detém participações financeiras, diretas e indiretas, em diversas sociedades comerciais, em entidades públicas empresariais e em diversas instituições sem fins lucrativos públicas.

Em 2015, há a destacar a fusão, por incorporação do capital da Transmaçor Lda., na Atlânticoline, S.A., e o aumento do capital social da SPRHI, S.A., em espécie, no valor de 4,9 milhões de euros.

Segundo o Tribunal de Contas, no final de 2015, a carteira de participações financeiras estava avaliada em 286,1 milhões de euros, fruto de um aumento de 4 milhões de euros.

**Quadro 23 - Participações financeiras da RAA**

Euro

Sector de Atividade	Participações financeiras na RAA				Entidades Públicas Reclassificadas			
	2014		2015		2014		2015	
	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor	Nº	Valor
Agricultura, pescas e ambiente	8	8 950 589	8	8 768 689	1	50 000	3	165 689
Energia	4	35 070 000	4	35 070 000	0	-	0	-
Habituação e Obras Públicas	1	8 237 400	1	13 139 600	0	-	1	13 139 600
Portos e Transportes Marítimos	4	40 998 700	3	40 238 700	1	7 145 400	1	7 145 400
Saúde	4	148 109 037	4	148 109 037	1	50 000	4	148 109 037
Transportes Aéreos	6	18 000 000	6	18 000 000	0	-	0	-
Cultura	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880	1	12 220 880
Turismo	2	738 255	2	738 255	0	-	1	700 005
Serviços Diversos	4	9 050 000	4	9 050 000	2	9 050 000	2	9 050 000
Instituições s/fins lucrativos	8	732 078	8	732 033	1	45 000	1	45 000
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>282 106 939</b>	<b>41</b>	<b>286 067 194</b>	<b>7</b>	<b>28 561 280</b>	<b>14</b>	<b>190 575 611</b>

O setor da Saúde tem o maior volume de participações, com 148,1 milhões de euros, seguido do setor Portos e Transportes Marítimos, com 40,2 milhões de

euros, Energia, com 35,1 milhões de euros, Transportes Aéreos, com 18 milhões de euros e Cultura com 12,2 milhões de euros.

A Região, no final de 2015, participa, direta ou indiretamente, em trinta e nove empresas, tendo participação minoritária em dez empresas, a totalidade do capital em vinte e duas e a maioria do capital em sete empresas.

Relativamente a entidades não societárias, a Região participa direta e indiretamente em nove entidades, das quais sete diretamente e duas de forma indireta.

### **G) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA**

A Administração Regional Direta transferiu 457,2 milhões de euros para entidades do sector público regional.

No valor total transferido para as Entidades Públicas Reclassificadas, cerca 351,4 milhões de euros, destacam-se os 322,4 milhões de euros destinados à Sudaçor, sendo 31,4 milhões de euros referentes a investimento e 291 milhões de euros para o financiamento do sector da Saúde.

Para os Serviços e Fundos Autónomos destacam-se 63,9 milhões de euros destinados, sobretudo, à ação social escolar (11,9 milhões de euros), à coesão regional nos transportes ( 9,2 milhões de euros) e ao combate das desigualdades socioeconómicas (8,6 milhões de euros).

Destacam-se ainda as transferências para o IAMA, 16,1 milhões de euros e para os Fundos Escolares, 13,9 milhões de euros.

A Administração Regional Direta transferiu ainda, dos seus recursos próprios para as autarquias locais da região, 6,2 milhões de euros.

#### **H) FLUXOS FINANCEIROS RECEBIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DIRETA**

Foram recebidos pela Administração Regional Direta 257,5 milhões de euros, 97,5% dos quais da Administração Central e 2,5% das Sociedades não Financeiras Públicas.

#### **I) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS**

Os Serviços e Fundos Autónomos transferiram 879 mil euros para o setor público regional, destacando-se o Fundo Regional de Apoio à Coesão e Desenvolvimento Económico que transferiu 398,4 mil euros para a SINAGA, S.A. e 202,9 mil euros para a Portos dos Açores, S.A..

Foram ainda transferidos cerca de 240 mil euros para setores públicos externos à RAA.

#### **J) FLUXOS FINANCEIROS TRANSFERIDOS PELAS ENTIDADES PÚBLICAS RECLASSIFICADAS**

As entidades públicas reclassificadas transferiram 434,9 milhões de euros, dos quais 340,6 milhões de euros destinados aos três hospitais públicos e 94,3

milhões de euros para as unidades de saúde de ilha e para o Centro de Oncologia dos Açores.

### **K) FLUXOS FINANCEIROS COM A UNIÃO EUROPEIA**

Os fundos comunitários transferidos para a Região, em 2015, ascenderam a 298 milhões de euros, refletindo assim um acréscimo de 46,4 milhões de euros (+18,4%) face a 2014.

### **2º. RECOMENDAÇÕES**

O Tribunal de Contas, aquando da publicação do Relatório e parecer sobre a Conta da Região Autónoma dos Açores de 2015, realça uma melhoria no grau de acatamento das recomendações emitidas, evidenciando assim o compromisso do Governo Regional em acatar as apreciações realizadas.

Ainda assim, foram emitidas, pelo Tribunal de Contas, as seguintes recomendações:

- 1.<sup>a</sup> Incluir, na primeira revisão orçamental, os saldos dos anos findos;
- 2.<sup>a</sup> Identificar e quantificar, por estrutura programática, o investimento público previsto e executado pelas entidades incluídas na componente *Outros Fundos*;
- 3.<sup>a</sup> Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa à componente comunitária envolvida na execução das ações, identificando os fundos estruturais e os programas envolvidos;
- 4.<sup>a</sup> Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa às operações que são executadas com verbas provenientes

do produto de empréstimos contraídos no ano, enquadrando-as na estrutura programática do Plano Regional, ao nível do programa, projeto e ação;

5.<sup>a</sup> Incluir, nos instrumentos de planeamento ou no processo orçamental, informação relativa aos cronogramas físicos e financeiros das ações e o grau de execução material e financeiro das mesmas;

6.<sup>a</sup> Incluir, na proposta de Orçamento, informação relativa à situação financeira dos serviços e fundos autónomos, aos subsídios regionais e critérios de atribuição, às transferências orçamentais para as autarquias locais e para as empresas públicas e à justificação económica e social dos benefícios fiscais e dos subsídios concedidos;

7.<sup>a</sup> Conferir coerência aos mapas orçamentais, entre si, quanto aos valores previstos de recursos financeiros dirigidos à cobertura do investimento público e evidenciar uma adequada previsão plurianual dos programas de investimento público;

8.<sup>a</sup> Prosseguir na eliminação das insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta, nomeadamente com a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e anexo às demonstrações financeiras);

9.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, os orçamentos revistos das entidades públicas reclassificadas que integram o perímetro orçamental, por classificação económica, de acordo com o classificador das receitas e das despesas públicas em vigor;

10.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, os saldos orçamentais, desagregados por operações orçamentais e extraorçamentais, das entidades públicas reclassificadas;



11.<sup>a</sup> Melhorar a informação apresentada na Conta sobre os saldos orçamentais e sua desagregação por operações orçamentais e extraorçamentais, dos serviços e fundos autónomos;

12.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, as informações necessárias à conferência e apreciação das operações extraorçamentais realizadas pela Administração Regional direta;

13.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, os movimentos de operações extraorçamentais, discriminados por código de contas, da Administração Regional indireta;

14.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional;

15.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, informação sobre as subvenções públicas atribuídas e não pagas;

16.<sup>a</sup> Observar o regime legal de concessão de garantias, designadamente a competência e o limite máximo para a sua emissão;

17.<sup>a</sup> Elaborar as reconciliações bancárias a 31 de dezembro, das contas centrais geridas pela Direção Regional do Orçamento e Tesouro;

18.<sup>a</sup> Promover a conclusão dos processos de inventariação e avaliação da situação patrimonial da Região Autónoma dos Açores;

19.<sup>a</sup> Adotar procedimentos contabilísticos adequados, que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a União Europeia, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias;

20.<sup>a</sup> Apresentar a análise consolidada dos resultados da atribuição de subvenções públicas, permitindo uma avaliação da eficácia e eficiência;

**Recomendações formuladas no Relatório e Parecer sobre as Contas de 2013 e de 2014 e cujo acatamento só será possível verificar nas Contas de 2016 e 2017:**

2.<sup>a</sup> Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Incutir maior rigor na previsão orçamental de receitas provenientes da venda de bens de investimento;

15.<sup>a</sup> Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza;

19.<sup>a</sup> Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2013) - Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores;

1.<sup>a</sup> Recomendação (Relatório e Parecer sobre a Conta de 2014) - Incluir no Orçamento a dotação orçamental das entidades que integram o seu perímetro, por classificação económica.

### **3º.PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES**

Face à necessidade de se corrigir alguns procedimentos considerados como menos corretos, pelo Tribunal de Contas, foram, por este, emitidas as principais recomendações:

1.<sup>a</sup> Prosseguir na eliminação das insuficiências e divergências que possam afetar a fiabilidade da Conta, nomeadamente com a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas (balanço, demonstração de resultados, mapas de execução orçamental e anexo às demonstrações financeiras).

2.<sup>a</sup> Organizar as entidades com funções de tesouraria da Administração Regional direta por forma a cumprir a obrigação de prestação de contas relativamente à totalidade da receita arrecadada pela Região Autónoma dos Açores.

3.<sup>a</sup> Classificar as transferências do Estado, efetuadas ao abrigo do princípio da solidariedade, de acordo com a respetiva natureza.

4.<sup>a</sup> Incluir, na Conta, os elementos necessários à demonstração da observância dos limites de endividamento do sector público administrativo regional.

5.<sup>a</sup> Observar o regime legal de concessão de garantias em vigor na Região Autónoma dos Açores, designadamente quanto ao limite máximo anual e à competência do Conselho do Governo.

6.<sup>a</sup> Adotar procedimentos contabilísticos adequados, que assegurem o registo oportuno dos movimentos associados aos fluxos financeiros com a União Europeia, mediante a evidenciação contabilística, em operações orçamentais e extraorçamentais, dos movimentos das correspondentes contas bancárias.

---

#### **4.º CAPÍTULO - CONCLUSÃO E PARECER**

---

A Comissão Permanente de Economia após a análise da Conta da Região Autónoma dos Açores do ano de 2015, dos pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do parecer da Secção Regional do Tribunal de Contas, entendeu por maioria, com os votos a favor do PS e com a abstenção e reserva para plenário do PSD, do CDS/PP e do BE, que a Conta da Região de 2015, está em condições de ser

apreciada e votada pela Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Ao presente relatório são anexos os relatórios e pareceres das restantes Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores relativos à Conta de 2015.

Posteriormente será anexo o Relatório sobre o Sector Empresarial Regional.

Ponta Delgada, 8 de fevereiro de 2017.

*O Relator, André Rodrigues*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

*O Presidente, Miguel Costa*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Analisar a Conta da Região de 2015 é um exercício assustador essencialmente sob um ponto de vista: a sustentabilidade financeira de uma Região, mais os números que estão aqui analisados, os que são (porque muitos são omitidos como repetidamente contesta o próprio Tribunal de Contas), colocam em causa o futuro das próximas gerações de açorianos, aqueles que nós queremos que voltem aos Açores, que aqui se fixem, constituam família, invistam e sejam geradores de riqueza.

Vejamos: a dívida global do setor público regional aumentou 131 milhões de euros de 2014 para 2015, fixando-se em mais de 2 mil milhões de euros. Estamos a falar em 54% do PIB regional, significa isto que mais de metade da riqueza gerada pelos açorianos no esforço do seu dia a dia da agricultura e pescas, passando pela indústria e acabando no comércio e serviços, é consumido para pagar dívidas contraídas pelas governações regionais.

O setor da saúde continua a ser, como disse um dia o velho presidente, o calcanhar de Aquiles da governação socialista. A saúde dos Açorianos consome a maior parte da dívida pública regional, mais de 862 milhões de euros. O sufoco na área da saúde é tal que, em 2015, os Hospitais da Região passaram para a gestão da SAUDAÇOR parte significativa da sua dívida financeira (146,5 milhões). Registe-se que estamos a falar de dívidas aos bancos no valor total (SAUDAÇOR mais hospitais EPE's) de 733 milhões de euros, mais 18,5 milhões do que em 2014. Todos os anos sobe.

Aliás, só por conta desta estratégia contabilística é que os resultados líquidos dos hospitais melhoraram ligeiramente. No entanto, e apesar disto, continuam os três em falência técnica.

Neste ranking dos mais endividados segue o Grupo SATA, com 211 milhões de euros e a SPRIH que só serve mesmo para contrair dívidas com 174 milhões.

**Deputado Francisco César (PS):** Mas tem história, a SPRIH!

**A Oradora:** O Governo Regional concedeu entretanto a empresas públicas 13 avales, elevando as responsabilidades assumidas para 720 milhões de euros, mais 108 milhões do que em 2014. Paralelamente, o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, assinou 27 cartas conforto que, no final de 2015, totalizavam um encargo indireto superior a 379 milhões de euros.

Já chegamos ao ponto de algumas das cartas conforto passadas às entidades que abundam em torno da coisa pública terem natureza de garantias pessoais, nomeadamente cartas conforto passadas pelo Sr. Vice-presidente à Sinaga, Santa Catarina, SATA Air Açores e Lotaçor, em mais um arranjo financeiro para contornar os limites legais para a concessão de garantias, aliás, matéria atribuída apenas à competência do Conselho do Governo.

Os encargos plurianuais contraídos pela governação socialista ao abrigo das famosas Parcerias Público-Privadas totalizaram mais de 606 milhões de euros,

com a certeza de que estas dívidas (das SCUT's e do Hospital da Terceira) terão impacto direto nos orçamentos da Região até 2040, ou seja, até daqui a 23 anos.

**Deputado Francisco César (PS):** Os senhores votaram a favor!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**A Oradora:** Mas nas preocupações não se ficam só pelos números mais grandiosos.

Em 2015, o Governo do PS teve de recorrer à banca em 200 milhões de euros, para pagar despesas, através de 12 empréstimos (uma média de um empréstimo por mês), cujos encargos financeiros ao nível das comissões e dos juros são de todos desconhecidos.

O ano de 2015 marcou também com uma viragem ao nível das receitas da Região. Com o novo quadro comunitário de apoio constataram-se grande dificuldades em aceder a estas fontes de financiamento da economia regional, tendo o plano e orçamento daquele sido inflacionado em 333 milhões de euros de fundos europeus que nunca chegaram. Significa isto que apenas 44% dos fundos europeus previstos foram efetivamente utilizados.

Por falar em investimento público 2015 fica marcado por ter sido um ano de baixa execução orçamental ao nível das despesas de capital, pois a taxa de execução do plano anual regional foi de apenas 75%.

Fique registado neste capítulo que existe um verdadeiro contrassenso entre os discursos empolgados dos debates do plano e orçamento, as políticas concretizadas, uma vez que as áreas anunciadas como prioritárias ao nível do investimento, competitividade de emprego, educação e ciência e solidariedade social foram as que em 2015 tiveram os índices de execução financeira mais baixos por parte do Governo.

Note-se ainda que os fundos e serviços autónomos, particularmente dedicados a apoiar a concessão e o desenvolvimento económico, os fundos escolares e as entidades do Serviço Regional de Saúde, áreas fulcrais para a dinamização de

uma sociedade justa e coesa, tinham dívidas a fornecedores de quase 1 milhão de euros (881 mil euros).

Uma nota também para os contratos entre a Região e a Diocese, não são contratos públicos, por isso pouco transparentes, o que é certo é que a Região assumiu perante a igreja o pagamento do serviço da dívida dos empréstimos por ela contraídos para a recuperação do património danificado pelo sismo de 1998.

**Deputado André Bradford (PS):** A senhora é a favor ou contra?

**A Oradora:** Na negociação com a banca o Governo socialista renegociou dois empréstimos no valor de 147,5 milhões de euros, um terminaria em 2017, o outro em 2018, e sem que se conheçam pormenores desta renegociação o que é certo é que voltámos a atirar a dívida para ser só paga em 2025.

Com a grande parte das empresas públicas em falência técnica as poucas que sobram ainda com capitais próprios timidamente positivos são mandadas endividar-se, o que em 2015, aconteceu num montante com mais de 27 milhões de euros. Com isso, no final de 2015 a dívida total do universo das entidades controladas pela Região aumentou 57 milhões face a 2014, atingindo os 1.453 milhões de euros.

Muito obrigada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem, Sra. Deputada!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

**Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No final de dezembro de 2016, o Parecer da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas sobre a Conta da Região referente a 2015, foi formalmente apresentado a esta Assembleia e disponibilizado publicamente.

Tendo o primeiro parecer sobre a Conta da Região por aquele Tribunal sido referente à conta de 1986, ano no qual foi constituída a Secção Regional dos

Açores, é justo reconhecer-se o enorme contributo daquela Instituição - ao longo de 30 anos, para a maior transparência e controlo do funcionamento da Administração Regional e aprofundamento da Democracia Financeira.

Registamos aqui o mérito daquela Instituição Jurisdicional e dos seus Serviços de Apoio.

É bom recordar que o principal destinatário do Tribunal de Contas é o Parlamento.

A Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC) Lei n.º 98/97, de 26 de agosto e sucessivas alterações, contemplam um conjunto de mecanismos e instrumentos, que permitem ao Parlamento Regional, recorrendo àquele Tribunal, melhorar a ação fiscalizadora da atividade governativa.

Sendo certo que a melhoria contínua da transparência da atividade governativa não se esgota nos mecanismos que o Tribunal de Contas disponibiliza, entendemos que deverão ser utilizados com maior intensidade, e que, na atual Legislatura, será essencial que todos os partidos reflitam profundamente sobre esta matéria, da qual ganhará certamente a qualidade da Democracia e da Autonomia Regional, reforçando-se, assim, a função e o desempenho deste Parlamento.

Mas, decorreram 6 meses desde a entrega do Parecer do Tribunal de Contas e, só agora, em plenário deste Parlamento, ocorre a respetiva discussão e votação. O tempo esbate naturalmente a sua importância e atualidade. Será relevante, no futuro, criar mecanismos e procedimentos, neste Parlamento, para que essa discussão seja mais precoce.

**Deputado Francisco César (PS):** O Sr. Deputado António Marinho poderá explicar-lhe melhor!

**O Orador:** A Conta de 2016 já está publicada, já foi disponibilizada e só agora é que estamos a discutir o parecer e a Conta de 2015.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



Analisaremos de seguida quatro aspetos essenciais sobre a Conta de 2015 e do Parecer.

O primeiro aspeto tem a ver com as recomendações.

No Parecer da Conta de 2014, o Tribunal de Contas introduziu 17 recomendações, 10 das quais reiteradas.

Na Conta de 2015 não foram acolhidas 11 daquelas recomendações.

Sem entrar em demasiados detalhes, existe uma linha comum na generalidade das recomendações não acolhidas: a falta de informação na Conta da Região.

É fundamental que o Governo Regional cumpra com as referidas recomendações, é fundamental para que seja possível a adequada fiscalização da atividade financeira e governativa por este Parlamento.

Quanto à situação das finanças públicas regionais mencionamos, com muita preocupação, o valor da dívida global do sector público regional, abrangendo as entidades do sector público administrativo regional e restantes entidades do sector público, não incluídas no perímetro orçamental, com exceção da EDA, que no final de 2015 atingia 2.014,2 milhões de euros.

Mas, para além das responsabilidades em termos absolutos, é igualmente preocupante o seu ritmo de crescimento ao longo dos últimos anos, sem qualquer correspondência com a variação do PIB na Região.

Entre 2012 e 2015 aquele indicador aumentou 423 milhões euros, ou seja, representou um crescimento de 26,5 % em apenas em três anos.

Este critério de avaliação das responsabilidades da Região, cujo serviço da dívida, na sua maioria, será financiado pelos futuros orçamentos regionais, reflete com muito mais realismo a situação financeira, alternativamente ao critério da dívida bruta, tecnicamente aceite, mas que é obviamente redutor.

Se adicionarmos as parcerias público-privadas e os contratos ARAAL, cujo valor é superior aos 600 milhões de euros, as responsabilidades totais da Região em 2015 ultrapassam os 2500 milhões de euros, ou seja, quase 70 % do PIB.

Só na área da Saúde, a dívida financeira e não financeira atinge 862 milhões de euros, com um aumento relativamente ao ano anterior de 35 milhões de euros, ao qual acrescem os valores das Parcerias Público-Privadas, 167 milhões de euros, ou seja, um valor global superior em mil milhões de euros.

Em matéria de dívida pública, face à sua gravidade, menciona o Tribunal de Contas que, e cito, *“A Elevada dependência pelo financiamento público constitui um fator de risco para as Finanças Públicas Regionais, na eventualidade de dificuldades de acesso aos mercados.”*

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A situação do Sector Público Empresarial Regional é preocupante.

O passivo total do SPER, excluindo a EDA, totaliza 1.740 milhões de euros, ...

**Deputado Francisco César (PS):** A EDA não é uma empresa pública!

**O Orador:** ... para um ativo total de 1.678 milhões de euros, ou seja, uma situação de capitais próprios negativos de 62 milhões de euros.

Mas dos ativos do SPER, cerca de 430 milhões de euros são verbas a receber do Governo Regional, designadamente a SAUDAÇOR com 390 milhões de euros e o Grupo SATA com 46 milhões de euros.

Esta circunstância revela claramente a fragilidade do Setor Público Empresarial. No seu conjunto, os três hospitais, a SATA e o Grupo Lotaçor têm capitais próprios negativos de 350 milhões de euros.

Estamos perante um Setor Público Empresarial com peso excessivo na nossa economia, com algumas empresas desempenhando funções que se sobrepõem a departamentos da administração regional e servindo apenas como instrumento de financiamento.

Estamos perante um setor empresarial, como algumas empresas, sem sentido económico e em falência técnica.

Quanto à execução do plano, mencionamos a baixa execução dos Planos de Investimento. Entre 2013 e 2015, apenas foi executado 55 % do que havia sido

programado para o quadriénio 2013-2016, sendo que em 2015, a execução foi de apenas 75 %.

Por outro lado, o Tribunal de Contas alerta para o facto de que, e cito, “*os instrumentos de planeamento do investimento público não definem metas, estimativas dos resultados esperados e indicadores de mensuração, nem apresentam uma avaliação sobre a eficácia da aplicação dos dinheiros públicos na consecução dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos*”.

Concluindo, bem sabemos que, sobre a situação das finanças regionais discordamos, o Governo e o Partido Socialista, na sua narrativa, seguem o critério muito mais favorável da dívida bruta, e, simultaneamente, comparam este indicador com a situação nacional.

**Deputado Francisco César (PS):** E não só! E com a Região Autónoma da Madeira também!

**Deputado André Bradford (PS):** E da Europa!

**O Orador:** Dirão, sem surpresa, neste debate, que a oposição puxa os Açores para baixo, perante o oásis do seu imaginário.

Esta postura, fiquem cientes, apenas servirá para aligeirar responsabilidades políticas na condução dos destinos da nossa Região. Certo é que a fatura, uma fatura pesada, diga-se de passagem, está aí e penalizará, não só a atual geração, mas sobretudo, as gerações futuras.

Disse.

**Deputados Duarte Freitas e Marco Costa (PSD):** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Conta de 2015 que agora analisamos e que mereceu a apreciação favorável do Tribunal de Contas tem na sua conclusão, em termos de resultado, um resultado final em termos de saldo de execução orçamental que é bom lembrar de acordo com os critérios não do Governo Regional, mas de acordo com os critérios utilizados pela União Europeia, pelo país, pelo Banco de Portugal, pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo PSD quando estava no Governo da República, pelo PSD na Madeira e por todas as entidades estatísticas nacionais e internacionais, ou seja, é o critério único de aferir as contas de acordo não pelo Governo dos Açores, mas pelo Sistema Contabilístico Europeu, SEC 2010, que é o critério definido para a análise das contas em toda a Europa, teve, repito, um saldo orçamental que foi melhor que o melhor resultado que o país teve em 42 anos de democracia. Ou seja, a Conta que aqui apresentamos tem um resultado muito melhor que o melhor resultado que o país teve em 42 anos de democracia.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** Não é a afirmação do Governo dos Açores. É a afirmação do Instituto Nacional de Estatística, da Comissão Europeia, do Eurostat e de todas as entidades estatísticas nacionais e internacionais.

Segundo aspeto relevante: o ano de 2015 concluiu o fim do processo de intervenção externa em Portugal e também no ano de 2015 concluímos que os Açores foram a única região do país sem qualquer processo ao programa de ajustamento orçamental ...

**Deputado André Bradford (PS) e Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!

**Deputado Bruno Belo (PSD):** E o empréstimo? Isso não conta!

**O Orador:** ... e que os Açores foram a única parte do território nacional onde não foram impostas medidas restritivas de austeridade específica, ou seja, ultrapassámos esta fase difícil do país sendo os Açores a única parte do território nacional onde esses aspetos de contenção orçamental específicos não foram executados.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** O ano de 2015 também é o ano que marca o início da retoma económica e do crescimento do emprego e em termos do resultado de execução orçamental é bom lembrar que quando abordamos aqui a discussão do orçamento e do plano é sempre dito que por vezes as previsões não são feitas com rigor. Eu acho que a execução de 2015 é uma demonstração de rigor e de precisão das propostas de orçamento.

Dou-lhe só um exemplo: o conjunto das receitas fiscais que é a grande componente da receita tinham orçamentadas 627 milhões, 938 mil euros. Repito: 627 milhões, 938 mil euros!

Sabem qual foi a execução total?

627 milhões 962 mil euros, exatamente 100%.

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito bem!

**O Orador:** Desafio um orçamento que conheçam que tenha um grau de execução tão próximo daquilo que está orçamentado.

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

Terceiro aspeto: a receita própria da Região representava em 2012 77% da despesa de funcionamento da Região; em 2015, o ano que está em análise, a receita própria da Região representa já 98% da despesa de funcionamento da Região, o que quer dizer que a Região assegurou em termos da autonomia financeira as receitas correspondentes às suas despesas de funcionamento e houve efetivamente uma poupança. Nós temos despesas de funcionamento que foram menos 11,4 milhões de euros do que aquilo que estava orçamentado e o investimento público direto cresceu 14%, ou seja, em 2015 o investimento público direto aumentou em termos de execução 45 milhões de euros face ao ano anterior.

Por outro lado, também a receita efetiva teve um crescimento de 4%, essencialmente alavancada 66% desse crescimento derivado do aumento significativo das transferências da União Europeia tendo em conta que 2015 marcou o início da operacionalização do novo quadro comunitário de apoio.

O total de despesas de funcionamento reduziu em 2 milhões de euros face ao ano anterior, isto é, se deduzirmos o efeito de um aumento de 15 milhões de euros nas transferências para o Serviço Regional de Saúde o total, as restantes despesas de funcionamento tiveram uma redução de 2 milhões de euros, salientando-se a redução de 10% dos encargos com juros da dívida pública e a conjugação de todos estes resultados fez com que no final do ano tivéssemos um saldo orçamental, um défice, de apenas 0,7% do nosso Produto Interno Bruto integrando o contributo das empresas públicas ...

**Deputada Sónia Nicolau e Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... e integrando o contributo dos fundos e serviços autónomos, o nosso défice foi de 0,7% do PIB.

Reparem: 0,7% daquilo que produzimos, quando o país comemora (e bem!) que tendo atingido o melhor resultado de 42 anos da democracia teve um défice de

2,1% e nós tivemos 0,7%, o que é, pelo menos, três vezes melhor do que o melhor resultado da democracia em 42 anos.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**O Orador:** E se há alguns anos atrás era legítimo dizer que esses resultados não refletiam os resultados das empresas públicas, ora bem, com o SEC 2010, como sabem, as empresas públicas estão integradas nestes resultados e consolidam nesses resultados.

E mais! Esta Assembleia autorizou um défice de 60 milhões de euros para 2015 no âmbito do orçamento. Ora bem, o défice efetivo foi menos de metade daquele autorizado por esta Assembleia aquando do orçamento de 2015, já incluindo o efeito das empresas públicas, nomeadamente as necessidades ditas de financiamento direto foram menos 10 milhões do que estava orçamentado, houve uma redução de 19,4 milhões de euros da dívida administrativa direta e indireta e os fundos e serviços autónomos tiveram, do ponto de vista dos seus resultados, um saldo positivo de 4,7 milhões de euros.

E mais! Na totalidade do Setor Público Empresarial, as contas consolidadas no Setor Público Empresarial que estão dentro do perímetro da administração pública tiveram resultados líquidos, de acordo com o SEC 2010 naquilo que contabiliza para efeitos de défice público, é igual aos resultados líquidos deduzidos das amortizações corpóreas, tiveram um resultado equilibrado, ou seja, em 2015 as empresas públicas não tiveram resultados líquidos, de acordo com o SEC 2010, negativos no seu conjunto das empresas que integram este mesmo perímetro.

Por isso, o Setor Público Empresarial em 2015 não contribuiu para o défice público nesse contexto.

Este resultado é um resultado que é melhor ainda que o do ano anterior e que também identifica esta trajetória que nós consideramos de sustentabilidade que aliás é reconhecido internacionalmente e foi reconhecido por todas as entidades. O próprio conjunto do Setor Público Empresarial, para além de não ter contribuído para o défice de 2015 e ter registado resultados líquidos equilibrados, teve uma melhoria dos seus resultados totais em 50%. O EBITA, resultados operacionais, melhorou 16%, passando para 113 milhões de euros positivos e o total do Setor Público Empresarial da Região tem um ativo superior ao passivo em 184 milhões de euros, ou seja, é um valor positivo de 134 milhões de euros em termos de património da Região, representando (é bom lembrar) 6.532 postos de trabalho e gerando uma rentabilidade para esses trabalhadores de 2016 milhões de euros.

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Portanto, tudo isto conjugado faz com que no final de 2015 a dívida pública total bruta da Região, critério utilizado não pelo Governo Regional, mas utilizado para definir dívida pública em qualquer país do mundo, o critério único que é definido e o único critério que existe a nível internacional e que contabiliza de acordo com o mesmo critério todos os países, era, no final de 2015, na Região Autónoma dos Açores apenas 39% do nosso Produto Interno Bruto, 1.485 milhões de euros, quando é bom lembrar que na Madeira era no mesmo período 110% do PIB, no país 130% do PIB.

Mas poderão dizer “mas o exemplo do país e da Madeira não nos serve”. É verdade! Mas é bom lembrar que no conjunto dos países da União Europeia é 90% do PIB e a União Europeia definiu como limite para a dívida pública dos seus países em 2030 atingirem 60% do PIB, ou seja, por outras palavras, o total da dívida pública, incluindo as empresas públicas da nossa Região, é menos da metade daquilo que é a média dos países da União Europeia e essencialmente é



muito, mas muito inferior ao objetivo de 2030 que a União Europeia pretende atingir no seu conjunto.

Sobre esta matéria pode-se somar mais à esquerda, mais à direita, não vou entrar nessa discussão. São esses os valores reconhecidos internacionalmente por todas as entidades estatísticas, são estes os valores e os critérios assumidos a nível internacional pela União Europeia, pelo Eurostat, pelo Banco de Portugal, pelo Instituto Nacional de Estatística, por todas as entidades e neste contexto, sobre isto, não há qualquer dúvida.

Algumas referências finais.

Evidentemente que queria partilhar daquilo que o Sr. Deputado António Vasco Viveiros disse em relação à importância efetiva de aperfeiçoamento constante dos documentos, da informação, das recomendações.

O Sr. Deputado disse que efetivamente em relação ao ano anterior, por exemplo, o Tribunal de Contas tinha referido 17 recomendações e que 11 não foram acatadas, mas a verdade é que nesse ano seis, por essa via, foram acatadas e assim sucessivamente o têm sido.

Portanto, um documento com dezenas, para não dizer centenas de milhares de páginas, é um documento sempre passível de aperfeiçoamento.

Ninguém aqui, nesta Assembleia, poderá nunca assumir que apresentará um documento com dezenas e dezenas de milhares de páginas que seja sempre perfeito. Ninguém o fará porque nenhum ser humano assim o conseguirá fazer, mas a verdade é que para além dos resultados globais do ponto de vista das finanças públicas que são claros à vista de todos e reconhecidas por todas as entidades nacionais, internacionais, ainda aqui, nesta Casa, o Sr. Presidente da República o reconheceu aquando do Dia da Região que aqui ocorreu, o que gostaria de dizer é que evidentemente estes dados não são dados que nos façam dizer que é tudo perfeito, que está tudo bem.

Nós não temos os recursos que gostaríamos de ter, nunca os teremos.

Agora temos algo que é fundamental: é que quer do efeito comparativo com as outras realidades, quer particularmente aquilo que assegurámos de sustentabilidade, aquilo que vivemos hoje em termos de crescimento económico, em termos de crescimento de emprego é em grande parte possível, porque nós tivemos os recursos necessários para, mantendo a sustentabilidade da nossa trajetória de crescimento, assegurar esses recursos para promover o aumento do emprego, promover o crescimento económico que agora registamos, para minimizar os períodos mais difíceis os efeitos negativos dessa mesma conjuntura.

É para isso que servem estes indicadores, é para isso que servem estes resultados: para servir as pessoas, para apoiar os açorianos, para apoiar as empresas e as famílias açorianas ...

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** ... cada vez mais, como foi no passado, em momentos mais difíceis, como é no presente, onde felizmente a esperança e a confiança têm vindo a registar uma retoma significativa.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Mendes.

(\*) **Deputado Paulo Mendes (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente do Governo, devo começar por dizer que fique descansado, porque nós, Bloco de Esquerda, não consideramos que haja qualquer mácula, pelo menos de natureza técnico administrativa, nas contas da Região e aqui propriamente na Conta da Região do ano de 2015.

Portanto, a nossa análise não incidirá, ou não será uma análise de natureza técnico-administrativa, mas sim uma análise mais política, análise aliás que o Sr. Vice-Presidente gosta de fugir. Para nós esta Conta demonstra uma política de continuidade, uma política de mais do mesmo, continuamos no mesmo e a de 2015 será muito provavelmente, aliás como parece que já é pública, também será muito semelhante à de 2016 e arrisco-me mesmo a dizer que será muito semelhante à de 2017.

Começemos então pelo primeiro aspeto e que tem a ver com a transparência.

Vou dar um exemplo, entre outros que poderia dar, e devo dizer que, por exemplo, os sucessivos atrasos no pagamento ao complemento açoriano do Abono de Família não vêm refletidos obviamente na Conta, ou pelo menos não serão reportados, mas não deixa de ser estranho, ou até mesmo sórdido, que este Governo Regional opte por atrasar sucessivamente o pagamento de algumas prestações sociais, tal como temos vindo já a assistir, e isso denota uma certa tendência perigosa de transformar medidas sociais, prestações sociais, da responsabilidade da Região em meros instrumentos propagandísticos. Note-se já este ano a opção deste Governo por acumular o pagamento do complemento regional do Abono de Família para o mês de agosto naquela que é uma ação puramente eleitoralista, pois temos eleições já em outubro. Este é só um entre vários exemplos da falta de transparência e claro que não virá certamente na Conta da Região de anos posteriores, nem vem na Conta de 2015.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Então se não vem não pode falar!

**O Orador:** Em segundo lugar, e mais grave, esta Conta da Região denota, ou continua a denotar, aquela que é uma falta de visão estratégica para a Região e vamos por pontos.

Primeiro ponto: ciência, investimento em ciência.

Na Conta da Região para 2015 não há qualquer referência (e claro é normal) ao Centro Público de Investigação Internacional, que foi inclusive aprovado no

Orçamento de 2014. Não virá também em 2016 e tenho quase a certeza que não virá em 2017, porque esse é um projeto que foi abraçado também pelo Partido Socialista, mas que só serve realmente em momento de campanha eleitoral.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Isso é verdade!

**O Orador:** Além do mais, e ainda no que diz respeito à ciência, convém lembrar que a execução orçamental no que diz respeito à ciência, à educação e à cultura cifrou-se em 63,2%, portanto, muito aquém do que seria desejável, porque o futuro da Região está na ciência, no conhecimento e é a partir daí que conseguimos atrair investimento para a Região.

É claro que continuamos sempre dependentes de umas migalhas que possam vir a cair de acordos internacionais que envolvem a Região. Portanto, estamos sempre numa situação de dependência e isso é certamente indesejável para a Região, porque é também aí que temos o nosso futuro.

Depois passemos aos impostos.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Veja lá o que é diz aqui dentro, porque isto é um tribunal!

**O Orador:** O Sr. Vice-Presidente e não só, também consta da Conta da Região, que a cobertura das despesas correntes é feita com receitas próprias.

Mais! O Sr. Vice-Presidente acaba por assumir que a arrecadação de impostos estava prevista foi cumprida, ou seja, conseguiram arrecadar 100% dos impostos que estavam previstos.

Sabe porquê?

Graças àquele que foi o maior aumento de impostos de sempre ...

**Deputado Francisco César (PS):** Hein?

**O Orador:** ... feito por Vítor Gaspar, ...

**Deputado Francisco César (PS):** Ah! Graças a quem?

**O Orador:** ... mas que o Governo Regional faz gaudio e gosta de andar a anunciar que conseguiu a maior arrecadação de impostos de sempre. Graças a quê?

A um Governo da República do PSD/CDS que esmifrou os portugueses com uma forte carga de impostos ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Esmifrou dá cadeia!

**Deputado Carlos Silva (PS):** Não tinha execução, era diferente!

**O Orador:** ... não só por ação do Governo da República, mas também pela passividade do Governo Regional no que diz respeito à manutenção de 20% do diferencial do IVA aplicado na Região que poderia e está também dependente da vontade política não só do Governo da República, mas ajudaria também a vontade política aqui, na Região, e do Partido Socialista para que essa situação se alterasse, para que tivéssemos uma lei das finanças regionais reposta nos seus moldes de 2010 e isso acabou por ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP) e Deputado Carlos Silva (PS):** Faça a proposta!

**O Orador:** ... prejudicar a Região, porquê?

Porque de facto a Região conseguiu arrecadar mais impostos, mas os açorianos e açorianas tiveram que pagar mais. Estamos aqui a falar sensivelmente em 30 milhões de euros que foram esmifrados aos açorianos e açorianas para agora o Vice-Presidente do Governo Regional vir anunciar que teve a maior arrecadação de impostos de sempre, que conseguiu arrecadar aquilo que estava previsto.

Além disso, beneficia também da forte carga fiscal sobre o trabalho, quando falamos em IRS, porque beneficiou mais uma vez da política do Governo da República do PSD/CDS que converteu os oito escalões de IRS em cinco escalões, prejudicando a progressividade da arrecadação de impostos que incidem sobre o trabalho e mais uma vez esmifrando quem trabalha.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Reduzir impostos! Dá cadeia!

**O Orador:** Por fim, défice na saúde.

De facto, os hospitais da Região não dão prejuízo graças a uma grande manobra, um grande esforço de engenharia financeira foi possível fazer com que os hospitais já não tivessem prejuízo, ou tivessem prejuízo mínimo.

No entanto, verifica-se que entre 2011 e 2017 houve de facto um aumento do investimento na saúde.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Houve?

**O Orador:** Houve um aumento do investimento na saúde!

Mas um terço desse investimento corresponde a quê?

Ao pagamento de juros relativos à suborçamentação na saúde. Portanto, não se reflete na saúde de facto dos açorianos, ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Muito bem!

**O Orador:** ... porque se refletisse na saúde dos açorianos não teríamos o maior défice na saúde que é aquele défice que cada açoriano vive no seu dia a dia, que é o quê?

Que é de continuar a estar numa região do país onde há uma fraca cobertura por médicos de família, são as listas de espera, enfim, são as deficiências que ainda persistem no serviço público de saúde da Região.

A solução estrutural não está de certo no aumento de convenções com privados ou até mesmo no investimento em hospitais privados que só servirá para manter e aumentar rendas e para esvaziar o serviço público de saúde.

Obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Muito obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras tem agora a palavra.

(\*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma vez que aparentemente tudo o que foi anteriormente mencionado não são esses os números que foram apresentados, estranho é, porque os números que foram mencionados foram os números que foram passados pela Vice-Presidência ao Tribunal de Contas, vamos agora a uma análise mais sectorial, pode ser que assim vamos mais de encontro ao que foi transmitido e este levantamento é feito com o que são os números do Tribunal de Contas e a Conta da Região.

Nos transportes em 2015, ano de arranque do afamado novo modelo de transporte aéreo de/e para os Açores, a SATA teve decréscimos ao nível dos rendimentos associados à exploração aérea. Neste ano, só para que se veja o grau a que se atingiu, o Grupo SATA teve que recorrer ao crédito dos seus próprios fornecedores para poder manter a regularidade da sua operação. A SATA trabalhou, mas ficou a dever mais de 34 milhões.

Neste âmbito, também importa referir que a SATA chegou a este ponto porque tinha mais de 46 milhões de euros a receber do Governo Regional e mais de 12 milhões para receber da República.

Na área produtiva a Região assumiu totalmente os capitais da Sinaga, investimentos significativos, montantes investidos na açucareira, mas sem resultados positivos. A dívida total é superior a 25 milhões e como se não bastasse o agravamento do desequilíbrio operacional e financeiro, a Sinaga foi utilizada como veículo para a concessão de empréstimos a uma fábrica de cerveja e refrigerantes.

**Deputado José San-Bento (PS):** E muito bem! O que é que a senhora tem contra a cerveja e os refrigerantes?

**A Oradora:** E porque estão todas falidas, nenhuma das prestações de reembolsos de capital ou pagamento de juros foram feitos.

Na área do apoio ao setor privado e à dinamização da economia o Governo criou o SDEA que serve para duas coisas: para gastar 50% do seu orçamento

em ordenados (1,1 milhões de euros), sendo o restante açambarcado por um elevado nível de endividamento, em particular enfoque também nas dívidas a fornecedores.

Por falar nisso, destaque para a Associação de Turismo dos Açores que terminou 2015 com um elevado endividamento e com uma dívida a fornecedores de 5 milhões de euros.

Por falar em dívidas a fornecedores, o Tribunal de Contas deteta que os compromissos assumidos e não pagos são quase 10 milhões de euros, sendo que destes mais de 8 milhões não são assumidos sequer na Conta da Região, colocando, uma vez mais, em causa a transparência na gestão dos dinheiros públicos.

Em termos de défice, a Região teve um saldo global negativo de 58,6 milhões de euros, ou seja, mais 24 milhões do que em 2014. Isto significou um défice orçamental de 1,6%. Até 2020, os Açores terão necessidade de se endividar em mais de 2 mil milhões e as amortizações de todos os empréstimos até ao fim deste mandato socialista estão estimadas em 1,2 mil milhões. A dívida global do setor público regional continua a crescer, fixando-se em mais de 2 mil milhões de euros. Já a dívida do setor público administrativo regional também cresce cifrando-se nos 117 milhões.

**Deputado Carlos Silva (PS):** Como é que faz essa conta?

**A Oradora:** Os avales totalizam 720 milhões. As garantias (cartas conforto) ascendem a 380 milhões. As PPP's têm encargos, até 2040, de 607 milhões. Feitas as contas e somadas todas as assunções financeiras da Região, por mão da governação socialista, falamos em qualquer coisa como 3,8 mil milhões de euros de compromissos... Isto, Sras. e Srs. Deputados, é hipotecar o futuro dos nossos jovens, dos jovens açorianos.



Pior ainda: é que se as empresas tivessem endividadas para pagar o que devem aos seus fornecedores havia muito dinheiro injetado na nossa frágil economia, mas não é isso que acontece.

Estas dívidas são única e exclusivamente o resultado de uma má gestão de mais de 20 anos de governação socialista.

Muito obrigada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tenho estado aqui a preparar esta intervenção e como tenho uma intervenção especialmente crítica pensei duas vezes antes de escolher a abordagem, ...

**Deputado Manuel Pereira (PS):** Isso é mau!

**O Orador:** ... porque evidentemente tendo em conta o contexto atual isto significa um risco, porque aqui, nos Açores, tal como na Venezuela, podemos ser processados em relação às afirmações que aqui produzidos no âmbito deste Parlamento.

Sendo assim, a minha estratégia é a seguinte: é reproduzir aqui aquilo que o Tribunal de Contas referenciou. Se o tribunal diz é um pouco mais difícil em relação à concretização de queixas crime e por isso ... Ou melhor, tendo o Tribunal de Contas dito, se eu for processado o Tribunal de Contas também é processado.

Meus senhores, por isso o nosso ponto de partida é o seguinte. Aqui há uns meses quando fiz uma investigação jornalística a respeito dos artigos de opinião do Sr. Deputado André Bradford encontrei a aspiração, ...

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Leia! Leia!

**O Orador:** ... o ponto de partida do Governo do Partido Socialista em 96. O que é que dizia o candidato a Presidente do Governo?

O que ele dizia era que (há 21 anos atrás) iria transformar os Açores (estou a reproduzir de memória) numa das regiões mais ricas do país. Numa das regiões mais ricas do país!

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** E democráticas!

**O Orador:** Hoje olho para a economia açoriana e há nove anos que discuto aqui os nossos orçamentos e vejo que estamos muito longe, mas mesmo muito longe, de ter atingido essa enorme ambição de transformar os Açores numa das regiões mais ricas da Europa.

A verdade é que os documentos demonstram exatamente o contrário. Demonstram um quotidiano difícil, demonstram um endividamento crescente, demonstram uma diminuição da capacidade orçamental da Região no sentido de acudir ao sentido estratégico de crescimento da nossa economia e à justiça social e o que nós vemos é um futuro cada vez mais comprometido e uma visão estratégica cada vez mais estreita.

Mas não me alongando demasiado e não correndo demasiados riscos vou passar a fazer algumas das referências realizadas pelo Tribunal Constitucional. Por exemplo, perímetro ...

**Vice-Presidente do Governo (Sérgio Ávila):** Constitucional?! De Contas!

**O Orador:** Pelo Tribunal de Contas! É preciso ser precisos neste momento.

Em relação ao perímetro orçamental o Tribunal de Contas (veja-se bem: é o Tribunal de Contas que diz): “Não foram incluídos no orçamento apesar de fazerem parte do perímetro orçamental definido um conjunto de empresas, como por exemplo a Associação do Turismo dos Açores, ou a Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo”, etc..

São dez pontos que vou aqui referenciar.

Em relação ao equilíbrio orçamental. O que é que diz o Tribunal de Contas?

Tenha-se em atenção que é o que diz o Tribunal de Contas!

**Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Da Caldeira! Percebi na Caldeira!

**O Orador:** Sim, sim! Há uma empresa que tem este nome: Pousada da Juventude da Caldeira de Santo Cristo!

Percebeu mal, Sr. Secretário!

O equilíbrio orçamental.

“Tal como a proposta apresentada pelo Governo Regional o orçamento aprovado da administração regional direta não observou a regra do equilíbrio, refletindo um saldo global negativo de 50 milhões de euros e um saldo primário negativo de 35 milhões de euros que se agravou em 10 milhões de euros no orçamento previsto.”

Eu pergunto: isto são boas notícias? Não são.

Em relação à fiabilidade da Conta.

O que é que diz o Tribunal de Contas?

Atenção, é o Tribunal de Contas que diz.

“Os documentos que integram a Conta, quando confrontados entre si com os documentos de prestação de contas dos serviços integrados, dos serviços e fundos autónomos e ainda com alterações orçamentais realizadas no decurso do ano, revelam incoerências e divergências de valores e de classificação económica, o que afeta a fiabilidade da Conta.” “Afeta a fiabilidade da Conta.”

Não sou eu que o digo, é o Tribunal de Contas.

Em relação à despesa total do setor público administrativo regional.

Temos aqui boas notícias? Vamos ver.

“A despesa total do setor público administrativo regional totalizou 1.500 milhões de euros, mais 296 milhões de euros.” 23% do que em 2014.

Isto são boas notícias? Não me parece.

Quinto ponto que quero aqui destacar: o saldo global e saldo primário.

“O saldo global ou efetivo do setor público administrativo regional foi negativo em 58,6 milhões de euros, refletindo um agravamento de 24 milhões de euros.”

Isto são boas notícias? Não me parece.

Sexto ponto que quero aqui destacar: agravamento da dívida.

“A dívida global do setor público regional manteve uma trajetória ascendente, tendo registado um agravamento de 131 milhões de euros, 7% face a 2014.”

Isto são boas notícias? É difícil de acreditar.

Sétimo ponto: fontes de financiamento e suborçamentação dos fundos comunitários.

“Baixo índice de concretização dos fundos comunitários que se quedou pelos 44%.”

Isto são boas notícias?

Oitavo ponto: execução anual global do investimento público pela componente do plano.

“Em 2015 o investimento público concretizado pela componente do plano ascendeu a 362 milhões de euros, menos 120 milhões de euros do que o previsto, o que se traduziu numa taxa de execução de 75%.”

**Deputado Francisco César (PS):** Então? São boas notícias!

**O Orador:** Também não é positivo, Sr. Vice-Presidente.

Nono ponto: desempenho económico global negativo do Setor Público Empresarial Regional.

Aqui a citação tem de ser um pouco mais longa.

“Em termos agregados e com exceção das empresas do grupo EDA, o Setor Público Empresarial Regional evidenciou um desempenho económico globalmente negativo que se refletiu na degradação da respetiva posição financeira, situação que incorpora riscos para as finanças públicas regionais.”

Volto a ler esta parte final: “(...) situação que incorpora riscos para as finanças públicas regionais.”

“Neste contexto, assume particular relevância o grupo SATA que apresentou um prejuízo consolidado de 22,2 milhões de euros, agravando-se por esta via a situação de falência técnica do grupo.”

Finalmente, o décimo ponto que quero aqui destacar: ausência de metas da violação de resultados de instrumentos de planeamento.

Este ponto eu acho que é fundamental, porque é neste ponto que se pode avaliar o sentido estratégico, a planificação, a organização que é feita pelo nosso Governo Regional.

O que é que o Tribunal de Contas diz?

“Os instrumentos de planeamento do investimento público não definem as metas, estimativas de resultados esperados e indicadores de mensuração, nem apresentam uma avaliação sobre a eficácia da aplicação dos dinheiros públicos na consecução dos objetivos estratégicos e operacionais estabelecidos.”

Eu penso que isto é de enorme gravidade, porque o que o Tribunal de Contas está a dizer é que não existe planificação na economia regional e que os resultados alcançados não são devidamente avaliados.

Ou seja, terminando esta citação do Tribunal de Contas e não arriscando muito mais do que isto, devo dizer que ouvindo o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, acho que o Sr. Presidente do Governo Regional vive numa realidade alternativa, porque quem analisa as contas verifica que estamos perante uma situação de enorme dificuldade e em que não há avanços, não há progresso, pelo contrário. Existe degradação, falta de planificação, falta de avaliação de resultados e, portanto, há aqui um conjunto de indicadores bastante negativos.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Vice-Presidente do Governo.

(\*) **Vice-Presidente do Governo** (*Sérgio Ávila*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que é legítimo todos fazerem as abordagens que quiserem sobre as matérias que estão em debate.

Penso que não é legítimo é tentar lançar números somando três vezes a mesma conta.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, a Sra. Deputada acha que uma empresa pública que contraia um financiamento de 10 milhões de euros e sobre esse financiamento há uma garantia da Região de um avale de 10 milhões de euros, a dívida pública torna-se de 20 milhões de euros?

Não acha?

Mas foi essa conta que a Sra. Deputada fez para chegar ao número que anunciou, ou seja, somou três vezes a mesma questão. Infelizmente percebo que provavelmente a Sra. Deputada leu um documento (respeito) ou alguém lhe escreveu isso.

**Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Vou enviar-lhe e depois vai explicar o que tenho aqui!

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Tenha vergonha! Alguém lhe escreveu isso!?!?

**O Orador:** Mas diga a quem lhe escreveu isso que esse número não é real.

Não acredito! Não há problema.

**Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Também escrevem coisas para si!

**O Orador:** Também me escrevem coisas para mim.

Nós não sabemos tudo. Eu não sei! Há coisas que eu assumo.

Portanto, Sra. Deputada, ...

**Presidente:** Srs. Deputados!

**O Orador:** ... não há nenhum mal em reconhecer que nos enganámos e a Sra. Deputada enganou-se. Enganou-se porque somou três vezes o mesmo valor e concluiu que o valor era três vezes superior àquele que efetivamente era, porque

somou dívida direta, indireta, os avales, etc., e incide sobre o mesmo valor essas realidades diferentes.

Portanto, Sra. Deputada, as suas contas não têm nenhum fundamento por essa razão e sabe tão bem como eu que assim o é.

Segundo aspeto, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Sr. Deputado referiu aqui que uma das questões é que (imagine-se!) chegaram à conclusão que o orçamento não respeitava o equilíbrio orçamental.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Só li!

**O Orador:** Sr. Deputado, o orçamento que foi aprovado nesta Região assumia um défice, logo uma necessidade líquida de financiamento, de 60 milhões de euros.

O senhor vem dizer agora: ...

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Eu não disse nada! Quem disse foi o Tribunal de Contas!

**O Orador:** ... “Imagine-se que a conta não respeitou o equilíbrio orçamental.”

O orçamento que foi aqui discutido e aprovado com toda a clareza tinha uma necessidade líquida de financiamento de 60 milhões de euros.

Onde é que foi a novidade?

É que dos 60 não foram usados e a necessidade líquida direta foi de 30 e o total do desequilíbrio orçamental, como referiu, foi de 26 milhões de euros, ou seja, menos de metade daquilo que estava aqui aprovado.

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Que fique registado no Diário das Sessões: eu não disse nada, quem disse foi o Tribunal de Contas!

**O Orador:** Ou seja, a notícia não é a não existência do equilíbrio orçamental que nunca foi assumido, mas sim o facto de ter ficado muito abaixo do valor que assim estava.

Terceiro aspeto essencial que tem a ver com uma clarificação em relação ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda.

Eu não disse que tinha sido a maior arrecadação fiscal de sempre. O que eu disse é que a execução orçamental em termos de receita fiscal tinha correspondido exatamente ao que estava orçamentado que é uma coisa muito, muito diferente.

Por exemplo, em relação até (dou-lhe o exemplo) do IRS, o IRS arrecado em 2014 foi 188 milhões de euros; em 2015 baixou para 181 milhões de euros. Se bem se lembram, porque aqui, nesta Assembleia, reduzimos as taxas de IRS ao longo desse ano.

Portanto, é essa a realidade, Sr. Deputado. Não referi maior arrecadação de receita, mas sim o facto daquilo que foi executado ter correspondido exatamente àquilo que estava previsto no orçamento da Região.

**Deputado Francisco César (PS):** Muito bem!

**Presidente:** Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

(\*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só para acrescentar aqui alguns indicadores que são importantes.

Relativamente ao ano 2015 a verdade é que foi um ano difícil e todos reconhecemos, marcado por uma crise mundial e que também teve repercussões nos Açores. No entanto, ainda assim, verificamos que foi um ano de recuperação financeira, foi feito um investimento na criação de emprego, na recuperação de setores importantes da nossa economia e isso reflete-se nas nossas contas.

Ainda assim, há um crescimento do PIB que é evidente. O défice é inferior à média nacional. Há um crescimento das receitas próprias que praticamente permitem cobrir a totalidade das despesas de funcionamento.

Em relação à dívida não há muito mais a dizer. Os critérios são objetivos. Quem os define não é o Governo Regional, não é o Partido Socialista, são entidades



certificadas como o INE e o Eurostat, nacionais e internacionais. Portanto, o valor que foi identificado foi de 1.480 e até o próprio Tribunal de Contas acaba por reconhecer isso no relatório.

O Tribunal de Contas na análise que faz adota o valor do PIB para 2014 e no relatório o Tribunal identifica que o rácio da dívida face ao PIB é de 44,25, mas se atualizarmos o PIB para o ano de 2015, que é o que já definitivo, baixa para cerca de 39%. Portanto, aqui também não qualquer novidade.

Mas em relação ao Setor Público Empresarial faz-me alguma confusão porque é que quer o Tribunal de Contas, quer neste caso o PSD exclui o grupo EDA da análise.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Eu bem sei que o grupo EDA tem indicadores financeiros muito positivos, mas isso não faz com que ele deva ser excluído da análise.

**Deputado Francisco César (PS):** Exatamente!

**O Orador:** O grupo EDA é detido em 50%. Se é controlado pela Região porque é que ele não deve ser tido em conta na análise?

O Tribunal de Contas limita-se a dizer que face aos indicadores financeiros positivos do grupo EDA e porque são materialmente relevantes, então nós decidimos excluí-lo da análise. É um bom critério?

Não me parece, sinceramente.

É um critério justo, racional?

Também não é.

**Deputado André Bradford (PS):** Foi o que deu jeito! Muito bem!

**Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito bem!

**O Orador:** Mas é o critério que vos deu jeito na vossa análise. De qualquer forma vamos adotar esse pressuposto. Considerando que o grupo EDA não é detido em 49% pela Região, é de privados, se excluirmos os 49% dos capitais

públicos da EDA que são de 192, qual é que seria o capital próprio das empresas do SPER?

Seria na mesma positivo em 33 milhões de euros.

**Deputado André Bradford (PS):** Muito bem!

**Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Podem dizer o que quiserem!

**O Orador:** Portanto, a questão da falência técnica aqui também não se verifica. Não estamos com isso a dizer que não há empresas com capitais negativos. Existem! Nós não estamos a dizer que está tudo perfeito. Há aqui um esforço que é necessário fazer na otimização dos recursos financeiros, num esforço constante.

Agora não podemos é fazer a análise que mais nos convém e aqui isso foi tido em conta.

Portanto, os indicadores financeiros desagregados do Setor Público Empresarial o que é que nos permite identificar?

Deixe-me novamente reforçar: um ativo superior ao passivo, logo em mais de 134 milhões de euros, incluindo o grupo EDA, porquê?

Porque ele é detido maioritariamente pela Região.

Um aumento do EBITA ou dos resultados operacionais também em mais de 16%. Também aqui importante realçar.

Em relação aos prejuízos é verdade que no conjunto há prejuízos que se verificam, mas há uma redução de 50% em relação a esses prejuízos e para não ser suspeito na análise que faço cito aqui um comentário de um ex-deputado do PSD e diretor regional, Gustavo Frazão, que diz assim: “Quanto aos números em causa o que se observa é que existe uma diferença enorme entre os rácios que resultam das contas nacionais e regionais. [Evidente!] O endividamento global das empresas públicas podemos observar que se encontra dentro dos parâmetros tecnicamente aceitáveis, abaixo assim do valor do rácio padrão para

o efeito. A situação está controlada e enquadrada nos parâmetros normais da gestão da dívida pública regional.”

Diz ainda que “devemos continuar”, “significa que já houve uma redução em relação ao ano anterior, ...

**Deputado Luís Garcia (PSD):** A ver vamos no relatório!

**O Orador:** ... praticamente 50% em relação aos prejuízos.”

Portanto, a análise não é minha. Apenas citei e reflete que de facto há trabalho a fazer, mas os indicadores são positivos, refletem um investimento que foi feito naquilo que é mais importante, na recuperação do emprego, na recuperação da economia e há que continuar o bom trabalho.

Muito obrigado.

**Vozes de alguns Deputados da bancada do PS:** Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)*

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver mais inscrições.

Vamos então passar à votação desta Proposta de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

**Secretária:** A Proposta de Resolução apresentada foi aprovada com 29 votos a favor do PS, 1 voto contra do PPM, 18 abstenções do PSD, 3 abstenções do CDS-PP, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PCP.

**Presidente:** Sra. Deputada Graça Silveira, pede a palavra para?

Para uma interpelação tem a palavra, Sra. Deputada.

**Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Prescindo.

**Presidente:** Prescinde.

Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Passamos para o **Projeto de Resolução n.º 15/XI**, que é o nosso ponto nove ...

Sras. e Srs. Deputados!

... da Agenda: “Recomenda ao Governo Regional...”

Peço desculpa. Não é este.

É o ponto oito da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 23/XI – “Formação e ensino de condução das categorias B (ligeiros), A (motociclos) e C (pesados) na ilha do Corvo.**

Este Projeto de Resolução foi apresentado pela Representação Parlamentar do PPM. Os tempos são os que temos vindo a utilizar.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Entrando na discussão de assuntos realmente importantes devo dizer-vos o seguinte.

A nossa iniciativa visa a formação em ensino de condução das categorias B (ligeiros), A (motociclos) e C (pesados) na ilha do Corvo. Apresentámos esta iniciativa tendo em conta que a Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional dos Açores, já por diversas vezes ao longo destes anos se envolveu nesta questão no sentido de criar as condições logísticas necessárias para que esta formação possa ser ministrada na ilha do Corvo. Nesse sentido não é nenhuma novidade.

Acontece que no ano passado, antes do verão do ano passado, 2016, a câmara afixou um edital nas instalações da Câmara Municipal em que solicitava que todos os interessados se inscrevessem para que a Câmara Municipal depois

pudesse agir junto do Governo Regional e assim criar as condições para que esta formação fosse de facto ministrada.

Tendo a Câmara Municipal tomado essa iniciativa eu, que costumo apresentá-la aqui neste Parlamento, não apresentei.

O que é que aconteceu?

O que aconteceu é que o edital de facto foi preenchido, muita gente se inscreveu, mas não aconteceu nada, ou seja, a formação não foi concretizada. Passou-se o mês de junho, o mês de julho, o mês de agosto, o mês de setembro e nada.

Portanto, não se ministrou formação.

Nesse âmbito, no dia 11 de abril, apresentei aqui então uma iniciativa para que essa formação se concretizasse, uma vez que a ação promovida pela Câmara Municipal não tinha alcançado resultados concretos e que nada tinha sido feito no sentido de que essa formação fosse de facto ministrada.

A partir daí o que aconteceu foi que começaram de facto a surgir notícias e a primeira foi que em maio a Câmara Municipal afixou uma informação que eu tenho aqui a dizer que “com a colaboração do Governo Regional, datado de hoje, foi adjudicado à Escola de Condução Campos a prestação dos referidos serviços e que a mesma ocorrerá nos meses de maio e junho de 2017.”

O propósito era que esta formação se iniciasse antes do Projeto de Resolução do PPM aqui ser votado. A verdade é que esta data não foi concretizada.

Ouvido finalmente no âmbito da Comissão de Economia o titular do Governo nesta matéria referiu que a formação então se iria iniciar no dia 4, coisa que também não sucedeu.

Mas antes de iniciar esta sessão do Parlamento as aulas concretizaram-se finalmente.

Ora, nesse sentido (embora o preço seja relativamente elevado, ou seja, 750€, que é bastante caro, ou seja, muito mais caro do aquilo que se está a praticar na

ilha de São Miguel, mas não deixa de ser verdade que o preço também é bastante elevado noutras ilhas de menor dimensão na Região Autónoma dos Açores), a partir do momento em que estas aulas se concretizaram, considero que esta iniciativa do PPM cumpriu o seu propósito, ou seja, nós conseguimos através deste Projeto de Resolução, mesmo não tendo sido votado, cumpriu o seu efeito, foi catalisador e de concretizar algo que ao longo destes dois anos não tinha sido alcançado.

Nesse sentido, tendo alcançado os resultados desejados, o PPM anuncia que retira a presente iniciativa, uma vez que os resultados que queríamos alcançar já foram alcançados.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Ao abrigo do artigo 118.º, n.º 1, o proponente pode retirar até ao termo do debate a iniciativa.

O Sr. Deputado Iasalde Nunes pede a palavra para?

**Deputado Iasalde Nunes (PS):** Uma interpelação, Sra. Presidente.

**Presidente:** Tem a palavra, Sr. Deputado.

(\*) **Deputado Iasalde Nunes (PS):** Para perguntar à Sra. Presidente se o Governo ou o Grupo Parlamentar do Partido Socialista podem intervir a seguir à retirada do diploma.

**Presidente:** Sr. Deputado Iasalde Nunes, fica registada a sua interpelação. De facto, não pode.

Aliás, o senhor até já estava inscrito, mas após a retirada da iniciativa não há debate a ocorrer, por isso, não lhe poderei dar a palavra.

Sr. Secretário Regional, para uma interpelação, tem a palavra.

(\*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma interpelação para anunciar que farei chegar à Mesa um documento com toda a cronologia referente ao processo que levou à formação que está já a decorrer na ilha do Corvo e à qual será também anexada toda a correspondência com as datas em que essa correspondência foi trocada entre o Governo dos Açores, no caso a Direção Regional dos Transportes, e a Câmara Municipal do Corvo.

Peço, portanto, à Sra. Presidente que depois faça distribuir toda essa informação à câmara.

Muito obrigado.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Secretário.

Fica registada a sua interpelação e naturalmente depois de recebermos os documentos serão distribuídos.

Julgo que é para uma interpelação, Sr. Deputado Paulo Estêvão. Tem a palavra.

(\*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma interpelação.

Para informar esta câmara que seguindo a generosidade do Governo Regional nesta matéria também eu farei chegar à Mesa documentação a que fiz referência, com os prazos a que fiz referência, para se verificar que de facto aquilo que eu disse é absolutamente factual.

**Presidente:** Obrigada, Sr. Deputado.

Fica também registada a sua interpelação e naturalmente a Mesa distribuirá todos os documentos após serem rececionados.

Sras. e Srs. Deputados, considerando o nosso horário vou também interromper os trabalhos por hoje.

Regressamos amanhã às 10 horas com o PTAP.

*Eram 19 horas e 45 minutos.*

(\*) Texto não revisto pelo Orador.

*Deputados que entraram durante a Sessão:*

***Partido Socialista (PS)***

**Miguel António Moniz Costa**

***Partido Popular Monárquico (PPM)***

**Paulo Jorge Abraços Estêvão**

*Deputados que faltaram à Sessão:*

***Partido Social Democrata (PSD)***

**João Luís Bruto da Costa Machado da Costa**

***Bloco de Esquerda (BE)***

**Zuraida Maria de Almeida Soares**

*A redatora, Ana Machado*

*P'la redatora, Noélia Escobar*